

Relatório Anual 2019





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Relatório de Gestão 2019, apresentado ao Tribunal de Contas da União – TCU e à sociedade para prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado pela Divisão de Projetos da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme Instrução Normativa nº 63/2010-TCU, Decisão Normativa nº 178/2019-TCU, Portaria nº 3178/2019-TCU e Decisão Normativa nº 182/2020-TCU.

Unidade Prestadora de Contas (UPC)
Polícia Civil do Distrito Federal
www.pcdf.df.gov.br



Listas de Abreviaturas e Siglas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ARPs – Atas de Registro de Preços

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASS/INST – Assessoria Institucional

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CCP – Crime Contra o Patrimônio

CECOR – Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado

CeTIC-DF – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal

CF – Constituição Federal

CGDF – Controladoria-Geral do Distrito Federal

CGP – Corregedoria-Geral de Polícia Civil

CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

CGTIC/PCDF – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU – Controladoria-Geral da União

CIG – Comitê Interno de Governança Pública Civil do Distrito Federal

CIOB – Centro Integrado de Operações de Brasília

CIRA/DF – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Distrito Federal

COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technologies*

CONCPC – Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil

CONSEGs – Conselhos Comunitários de Segurança

CPD – Comissão Permanente de Disciplina

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais

DAE – Divisão de Arquitetura e Engenharia

DAG – Departamento de Administração Geral

DCA I – Delegacia da Criança e do Adolescente I

DCA II – Delegacia da Criança e do Adolescente II





Listas de Abreviaturas e Siglas

DCCP – Divisão de Controle e Custódia de Presos

DCIG – Departamento de Controle Interno e Gestão

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

DEPATE – Departamento de Atividades Especiais

DETRAN-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DGI – Departamento de Inteligência e Gestão da Informação

DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

DGPC – Direção-Geral da Polícia Civil

DIPROJ – Divisão de Projetos

DN – Decisão Normativa

DOA – Divisão de Operações Aéreas

DPC – Departamento de Polícia Circunscricional

DPE – Departamento de Polícia Especializada

DPT – Departamento de Polícia Técnica

EGC – Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

ESPC – Escola Superior de Polícia Civil

FAC – Fundo de Apoio à Cultura

FDCC – Fundo Distrital de Combate à Corrupção

FSC – *Forest Stewardship Council*

FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas

FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

FUNPCDF – Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

GERACE – Sistema Interno de Gerenciamento de Acesso

GND – Grupo de Natureza de Despesa

GTQLP – Grupo de Trabalho para Estudos e Colaboração de Quadro de Lotação Policial

IML – Instituto de Medicina Legal

IN – Instrução Normativa

IPDNA – Instituto de Pesquisa de DNA Forense

ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*

LEP – Lei de Execução Penal





Listas de Abreviaturas e Siglas

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MJSP – Ministério da Justiça

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NUIAM – Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher

OGDF – Ouvidoria - Geral do Distrito Federal

OGU – Orçamento Geral da União

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

PDSI – Plano Diretor da Segurança da Informação

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PEL – Plantão Extraordinário de Locais de Crimes Violentos Letais Intencionais

PGRS/PCDF – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Polícia Civil

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PoSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicação

PPA – Plano Plurianual

PPA/GDF – Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal

PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambiental do Instituto de Medicina Legal Dr. Leonídio Ribeiro

PROCED – Sistemas de Procedimentos Policiais

RIBPG – Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos

SCONDE – Sistema de Controle de Denúncia

SEGES/MP – Secretaria de Gestão

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SES/DF – Secretaria de Saúde do Distrito Federal

SESIPE – Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal



Listas de Abreviaturas e Siglas

SEOPI – Secretaria de Operações Integradas

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIC – Sistema de Informações de Custos

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIP – Serviço de Inteligência Policial

SisGepat – Sistema Geral de Patrimônio

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SSP/DF – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SVG – Serviço Voluntário Gratificado

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação





SUMÁRIO

MENSAGEM DO
DIRIGENTE

8

VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO

10

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

37

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS

68

RESULTADOS DA
GESTÃO

71

ALOCAÇÃO DE
RECURSOS

81

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

162

OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES

176

ANEXOS E
APÊNDICES

188



Mensagem do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

Temos o prazer de apresentar o Relatório Integrado da Polícia Civil do Distrito Federal. Ele representa uma oportunidade de reflexão e avaliação dos caminhos percorridos por esta instituição policial. Tem o intuito de ser um documento norteador de uma gestão fortemente integrada entre os Departamentos, Corregedoria Geral de Polícia e Escola Superior de Polícia Civil, sendo instrumento de referência para tomada de decisões dos seus gestores, além de ferramenta para o exercício da transparência corporativa.

Nosso negócio é a investigação policial, a qual consiste em processos de trabalho envolvendo diversas áreas do conhecimento, destacando-se a inteligência policial, os procedimentos de perícia criminal e os de identificação criminal.

Cabe, também, à Polícia Civil do Distrito Federal, por força constitucional, desempenhar a função de polícia judiciária, atuando como *longa manus* do Poder Judiciário.

Outra função desempenhada pela Polícia Civil do Distrito Federal - de natureza infraconstitucional e caráter eminentemente social - é a de ofertar serviços à sociedade vinculados ao exercício da cidadania, tais como emissão de documentos de identidade civil, serviço especial para as pessoas idosas e com dificuldades de locomoção, certidões de antecedentes criminais, emissão de certidão negativa de registro de roubo e furto de veículos e desenvolvimento de práticas de polícia comunitária, conforme demonstra a Carta de Serviços ao Cidadão, disponibilizada na página virtual da PCDF www.pcdf.df.gov.br.

A gestão da instituição também possui como foco acompanhar as significativas mudanças sociais e culturais, de modo a alinhar a sua atuação às diretrizes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, e demais diretrizes federais e locais no combate às organizações criminosas e à lavagem de ativos.

A Polícia Civil do Distrito Federal tem obtido relevantes resultados através do trabalho integrado de todas as unidades policiais e da Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado - CECOR, culminando em um grande número de condenações judiciais de membros de facções criminosas.

Os indicadores de produtividade policial no ano de 2019 demonstram o incremento nas atividades, serviços e resultados da Polícia Civil do Distrito Federal, refletidos em números, sendo 418.783 ocorrências policiais registradas; 39.301 inquéritos policiais instaurados; 9.253 mandados de prisão cumpridos; 14.159 representações por medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha); 34.139 laudos periciais do Instituto de Criminalística e 280.053 carteiras de identidade expedidas.



Mensagem do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

Além dos números apresentados, inovamos com a criação do Comitê Interno de Governança; dos Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher; dos plantões extraordinários de preservação de local de Crimes Violentos Letais Intencionais; do Programa PCDF Cidadã e do serviço voluntário gratificado, bem como elaboramos o Planejamento Estratégico 2019-2023. Também merece destaque a Operação “PCDF em Combate”; a redução do tempo de atendimento da polícia técnica aos locais de crime contra o patrimônio; o retorno dos plantões de 24 horas nas 33 delegacias de polícia circunscricionais; a renovação da frota com a entrega de 459 viaturas policiais; a aquisição de 1.875 computadores e 200 workstations; as nomeações de novos delegados de polícia, peritos criminais e papiloscopistas policiais e o aprimoramento da cadeia de custódia, com uso de novo procedimento operacional padrão na guarda de vestígios.

Como resultado do empenho da Polícia Civil na implementação de política voltada para a Transparência, em 2019 alcançou-se o número de 2.302 (dois mil trezentos e dois) atendimentos na Ouvidoria da PCDF, ultrapassando o registro de 1.947 (um mil novecentos e quarenta e sete) no ano anterior. Durante o evento “Balanço do Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal”, a Ouvidoria - Geral do Distrito Federal - OGDF divulgou o *ranking* das Ouvidorias que apresentaram melhor desempenho no Distrito Federal, no qual a Ouvidoria da PCDF alcançou a quarta posição em um rol composto por 88

(oitenta e oito) ouvidorias avaliadas. No mesmo período de 2018, a Ouvidoria da PCDF alcançara o trigésimo segundo lugar.

O foco na gestão estratégica deve ser mantido como forma de garantir a sobrevivência institucional e a geração de valor a longo prazo, contexto em que a investigação policial é prioridade, sem olvidar a necessidade da construção de um ambiente de trabalho saudável e ético para todos os policiais. Evoluímos paulatinamente em governança corporativa. O incremento da estrutura de governança no ano de 2019 deverá refletir positivamente na entrega de melhores resultados à sociedade.

No que tange à assertividade orçamentária, continuamos comprometidos com metas referentes a recursos advindos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, de celebração de convênios e do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF, focando sempre no alcance da eficácia. Cabe destacar que tal assertividade orçamentária e financeira foi alcançada para os recursos advindos do Fundo Constitucional seguindo parâmetros legais e normativos internos. Nossa identidade corporativa e trajetória institucional sempre foi pautada em valores como Ética

Profissional, Legalidade, Honestidade, Coragem e valorização do Capital Humano.

E assim esperamos seguir, a bem da integridade da Polícia Civil e da sociedade do Distrito Federal.

Desejo a todos uma excelente leitura.

Brasília, 22 de maio de 2020.

ROBSON CÂNDIDO DA SILVA, Delegado de Polícia,
Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal





Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



Quem somos

Nossa Missão

Proporcionar Segurança Pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de Polícia Judiciária e na promoção da cidadania

Nossa Visão

Consolidar a credibilidade institucional, firmando-se como organização policial de referência





Quem somos

À Polícia Civil do Distrito Federal, órgão da Administração Direta, subordinada ao Poder Executivo e dirigida por Delegados de Polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme previsão do artigo 144 da Constituição Federal de 1988.

Dentro de sua esfera de competência está a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial ou termo circunstanciado, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação flagrancial.

Compete também à Polícia Civil do Distrito Federal representar pelas medidas judiciais necessárias à consecução de suas atribuições e dar efetividade às decisões judiciais relacionadas à investigação criminal.

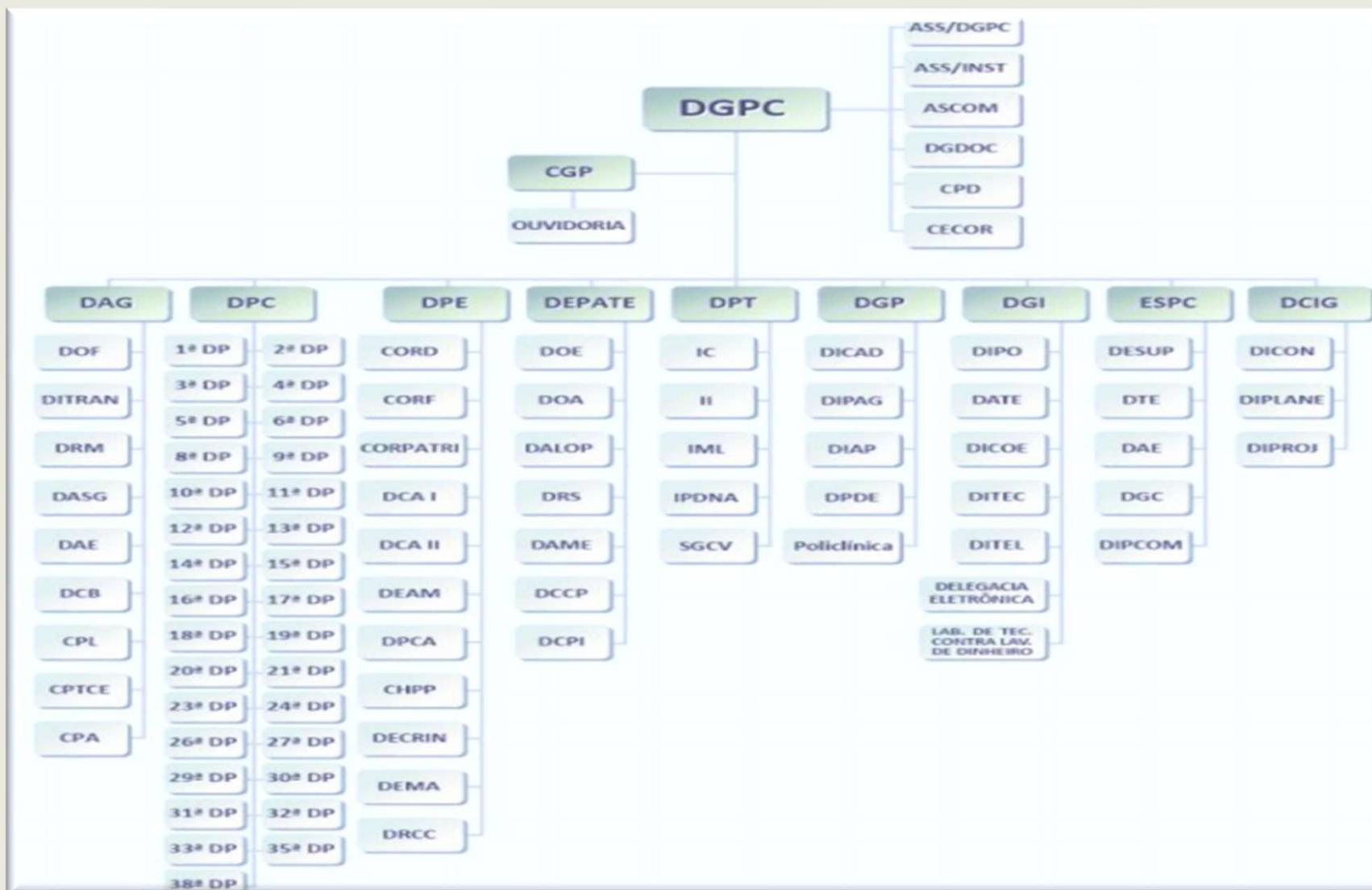
A investigação policial é procedimento administrativo, sigiloso e inquisitivo, com o escopo de apurar indícios de autoria e materialidade de infrações penais.

Além da investigação policial, desenvolvida dentro do modelo adotado pelo ordenamento jurídico pátrio para Polícia Judiciária, outros processos da PCDF são vinculados a sua atividade finalística, dentre eles:

- Praticar, com exclusividade, todos os atos necessários à apuração das infrações penais e elaboração do inquérito policial, do termo circunstanciado e do procedimento de apuração de ato infracional;
- Representação por medidas judiciais, bem como cumprimento de ordens judiciais e requisições ministeriais;
- Cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão, bem como outras ordens expedidas pela autoridade judiciária competente, no âmbito de suas atribuições;
- Organizar a identificação e registro civil e criminal, emissão de carteiras de identidade e banco de dados criminais, que dão suporte ao trabalho policial e aos demais órgãos de Justiça Criminal, além do exercício das funções essenciais à Justiça;
- Preservar locais, apreender instrumentos e objetos que possam ter vinculação à elucidação de infração penal, conservando os vestígios e sua cadeia de custódia, para a realização de perícias e exames complementares;
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos policiais e da investigação criminal;
- Colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos e realizar as diligências, fundamentadamente, requisitadas pelo juiz de Direito e membros do Ministério Público nos autos do inquérito policial.

A PCDF atua, dessa maneira, na promoção da Justiça e da Paz Social, sendo essencial na coleta de informações e de provas que irão subsidiar a ação penal, de titularidade do Ministério Público, cujo desfecho é dado pelo Poder Judiciário.

Estrutura Organizacional da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF





Estrutura organizacional da PCDF

DGPC - DIREÇÃO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

ASS/DGPC - Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil
ASS/INST - Assessoria Institucional
DGDOC - Divisão de Gestão de Doc. e Apoio Administrativo
ASCOM - Assessoria de Comunicação
CPD - Comissão Permanente de Disciplina
CECOR - Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado

CGP - CORREGEDORIA-GERAL

DIPAD - Divisão de Procedimentos Administrativos Disciplinares
DC - Divisão de Correição
DICOR - Divisão de Inteligência Correicional
DTA - Divisão de Tramitação de Autos
SPEI - Serviço de Pesquisa, Estatística e Informática
DAI - Divisão de Assuntos Internos
Ouvidoria PCDF

DAG - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOF - Divisão de Orçamento e Finanças
DITRAN - Divisão de Transportes
DRM - Divisão de Recursos Materiais
DASG - Divisão de Apoio e Serviços Gerais
DAE - Divisão de Arquitetura e Engenharia
DCB - Divisão de Custódia de Bens
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPTCE - Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
CPA - Comissão Permanente de Alienação

DPC - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIRCUNSCRICIONAL

DP - Delegacias de Polícia

DPE - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

CORD - Coordenação de Repressão às Drogas
CHPP - Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa
CORF - Coord. de Rep. aos Crimes contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes
CORPATRI - Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais
DECRIN - Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência.
DCA I - Delegacia da Criança e do Adolescente I
DCA II - Delegacia da Criança e do Adolescente II
DEAM - Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
DEMA - Delegacia de Combate à Ocupação Irregular do Solo e aos Crimes contra a Ordem Urbanística e o Meio Ambiente
DPCA - Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente
DRCC - Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos

DEPATE - DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS

DOE - Divisão Operações Especiais
DOA - Divisão de Operações Aéreas
DALOP - Divisão de Apoio Logístico Operacional
DRS - Divisão de Repressão a Sequestros
DAME – Div. de Controle de Armas, Munições e Explosivos
DCCP - Divisão de Controle e Custódia de Presos
DCPI - Divisão de Capturas e Polícia Interestadual

DPT - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

IC - Instituto de Criminalística
II - Instituto de Identificação
IML - Instituto de Medicina Legal
IPDNA - Instituto de Pesquisa de DNA Forense
SGVC - Serviço de Guarda e Custódia de Vestígios

Laboratoriais

DGP - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

DICAD - Divisão de Cadastro
DIPAG - Divisão de Pagamento
DIAP - Divisão de Aposentadorias e Pensões
DPDE - Divisão de Planejamento, Desenvolvimento e Estatística
Policlínica – Policlínica

DGI - DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DIPO - Divisão de Inteligência Policial
DATE - Divisão de Análise Técnica e Estatística
DICOE - Divisão de Controle de Denúncias
DITEC - Divisão de Tecnologia
DITEL - Divisão de Telecomunicações
DE - Delegacia Eletrônica
LABLD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

DCIG – DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO

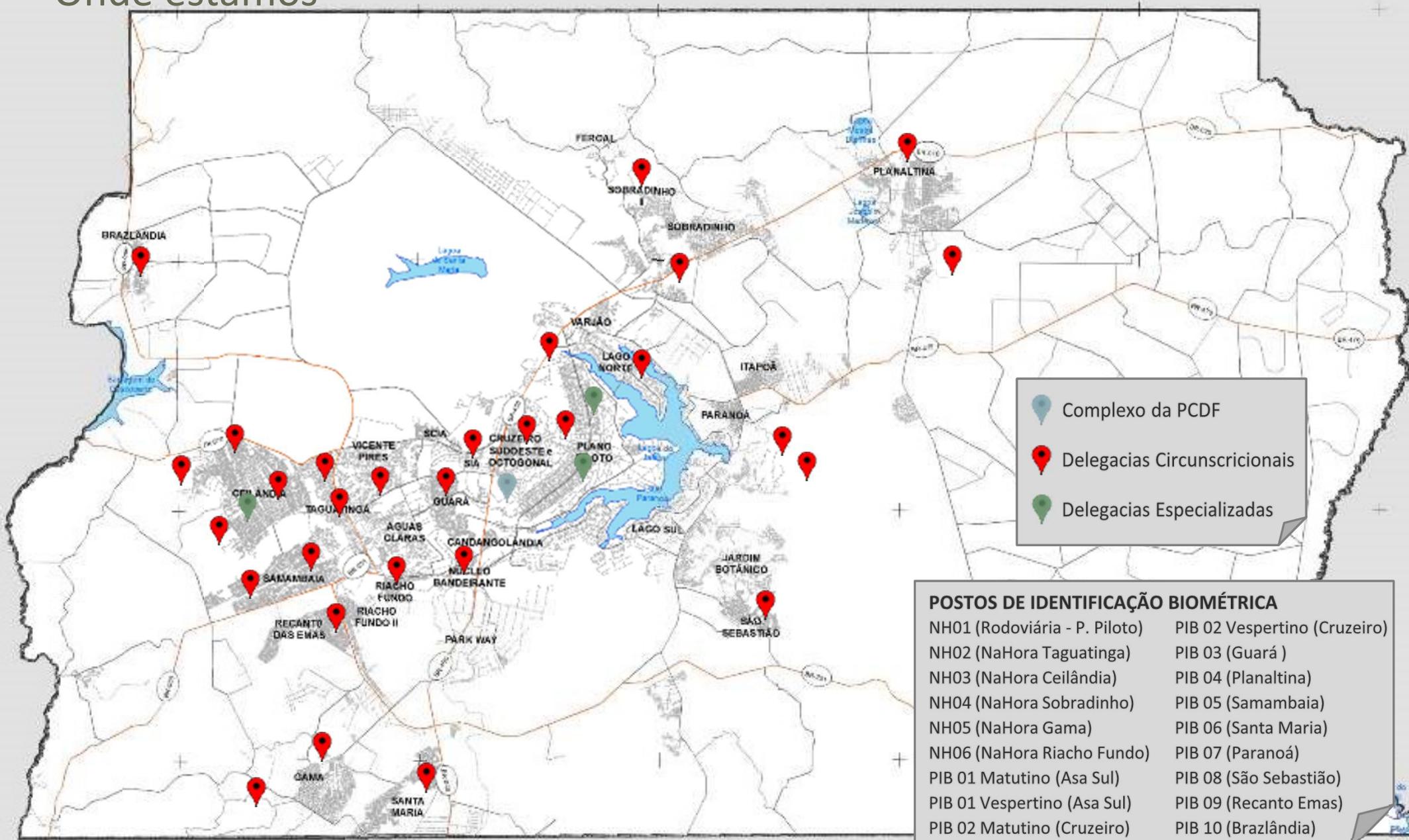
DIPLANE – Divisão de Planejamento Estratégico
DIPROJ – Divisão de Projetos
DICON – Divisão de Controle

ESPC - ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL

DESUP - Divisão de Ensino Superior
DTE - Divisão Técnica de Ensino
DAE - Divisão de Apoio ao Ensino
DGC - Divisão de Gestão de Concursos
DIPCOM - Divisão de Polícia Comunitária



Onde estamos



Modelo de Negócios

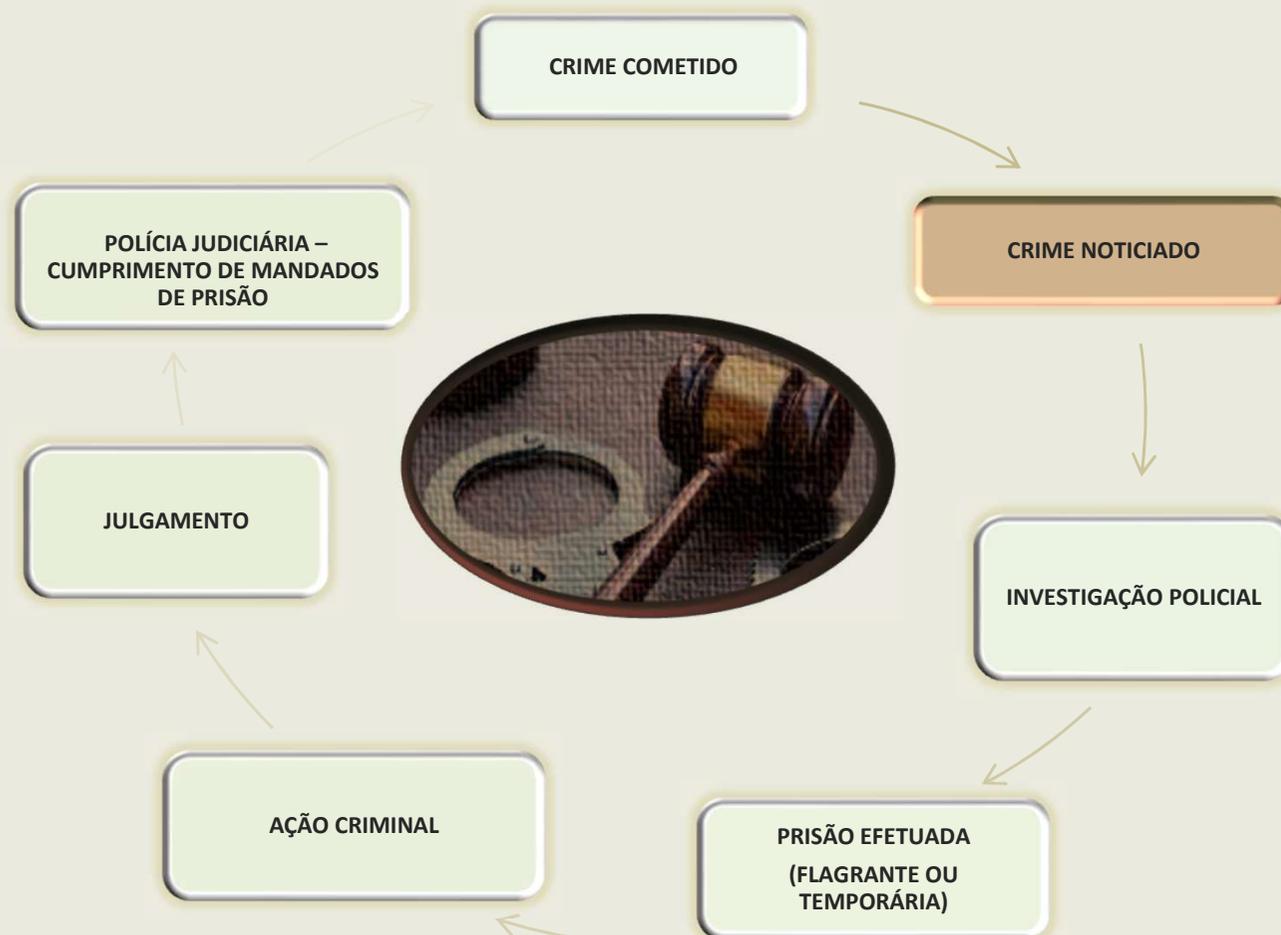
Os modelos de negócios, em geral, têm seu foco direcionado para a criação de valor em benefício do cliente-cidadão, mediante entregas inerentes ao negócio.

A promoção da segurança pública é realizada por meio da execução de vários processos de trabalho interdependentes, com a participação de vários órgãos públicos, entidades e organizações da Sociedade Civil. Em conjunto, delineiam o fluxo do sistema de Justiça Criminal, do qual a Polícia Civil é peça fundamental por ter como negócio a investigação policial, materializada em inquéritos policiais, termos circunstanciados e procedimentos de apuração de atos infracionais.

A investigação policial e seus respectivos processos - prisões, operações policiais, apreensões de bens e objetos utilizados para o cometimento de crimes - propicia a promoção da Justiça e da Paz Social, a preservação de direitos e garantias fundamentais e a tutela dos bens jurídicos.

Destaca-se que a investigação policial consiste em procedimentos técnicos após o cometimento de um delito para a apuração dos fatos e levantamento de subsídios que sustentem a ação criminal. Trata-se, portanto, de uma atividade integrante da persecução penal, utilizada para determinar se há provas sobre a autoria e materialidade da conduta penalmente tipificada.

Persecução Penal



Fonte: DIPROJ/DCIG/PCDF, 2020.

Modelo de Negócios

O principal produto ofertado pela PCDF é a investigação, realizada sob critérios técnicos, visando a manutenção da qualidade dos processos internos, que convergem para o alcance de resultados e consequente elucidação do delito.

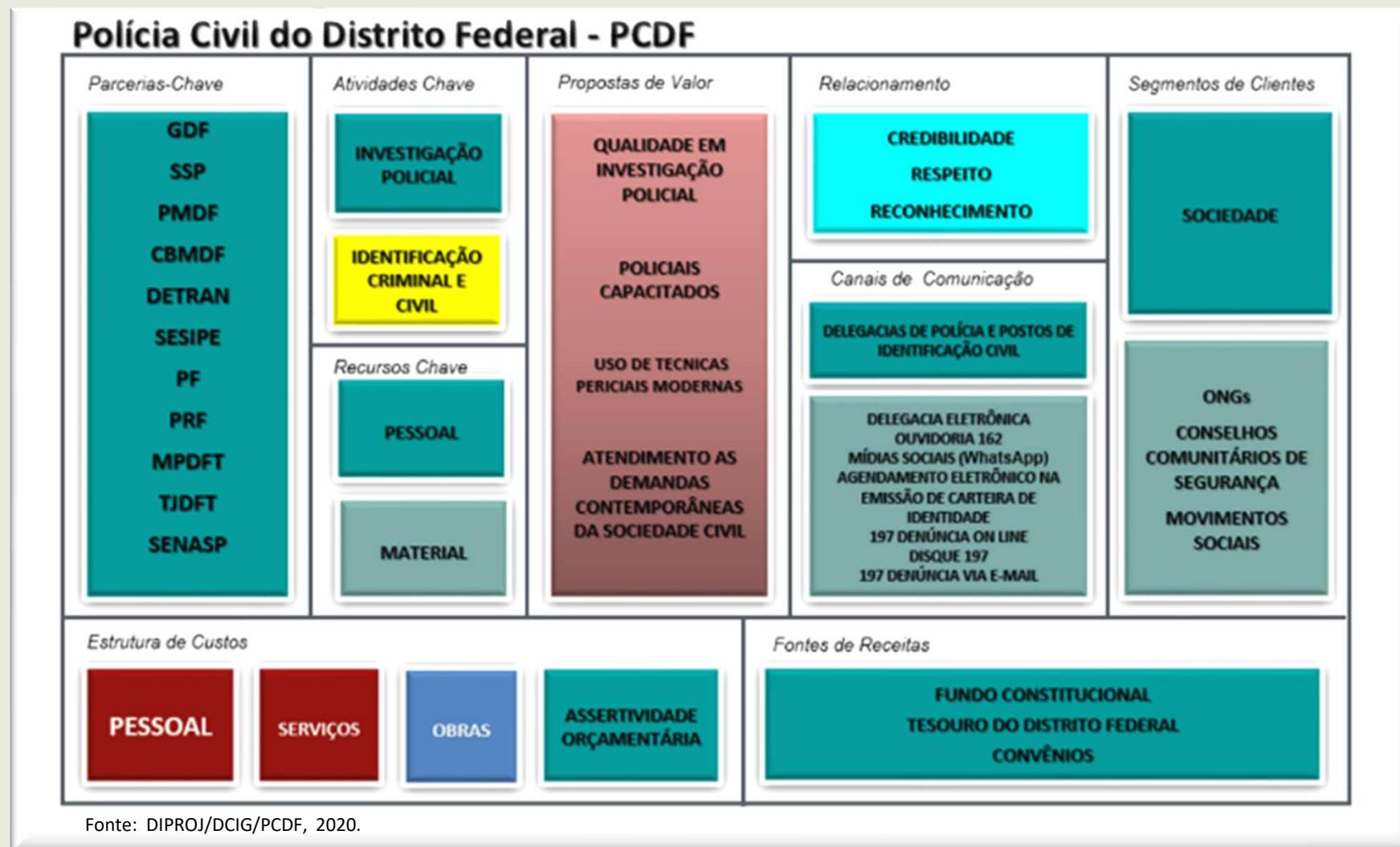
São clientes da PCDF a população do Distrito Federal e de cidades do seu entorno.

À PCDF cabe a repressão qualificada à criminalidade, objetivando a desarticulação de atividades criminosas, protegendo a sociedade da ação de pessoas ou grupos que possam ameaçar a segurança pública e o exercício pleno da cidadania, além da proteção das instituições.

Serviços prestados pela Polícia Civil do Distrito Federal

- Registro de Ocorrência Policial
- Certidão de Antecedentes Criminais
- Atendimento por meio de Delegacia Eletrônica
- Disponibilização de Canais de Atendimento ao Cidadão – 197
- Emissão de Carteira de Identidade
- Emissão de Carteira de Identidade para pessoas com dificuldades de locomoção
- Exame de Vistoria Veicular Preventiva
- Emissão de Certidão negativa de Registro de Roubo e Furto de Veículos
- Custódia de pessoas em conflito com a lei na Divisão de Controle e Custódia de Presos - DCCP
- Concessão de Licença para a Comercialização e Queima de Fogos de Artíficos e Pirotécnicos
- Concessão de Licença para o Emprego de Armas, Munições e Explosivos
- Concessão de Licença para a Detonação de Explosivos
- Concessão de Licença para o Exercício da Profissão de Encarregado de Fogo (Blaster)
- Perícias Criminais
- Necropsia e análises de Antropologia forense
- Análises de Psicopatologia Forense
- Elaboração de Laudos e Informações Periciais
- Realização de Exames de Código Genético - DNA
- Desenvolvimento de Práticas de Polícia Comunitária
- Execução de Projetos Sociais através do Programa PCDF CIDADÃ

Modelo de Negócios





Como Geramos Valor?

A Polícia Civil do Distrito Federal marca sua atuação pela qualidade em investigação, resguardo das garantias constitucionais e bom preparo de seus profissionais. Essas três características lhe garantiram o reconhecimento público e permitiram agregar e manter seus maiores valores: Credibilidade, Respeito e Reconhecimento da sociedade. Com imagem institucional já consolidada, a PCDF busca contínuo aperfeiçoamento dos processos de investigação. Como parte da estratégia corporativa, são estimuladas ações que mantenham o valor alcançado, e outras que visam obtenção de novos atributos antes não oferecidos. A instituição policial pretende que o fornecimento de seus serviços se apresente como benefício superior ao preço de seus insumos, ou seja, que o valor ofertado não se limite ao custo financeiro da prestação de serviços, mas seja acrescido de vantagens reconhecidas pela população do Distrito Federal e órgãos de Justiça. É desejável que o serviço prestado seja entregue com um fator diferencial que resulte na plena satisfação do cidadão e da sociedade.

Entendemos que a prestação de serviço de segurança pública pode ser vista sob duas perspectivas: a da Sociedade Civil e a do Cliente-cidadão.

Neste viés, consideramos como principais valores gerados para a Sociedade a boa tutela dos direitos difusos que correspondem à pacificação social e o aumento das ações de responsabilidade social e ambiental. Sob a ótica do cidadão, a geração de valor consiste na prestação de serviços investigativos efetivos.





Como Geramos Valor?

São também atributos do negócio que aderem à proposta de valor:

Respeito as garantias e direitos constitucionais

Resguardar os direitos individuais e coletivos durante o exercício da atividade policial é característica inerente à PCDF, que promove frequente reciclagem profissional em prol da sensibilização do policial civil quanto a necessária observância de tais direitos durante a condução dos trabalhos policiais de investigação, abordagem e revista policial.

Acompanhamento das transformações sociais

Promove-se, desde 2016, a ampliação do atendimento a determinados segmentos da sociedade, o que foi evidenciado com a criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECRIM. Grupos étnicos, suscetíveis a discriminação racial, religiosa ou por orientação sexual; e pessoas idosas ou com deficiência passaram a contar com operadores de segurança pública mais preparados para resolução de seus conflitos mais comuns.



Como Geramos Valor?

Qualidade na Investigação Policial

O fim precípua da Polícia Civil é a atividade policial investigativa, à qual são agregados procedimentos de Polícia Técnica, de identificação civil e criminal, além da já citada função de Polícia Judiciária. Os trabalhos desenvolvidos nas delegacias circunscricionais e especializadas são o esteio da prestação de serviços em segurança ofertada ao público. Não obstante a necessidade de atender à população quanto a todos os delitos, é necessário realizar trabalhos coordenados, com o emprego de Inteligência Policial e Estratégia para o alcance, em larga escala, de facções criminosas. Como exemplo de aplicação desta estratégia, em 2019, a Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado – CECOR realizou 23 operações policiais:

1. Operação Monopólio;
2. Operação Triângulos;
3. Operação Continuum;
4. Operação Container;
5. Operação Mr. Hyde V;
6. Operação Blitzkrieg;
7. Operação Epyskiros;
8. Operação Tridente;
9. Operação Horus;
10. Operação Dolus Malus;
11. Operação In Corruptionem;
12. Operação Bilocação;
13. Operação Pecúlio;



Como Geramos Valor?

14. Operação Balcão de Negócios;
15. Operação Horus II;
16. Operação Escalada;
17. Operação Crassus;
18. Operação Alquimia;
19. Operação Apaté;
20. Operação Dark Stage;
21. Operação Manchester;
22. Operação Decepticons;
23. Operação Escalada II.

Atualmente, representantes da CECOR/PCDF integram o **Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Distrito Federal - CIRA** e o **Fundo Distrital de Combate à Corrupção - FDCC**. Em âmbito nacional, como exemplo de boa integração entre as Polícias Civas, destacou-se a Operação CRONOS II, que ocorreu com o apoio da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, em 28 de maio de 2019. A PCDF participou de sua força - tarefa formada por Polícias Civas de 22 estados da Federação. Houve êxito em realizar prisões de autores de homicídio e feminicídio condenados em processos criminais. Ao todo, 937 pessoas foram presas no país em cumprimento a mandados de prisão, sendo 881 pela prática de homicídio e 56 por cometimento de feminicídio. 31 adolescentes foram apreendidos em cumprimento a mandados de busca e apreensão pela prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio. Somente no Distrito Federal, 27 pessoas foram presas em razão da prática de homicídio.



Fonte: PCDF, 2019.

Como Geramos Valor?

Modernização de técnicas e ferramentas para o trabalho policial

As investigações criminais são continuamente aperfeiçoadas pelo uso de novas técnicas investigativas e aparato tecnológico. Em agosto de 2019, houve o 1º Ciclo de Palestras com Foco em Ações de Inteligência, visando o fomento de estratégias de Inteligência Policial para enfrentamento ao crime organizado.

Inteligência Policial – Investimento em capacitação profissional

Em outubro de 2019, foram capacitados 57 policiais civis para Análise de Vínculos. O curso de capacitação foi dirigido exclusivamente a policiais civis do Distrito Federal, oportunidade em que passaram a dominar as funcionalidades do *software* IBM 2, iBase 8.9.12 e Analyst's Notebook 9.0.7.

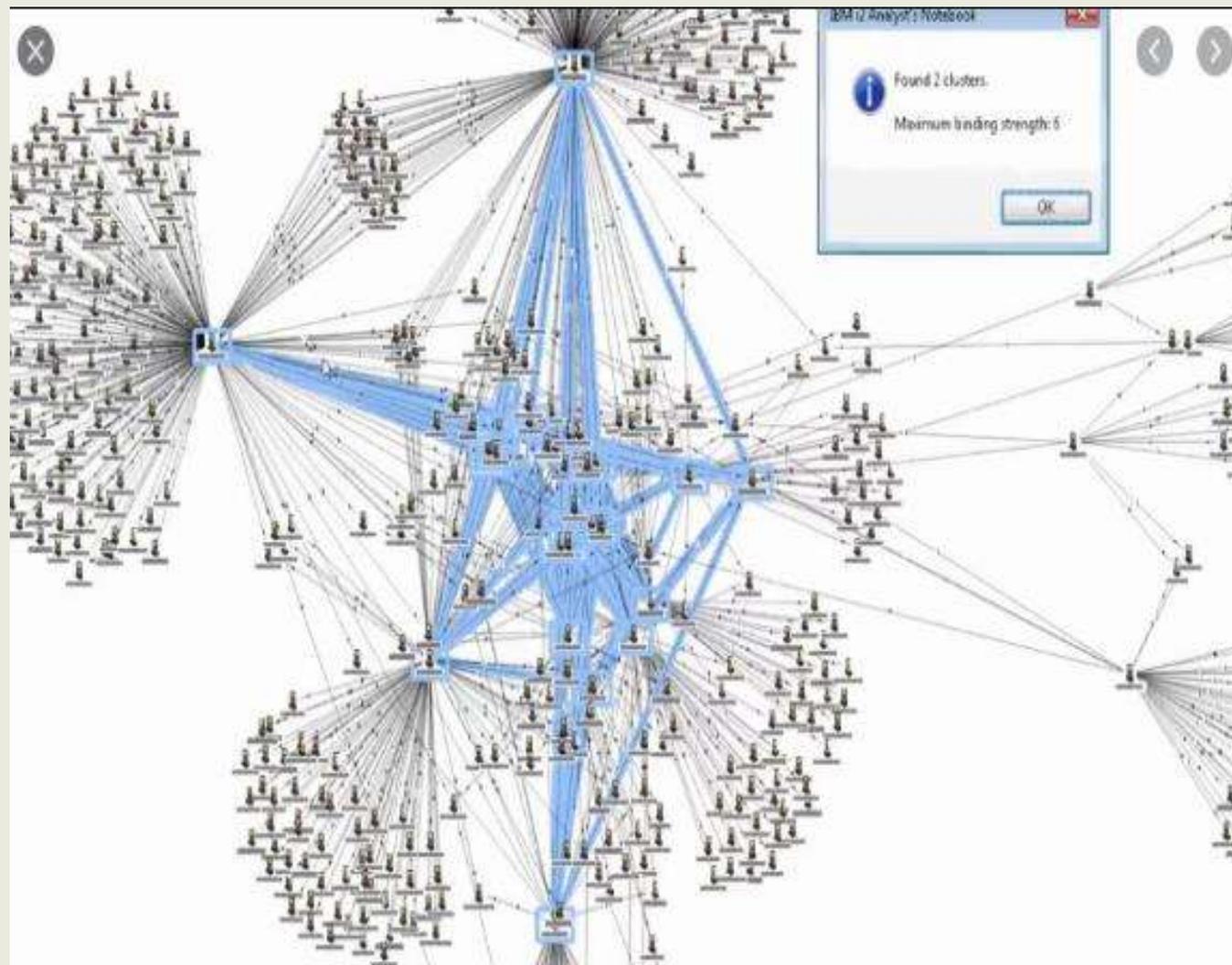


Gráfico meramente ilustrativo do IBM i2 Analyst's Notebook . Fonte: Cyberspaceandtime.com 2020.

Como Geramos Valor?

Investimento em Polícia Técnica

Em novembro de 2019, o Instituto de Medicina Legal promoveu um ciclo de palestras sobre tópicos em Medicina Legal. Membros e servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT participaram de discussões sobre traumatologia forense; tanatologia forense: calendário da morte; exames complementares – radiologia, toxicologia, histopatologia e citologia forenses; ambulatório médico-legal, com ênfase em violência contra idosos, violência doméstica, embriaguez, lesão corporal e exame cautelar de preso; antropologia forense; sexologia forense; perícia em alegação de tortura e perícia em casos de erro médico.

No que se refere à identificação civil, a população do Distrito Federal foi a primeira do país a ser contemplada com a “identidade eletrônica”. A “e-identidade”, ou carteira de identidade em meio eletrônico, consiste em um aplicativo desenvolvido por servidores da PCDF. Possui o mesmo valor comprobatório que o documento físico e pode ser apresentado em todo o território nacional. Já está disponível para plataforma Android.



Como Geramos Valor?

Aproximação da PCDF com a sociedade

A PCDF já mantém relacionamento harmonioso com a sociedade e seus diversos segmentos ante as inúmeras investigações policiais que chegaram a bom termo. Nos últimos anos, iniciativas corporativas voltadas para aproximação com o cidadão usuário de segurança pública e com os grupos socialmente vulneráveis foram incentivadas.

As ações de responsabilidade social auxiliam no cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais voltados para o fortalecimento da imagem institucional e o fomento à redução da criminalidade. Concretizam-se por meio do Programa PCDF CIDADÃ, agregador de projetos de prevenção à violência e à criminalidade no Distrito Federal.



Fonte: DIPROJ/DCIG/PCDF, 2020.

1. Programa IDENTIDADE SOLIDÁRIA

O Programa IDENTIDADE SOLIDÁRIA promove o deslocamento de equipes do Instituto de Identificação - II/DPT/PCDF até indivíduos hospitalizados, encarcerados e com dificuldade de locomoção, de modo a possibilitar a emissão de carteiras de identidade a todos os cidadãos do Distrito Federal.

2. Projeto INVESTIGADOR MIRIM - PIM

O Projeto Investigador Mirim visa contemplar periodicamente crianças e adolescentes, os quais, após o período escolar, deverão participar de atividades educacionais pautadas na formação da consciência cívica. Todas as atividades que constituem o projeto atuam no processo sócio educativo, considerando o estado de vulnerabilidade social dos menores de idade, a ser detectado por representantes de escolas da rede pública e dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. O Projeto Investigador Mirim, já em fase de execução, é precipuamente uma ação preventiva contra a criminalidade.



Identidade Solidária – II/DPT/PCDF e Investigador Mirim – PIM, ESPC/PCDF, 2019.

Como Geramos Valor?

3. Projeto TRANSFORMA

Tem como público-alvo tanto a mulher vítima de violência doméstica quanto o agressor, que são encaminhados à assistência social e jurídica. Equipes multidisciplinares auxiliam estes dois atores de modo distinto.



Fonte: PCDF, 2019.

4. Projeto LIDERA

Sob o slogan “Empoderar para Multiplicar”, a Polícia Civil do Distrito Federal idealizou e executa o Projeto LIDERA, por intermédio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, para incentivar lideranças comunitárias, sociais e institucionais, a fim de que divulguem conhecimento e instrumentos legais de enfrentamento à violência contra a mulher.



Fonte: Projeto Lidera, PCDF, 2019.



Como Geramos Valor?

5. Centro Piloto de Prevenção ao Uso de Drogas - CEPUD

A PCDF é reconhecida pelos projetos envolvendo o Museu Fixo de Drogas e o Museu de Drogas Itinerante, desenvolvidos há anos pelo CEPUD. Durante o último ano, foram atendidas várias instituições acadêmicas, com palestras preventivas sobre o uso de entorpecentes e visitas guiadas pelo museu.

6. Projeto Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher - NUIAM

Prestar atendimento multidisciplinar às mulheres em situação de violência doméstica e familiar é o objetivo do projeto NUIAM. Após identificação das necessidades da mulher vítima de violência, dá-se seu encaminhamento a serviços de assistência jurídica, psicológica e social.

7. Projeto COLABORANDO COM A CONSTRUÇÃO DE PESSOAS FORTES

Busca a prevenção da criminalidade por meio de palestras dirigidas ao público jovem. Os temas abordados são atos infracionais, tráfico de drogas e prostituição infantil, dentre outros.

8. Projeto COMUNIDADE EM AÇÃO

As palestras ministradas pelo projeto COMUNIDADE EM AÇÃO são em prol de uma mudança cultural, voltada para o combate à misoginia, à violência contra criança, adolescente e o idoso. Tem como escopo a transformação social e cultural, em benefício da Paz Social.

9. Projeto CONHECER PARA PREVENIR

O projeto CONHECER PARA PREVENIR promove palestras em estabelecimentos de ensino sobre crimes como o estupro de vulnerável e delitos que envolvem pornografia, com a demonstração da necessidade da busca de apoio psicológico por parte da vítima e de denúncia de criminosos. Tem uma abordagem esclarecedora quantos a aspectos legais, buscando a prevenção das práticas criminosas junto ao público jovem.



Cadeia de Valor

ATIVIDADES DE APOIO

DGP
Remuneração de pessoal

DAG
Planejamento, aquisições,
licitações e contratos

DGI
Desenvolvimento tecnológico
Inteligência Policial

ATIVIDADES PRIMÁRIAS

DGDOC
Trâmite de documentos

CGP
Padronização e procedimentos

OUIDORIA
Atendimento ao usuário de
segurança pública

ASCOM
Endomarketing, gestão da
imagem institucional



PRODUTOS

Laudos Periciais – IC/DPT
34.139

Carteiras de Identidade Expedidas
280.053

Ocorrências Policiais Registradas
418.783

Inquéritos Policiais Instaurados
39.301

Inquéritos Policiais
remetidos ao Poder Judiciário
39.257

Mandados de Prisão cumpridos
9.253

Inquéritos Policiais
instaurados (Lei Maria da Penha)
17.039

Representações por Medidas
Protetivas (Lei Maria da Penha)
14.159

Ambiente Externo

Análises de Contexto

Para melhor compreender a relação da Polícia Civil do Distrito Federal com a Sociedade, demais Corporações e órgãos de Justiça Criminal, foram realizadas, por ocasião da elaboração do Programa Avançar I, análises de contexto sobre o ambiente externo da PCDF.

Elencaram-se fatores que despontavam como oportunidades ou ameaças à instituição. Diversas variáveis de cunho social, cultural, tecnológico, político e legal foram detidamente observadas, destacadas as que influenciariam os rumos da gestão corporativa, capazes de alavancar ou prejudicar a investigação policial.

Alguns prognósticos feitos pelos técnicos da PCDF se confirmaram ao longo dos anos e permanecem atuais. A análise atenta dos avanços e retrocessos das macro variáveis, elencadas no quadro “Análise do Ambiente”, são um dos modos de afastar ameaças externas.

São destaques dentre estas variáveis, que atualmente se apresentam como provocadoras de mudanças na atividade policial: a evolução de sistemas de informação, os crimes cibernéticos, a reforma previdenciária, a intensificação do combate à corrupção e à violência de Gênero.

O quadro de Ambiente Externo incita à reflexão sobre os desafios enfrentados pela corporação.



Fonte: Programa AVANÇAR – Cartilha do Programa AVANÇAR - Fundação Dom Cabral – FDC (2015).



Ambiente Externo

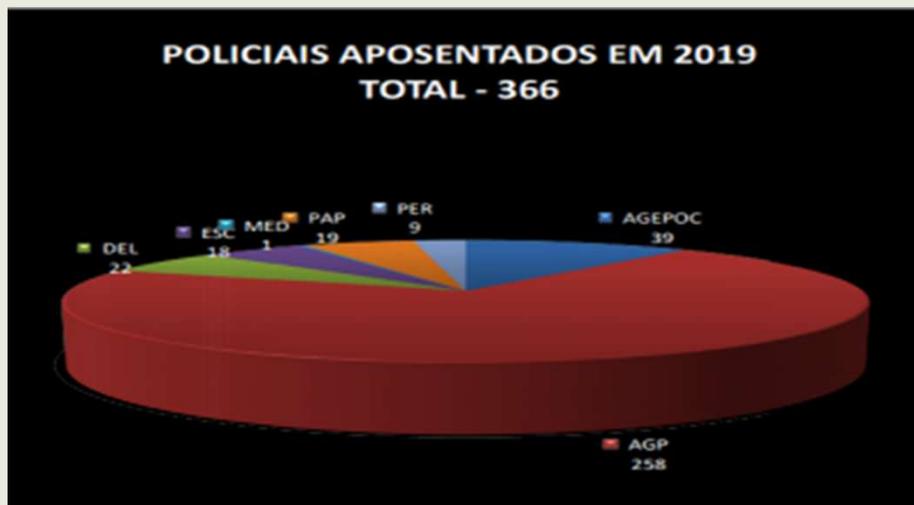
Análise do Ambiente

	Mudanças Ambientais	Impacto sobre o Modelo de Negócio	Performance Esperada
A. Fatores Sociais	A1. Intensificação do uso de redes sociais, <i>microblogs</i> , blogs, compartilhamento de vídeos, comentários de usuários de segurança	A1. Maior especulação midiática e/ou maior clamor social ante a notícia de crime	A1. Resposta rápida da PCDF: combate à exposição de dados sensíveis para a investigação. Combate a <i>fake news</i>
B. Culturais	B1. Índices relativos a crimes contra grupos socialmente vulneráveis B2. Combate ao Crime Organizado e à Corrupção	B1. Reflexão sobre necessidade de novas políticas públicas em segurança B2. Necessidade de tornar a instituição mais eficiente	B1. Implantação de novos projetos sociais preventivos e repressivos B2. Desmantelamento de grupos e facções criminosas
C. Tecnológicos	C1. Queda dos custos e no tempo de comunicação (redes sociais, mecanismos de pesquisa gratuitos) C2. Registro de ocorrência policial através da delegacia eletrônica para alguns crimes C3. Crimes Cibernéticos	C1. Intensificação de competição com outros segmentos em segurança C2. Diminuição de subnotificações. Aumento do número de oc. policiais <i>versus</i> não aumento do efetivo policial C3. Novas situações e <i>modus operandi</i> . Novas práticas não previstas pela Polícia	C1. Renovação de processos internos em investigação para resultados eficientes C2. Rápida resposta ao registro de ocorrência virtual; custo mais baixo para o usuário por desnecessidade de deslocamento C3. Necessidade de capacitação profissional contínua em Tecnologia
D. Políticos	D1. Planejamentos Governamentais Federal e Distrital	D1. Melhores chances de sucesso na aplicação das políticas públicas	D1. Rígida aplicação das políticas, mecanismos e instrumentos de planejamento
E. Legais	E1. Ambiguidade de Identidade Administrativa da PCDF E2. Reforma previdenciária E3. Atuação de Instâncias Externas de Governança	E1. Insegurança jurídica. Aumento dos Riscos em Gestão Administrativa. E2. Mudanças com grande impacto na Força de Trabalho E3. Identificação de desconformidades/irregularidades/ilegalidades	E1. Combate às lacunas legislativas. Apresentação de proposta(s) de mudanças à Legislação E2. Fortalecimento da Estratégia em Gestão de Pessoal. Aplicação do plano de recomposição do efetivo policial E3. Tratamento as recomendações das Cortes de Contas

Ambiente Externo Análises de Contexto

O uso crescente de novas tecnologias demanda contínuo aprimoramento dos processos de trabalho da PCDF. A instituição continuou investindo em **infraestrutura para Tecnologia, Informação e Comunicação** em 2019. O operador de segurança pública foi compelido a acompanhar o surgimento de inovações tecnológicas e se capacitar para lidar frequentemente com novos eventos, como práticas de crimes cibernéticos antes não existentes. Para tanto, *foi criado o Grupo de Inteligência Cibernética*.

A **reforma previdenciária**, conforme previsto pelos técnicos do planejamento institucional em anos anteriores, acarretou grande impacto na força de trabalho, como demonstra o quadro abaixo.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

O combate à **corrupção e ao crime organizado** foi enxergado como uma oportunidade para o “fortalecimento da imagem institucional por meio de investigações isentas”. Inegavelmente, esta macro variável se mostra atual e pungente.

Seguindo as diretrizes nacionais para o combate à corrupção e ao crime organizado, a PCDF prossegue atuando mediante a implantação de novos processos e ferramentas de trabalho. O Departamento de Inteligência e Gestão da Informação-DGI, por intermédio do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, promoveu o 1º Curso de Inteligência e Investigação Financeira em dezembro de 2019, com objetivo de capacitar servidores para atuação voltada à investigação de crimes financeiros, combate à lavagem de dinheiro e recuperação de ativos.

Também se revela como oportunidade o fortalecimento de políticas públicas de **repressão à violência cometida contra grupos socialmente vulneráveis**, tendo como exemplo o fortalecimento do Projeto Lidera: empoderar para multiplicar, promovido pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM, cuja proposta é formar lideranças comunitárias para multiplicar conhecimento e informar sobre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em dezembro de 2019, foi inaugurado o primeiro Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher – NUIAM em Riacho Fundo. O escopo dos núcleos é proporcionar atendimento mais humanizado à vítima e proporcionar condições de interrupção do ciclo de agressões.

Ambiente Externo

Instâncias Externas de Governança

Atuação dos Órgãos de Controle Externo e de Fiscalização

Controladoria – Geral da União

A atuação dos órgãos de controle interno e externo e de fiscalização – Controladoria -Geral da União - CGU, Controladoria - Geral do Distrito Federal - CGDF, Tribunal de Contas da União - TCU, Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e Ministério Público do Distrito Federal - MPDFT – integram o contexto externo da PCDF.

Desde 2017, acórdãos e decisões normativas exercem forte influência sobre a gestão administrativa, hoje voltada a resultados.

Instrumentos de Auditoria e Fiscalização

O Monitor Web foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União - CGU e permitia o acompanhamento das recomendações dadas aos órgãos jurisdicionados. Como modo de atender às recomendações de instância externa de governança, foi amplamente utilizado até 2018.

Para a PCDF, em setembro de 2017, foram computadas 23 (vinte e três) recomendações. Até o exercício de 2018, todas as recomendações exaradas pela CGU foram devidamente observadas, resultando em atendimento ou justificação sobre a impossibilidade de cumprimento imediato.

As últimas recomendações referem-se ao ano de 2018 e foram devidamente respondidas. Não foi computada qualquer recomendação, no Monitor Web para a PCDF no ano de 2019.

The screenshot shows the 'MONITOR' interface with a search bar and navigation menu. Below the 'Resumo' section, there are three buttons: '0 RECOMENDAÇÕES EXPIRADAS' (red), '0 RECOMENDAÇÕES ESPERANDO' (yellow), and '0 NOVIDADES EM RECOMENDAÇÕES' (green). Below these is a table titled 'Últimas Atualizações' with columns for 'Data de atualização', 'Recomendação', 'Atado de Controle', 'Processo', and 'Descrição da situação'.

Data de atualização	Recomendação	Atado de Controle	Processo	Descrição da situação
13/11/2018	154881	OS 201408148 Constatacao: 4		Dar atendimento final à recomendação, considerando que a Unidade anexou cópia do R. 109, de 13/11/...
26/11/2018	154881	OS 201408148 Constatacao: 4		Segue em anexo nova Instrução Normativa nº 189/2018, objeto do processo SDC 00002.0007452/2018 ...
24/10/2018	172476	OS 201601679 Constatacao: 7		Atendida, considerando a orientação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (Fornecer Jurídico ...

Fonte: Plataforma Virtual Monitor Web, CGU, 2018.

Ambiente Externo

Instâncias Externas de Governança

Tribunal de Contas da União – TCU

Em 2017 e 2018, a PCDF participou do **Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (Relatório individual de autoavaliação do TCU)**, que promoveu levantamentos de dados em governança e gestão, atinentes basicamente aos temas Liderança, Estratégia, *Accountability*, Operações (Gestão de Pessoas, Gestão da Tecnologia e Informação, Gestão das Contratações) e Resultados (Resultados Finalísticos). O **Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública**, em formato “questionário”, foi elaborado pela equipe do Tribunal de Contas da União e teve forte influência nos processos internos de trabalho. A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF respondeu aos questionários nos anos de 2017 e 2018.

No ano de 2019, os resultados das avaliações realizadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU foram transmitidos aos setores administrativos envolvidos, ensejando ampla reflexão sobre a governança corporativa, sobretudo quanto a sistemas de gestão e instrumentos de controle (Processo SEI nº 00052-0000135/2019-78). Desenvolveu-se, portanto, no âmbito da PCDF, um processo de análise dos resultados apresentados pelo TCU, buscando aprimoramento em pontos críticos nos anos vindouros.

Atualmente, com base no citado relatório individual de autoavaliação do Tribunal de Contas da União, foi adotado o indicador estratégico *índice integrado de governança e gestão pública*. Em tecnologia, informação e comunicação, está prevista no PDTIC/PCDF 2020 - 2023 ação para contratação de empresa especializada na elaboração, treinamento e implantação de Plano Diretor de Segurança da Informação - PDSI, e de Políticas de Segurança da Informação - POSIC, em conformidade com a Lei Geral de Proteção a Dados – LGPD.



Fonte: TCU, 2018.



Ambiente Externo

Ambiguidade de Identidade Administrativa da PCDF e Hibridismo de Regimes Jurídicos

Ambiguidade de Identidade Administrativa da PCDF e Hibridismo de Regimes Jurídicos - Como temos destacado nas prestações de contas anuais da Polícia Civil do Distrito Federal, sua ambiguidade de identidade administrativa resulta na adoção de normas e regulamentações provenientes da esfera federal e distrital que orientam sua atuação, o que tem gerado prejuízo ao alcance de seus objetivos institucionais e realização de seu planejamento estratégico, em especial no que diz respeito a política remuneratória de seus servidores.

O Distrito Federal possui caracterização ímpar na República Federativa do Brasil, sendo a um só tempo, membro da Federação, sede da União, sede dos Poderes da República, razão pela qual a Constituição Federal obrigou a União a tutelar parcialmente a organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (art. 21, incisos XIII e XIV), além de prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio (parte final do Inciso XIV do art. 21 da Carta Magna).

Interessante observar que, até o advento da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos Territórios figuravam como atribuições materiais específicas da União, juntamente com a manutenção da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Ferroviária Federal.

Esta emenda alterou a redação original da Constituição para prever que, além de organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, todos do Distrito Federal, a União também deveria prestar assistência financeira

ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio, o que veio a ocorrer através da aprovação da Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.

Pelo contexto do papel assumido pelo Distrito Federal na República Federativa do Brasil, e pelas redações original e atual da Constituição Federal, fica evidente que o fundo previsto pela Emenda Constitucional - EC nº 19/98 não tinha como foco a organização e manutenção da PCDF, da PMDF e do CBMDF, que estaria a cargo direto da União, mas sim prestar assistência aos serviços públicos não relacionados à essas áreas, o que inclusive é reforçado pelo teor do § 4º da art. 32 da Constituição Federal, ao estabelecer que lei federal disporia *“sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal - GDF, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.”*

De qualquer forma, devido ao fato de a organização e manutenção da PCDF estar inserida no art. 21 da CF, que cuida da competência relacionada à organização administrativa da União, qualquer matéria legislativa a seu respeito é de competência privativa do Presidente da República. Portanto, qualquer regulamentação oriunda do Distrito Federal acerca da organização dessas instituições contraria a Constituição Federal e invade a competência reservada à União.

Não obstante a clareza dos dispositivos constitucionais, a União nunca regulamentou o § 4º da art. 32 da Constituição Federal, o que resultou na edição de inúmeros atos normativos no âmbito do Distrito Federal relativos à organização

Ambiente Externo

Ambiguidade de Identidade Administrativa da PCDF e Hibridismo de Regimes Jurídicos

da Polícia Civil do Distrito Federal com vistas ao suprimento desta lacuna, culminando em incertezas jurídicas e duplicidade de regimes jurídicos e administrativos a serem seguidos pela corporação.

Além das normas especificamente editadas pelo GDF para a PCDF, a instituição, diante da falta de clareza sobre sua efetiva identidade, se vê na contingência de observar todas as normas relativas à organização e funcionamento do complexo administrativo do Distrito Federal, sem prejuízo da observância de normas de igual natureza emanadas da União.

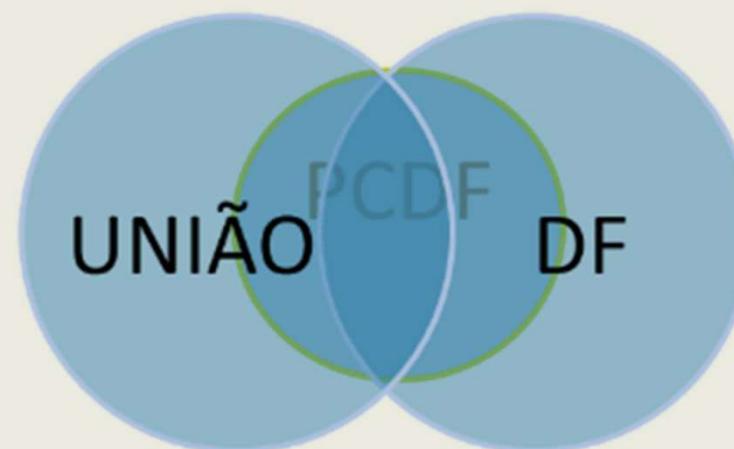
Tal hibridismo de normas e regimes, muitas vezes ambíguos, perpassa áreas sensíveis à governança da PCDF, como as relativas à sua estrutura e organização, à gestão de pessoal, patrimônio, licitações, contratos, execução orçamentária e financeira, controle contábil, dentre outras. Este estado de coisas resulta inclusive da duplicidade de instâncias de controle administrativo da Polícia Civil do Distrito Federal, que atualmente são exercidas pelos órgãos de controle interno e externo da União e do Distrito Federal, não sendo incomum que órgãos da União e do Distrito Federal tomem decisões em sentido oposto acerca de um mesmo assunto.

O Tribunal de Contas da União - TCU também se pronunciou sobre o tema através do Acórdão nº 2.938/2018, que versa sobre auditoria operacional realizada junto ao FCDF, no qual exarou recomendação ao então Ministério da Segurança Pública à Casa Civil da Presidência da República, para que:

“9.5.1.1. avaliem a edição de projeto de lei que (...) estabeleça mecanismos de financiamento das corpora-

ções de segurança segregado dos serviços públicos de saúde e de educação do Distrito Federal, em atendimento ao espírito do art. 21, inciso XIV, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998, e do § 4º do art. 32 da CF/1988, levando em consideração as informações sobre a dependência de recursos federais pelo DF;

9.5.2. envidem esforços para regulamentar o art. 32, § 4º, da CF/1988 de modo a deixar assente o papel das forças de segurança pública do Distrito Federal, bem como regulamentem o art. 68-A, inciso II, alínea “d”, da Lei 13.502/2017 (...), atentando para o papel constitucional de organização das polícias e do corpo de bombeiros militar do DF; (...).”





Ambiente Externo

Ambiguidade de Identidade Administrativa da PCDF e Hibridismo de Regimes Jurídicos

Em dezembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3.666, declarou a inconstitucionalidade das Leis distritais 3.656/05, 2.835/01 e 3.100/02, suspendendo, com efeitos modulados, a eficácia das referidas normas, reafirmando o entendimento daquela Corte *“no sentido de que a União possui competência exclusiva para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal”*, entendimento este que inclusive está consubstanciado na Sumula Vinculante nº 39 no que diz respeito aos vencimentos dos membros da Polícia Civil, e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Ademais, a ADI 3.666, transitada em julgado em 12.02.2019, afirmando a presença nos autos razões de segurança jurídica, excepcional interesse social e boa-fé, modulou os efeitos temporais da decisão *“para preservar os atos já praticados e permitir que a União possa, em tempo razoável, reestruturar de modo adequado o Órgão, devem ser condicionados os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade”*, fixando eficácia diferida de 24 meses para a decisão, cujo termo ocorrerá em 12.02.2021.

Passados doze meses desde a decisão da ADI 3.666 no STF e da publicação do Acórdão nº 2.938/2018-TCU, a União, em que pese já ter instituído grupos de trabalho para esse fim, ainda não promoveu a reestruturação da Polícia Civil do Distrito Federal conforme determinado na ADI 3.666, muito menos deu cumprimento as determinações contidas nos itens 9.5.1.1. e 9.5.2. do Acórdão nº 2.938/2018-TCU.

Este cenário de hibridismo normativo, ambiguidades e incertezas institucionais representa uma importante ameaça ao alcance dos objetivos estratégicos da PCDF, na medida em que gera incertezas e inseguranças jurídicas e sobrecarrega as já limitadas estruturas do órgão para fazer frente aos imensos desafios da gestão.



Planejamento Estratégico e Governança



Planejamento Estratégico Institucional

O trabalho de revisão do Plano Estratégico Institucional foi realizado em 2019, com a participação de todos os Departamentos de Polícia.

O novo plano estratégico possui um *layout* mais intuitivo, a fim de facilitar sua compreensão por todos os servidores e colaboradores da PCDF.

Seu intuito é promover uma melhor administração, com foco na gestão por resultados.



Fonte:

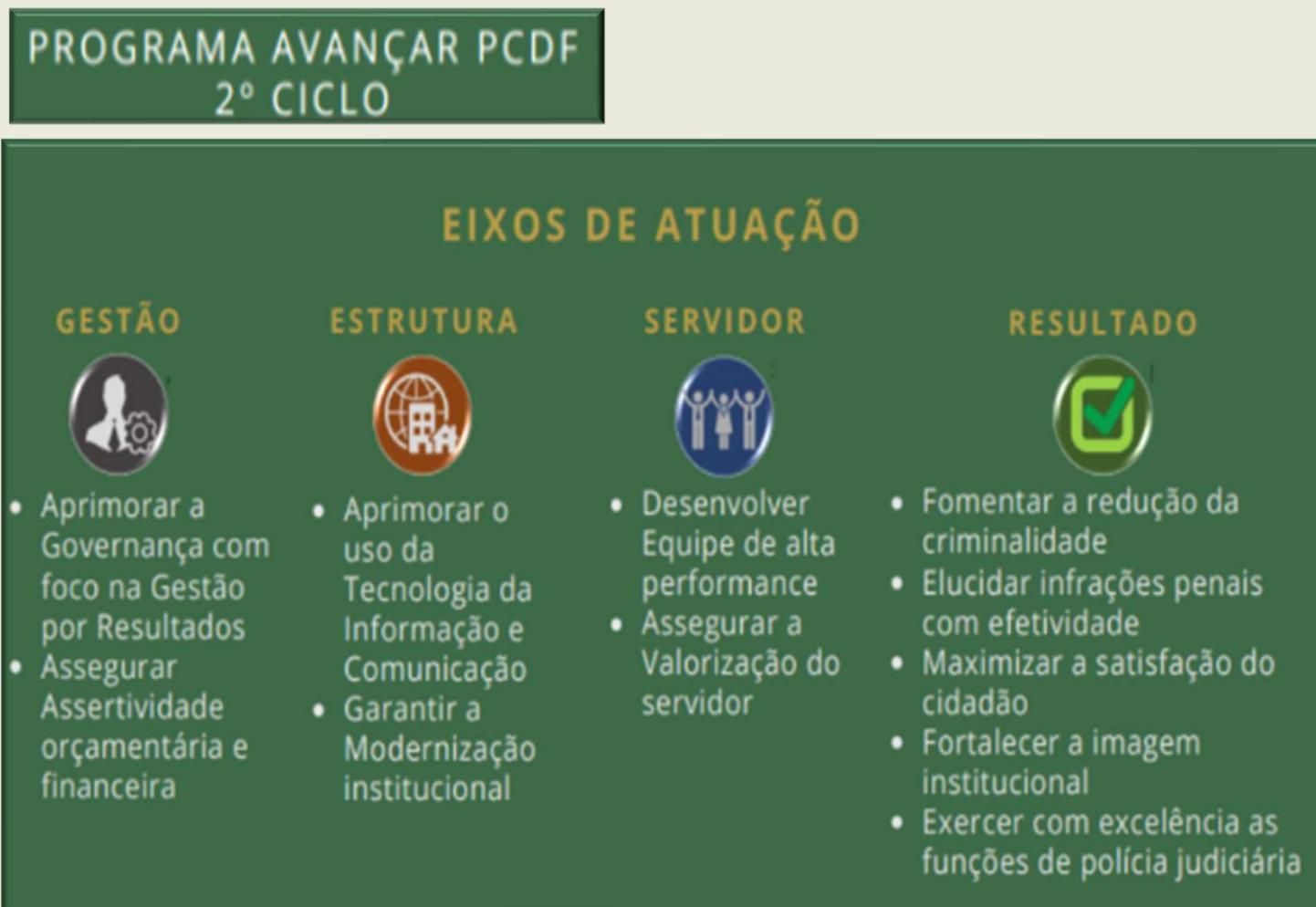
www.pcdf.df.gov.br/images/conteudo/institucional/Gestao_Estrategica/PEI_SITE.pcf, 2019.

Planejamento Estratégico Institucional

Eixos de Atuação

O novo plano estratégico (Programa Avançar PCDF 2019 -2023) foi estruturado em 4 Eixos de Atuação.

O último eixo é voltado a resultados: “Fomentar a redução da criminalidade”; “Elucidar infrações penais com efetividade”; “Maximizar a satisfação do cidadão”; “Fortalecer a imagem institucional”, e “Exercer com excelência as funções de Polícia Judiciária”.





Planejamento Estratégico Institucional

Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS	INDICADORES	METAS
APRIMORAR A GOVERNANÇA COM FOCO NA GESTÃO POR RESULTADOS	Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG)	Meta: Aprimorar os mecanismos de governança e gestão institucional, incrementando em 4% ao ano este índice, com base na média de acréscimo dos últimos anos
	Índice de Transparência Ativa	Meta: Manter a nota máxima de 100% em transparência ativa
ASSEGURAR ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Índice de assertividade orçamentária	Meta: Executar integralmente o orçamento disponível à PCDF em consonância com as prioridades estratégicas definidas
APRIMORAR O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Índice de execução do PDTIC	Meta: Cumprir o Plano Diretor conforme estabelecido e priorizado, executando integralmente as ações anuais previstas
GARANTIR A MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Taxa de execução do Plano Anual de Manutenção	Meta: Cumprir o Plano conforme estabelecido e priorizado, executando integralmente as ações anuais previstas
	Taxa de execução do Plano Anual e Contratações (PAC)	Meta: Cumprir o Plano conforme estabelecido e priorizado, executando integralmente as ações anuais previstas, evitando contratações emergenciais
DESENVOLVER EQUIPE DE ALTA PERFORMANCE	Taxa de ocupação do Quadro de Lotação Policial (QLP)	Meta: Consolidar o mapeamento destes cargos e concluir processos seletivos para aumento do efetivo policial, evitando o fechamento de unidades e paralisação de serviços
	Número de desligamentos previstos	Meta: Não se pretende diminuir este número, pois são aposentadoria e com a futura reforma da previdência este número naturalmente será reduzido. Entretanto, esta é uma variável crítica que deve ser monitorada para que haja um planejamento prévio de recomposição
	Taxa de servidores recapitados no Plano de Capacitação Continuada	Meta: Reduzir o intervalo de tempo em que os servidores retornam a Escola Superior de Polícia para se atualizarem
ASSEGURAR A VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	Taxa de absenteísmo por motivo de saúde	Meta: Reduzir significativamente o número de adoecimentos e tempo de ausência ao trabalho, por meio da identificação de unidades com número elevado de problemas, principais causas, novas práticas para tratamento, dentre outros



Planejamento Estratégico Institucional

Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

	Índice de clima organizacional	Meta: Resgatar o orgulho de ser policial e a satisfação dos servidores em fazer parte do corpo de profissionais da Polícia Civil do Distrito Federal
FOMENTAR A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	Recuperação de ativos de origem ilícita	Meta: Reduzir significativamente os fluxos financeiros, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado (*texto ODS adaptado)
	Número de vítimas de CVLI	Meta: Elevar a resolução de crimes, impactando positivamente na redução de 8% o número de CVLI, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019-2060
	Número de vítimas de crimes contra a liberdade sexual	Elevar a resolução de crimes e promover ações de prevenção e apoio às vítimas, impactando positivamente na redução de 10% o número de crimes de violência contra a mulher, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019-2060
	Número de Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	Elevar a resolução de crimes, impactando positivamente na redução de 16% o número de CCP, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019-2060
ELUCIDAR INFRAÇÕES PENAIS COM EFETIVIDADE	Índice de elucidação das investigações	Meta: Tornar-se a Polícia Civil do Brasil com a maior taxa de elucidação de crimes
	Taxa de conclusão	Meta: Tornar-se a Polícia Civil do Brasil com a maior taxa de conclusão de procedimentos
	Taxa de denúncias oferecidas	Meta: Meta preliminar de viabilizar este monitoramento, possibilitando a futura análise dos dados, favorecendo a realização de ajustes e melhoria dos procedimentos relatados
	Taxa de laudos conclusivos	Meta: Aumentar o percentual de laudos que auxiliam a resolução de crimes
MAXIMIZAR A SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	Índice de satisfação do cidadão	Meta: operacionalizar a pesquisa, estabelecendo preliminarmente linha de base e posterior identificação das principais necessidades de ajuste
FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL	Taxa de notícias positivas	Meta: Manter em 84% o percentual de notícias onde a PCDF é citada positivamente, rastreando os temas

Planejamento Estratégico Institucional

Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

		negativos em busca de medidas que mitiguem estas questões
	Número de reclamações na ouvidoria	Meta: Reduzir drasticamente o número de queixas, trabalhando as causas das reclamações e atendendo de forma oportuna as demandas de caráter coletivo
	Taxa de atendimento às recomendações de auditoria	Meta: Responder e atender 100% das recomendações dos órgãos de controle externo dentro do prazo definido
	Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável (PLS)	Meta: Executar integralmente as ações previstas para o ano
EXERCER COM EXCELÊNCIA AS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	Taxa de recuperação dos produtos de crime	Meta: Fomentar o foco investigativo na recuperação de produtos obtidos por meio ilícito e não só na identificação e prisão de autores
	Taxa de cumprimento de mandados dos condenados a reclusão	Meta: Tornar célere e tempestiva a identificação de novos mandados, viabilizando o cumprimento integral dos mandados desta natureza

Fonte: Plano Estratégico Institucional PROGRAMA AVANÇAR (2º ciclo) 2019 - 2023 , intranet.pcdf.gov.br/images/conteudo/unidades-policiais/DCIG/PEI_INTRA.pdf, 2020.

Planejamento Estratégico Institucional

Estratégia para alcance de Objetivos Estratégicos Institucionais: Melhor alocação de recursos e monitoramento de resultados

Aprimorar o aproveitamento de recursos de pessoal e recursos materiais disponíveis é uma das estratégias escolhidas para alcançar os objetivos estratégicos institucionais, o que será exposto a seguir minuciosamente (V. “Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão”).

Recursos de pessoal

Para melhor gerir em circunstâncias não favoráveis ao efetivo policial em termos quantitativos (V. “Alocação de Recursos”), houve grande investimento em projetos e campanhas em prol da saúde do servidor, de modo a prevenir o adoecimento. A Policlínica/DGP/PCDF realizou teste de Hepatite C em diversas unidades policiais e, através do seu Núcleo de Psicologia, aplicou questionário para avaliar distúrbio psíquico de caráter depressivo precedido de esgotamento físico e mental durante exercício da atividade profissional. A finalidade deste levantamento foi avaliar anonimamente níveis de estresse da rotina de trabalho, o nível de adequação dos servidores das carreiras policiais e os diferentes contextos de trabalho como expediente e plantão. Destaque-se ainda a realização do “Seminário de Saúde Mental: identificando sinais de risco e proteção”.

A alocação de recursos de pessoal foi realizada precipuamente para manter o atendimento ao público, o que se deu através da prestação de Serviço Gratificado Voluntário, imprescindível para a manutenção do funcionamento das delegacias de Polícia. Os servidores em regime de voluntariado gratificado foram essenciais para o funcionamento das delegacias circunscricionais, as quais aproveitaram ao máximo suas forças de trabalho nas seções de investigação, priorizando a investiga-

ção, culminando na conseqüente elucidação dos delitos.

Recursos Materiais

Como será melhor descrito a seguir (V. “Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão”), houve contratações e aquisições imprescindíveis para a continuação do exercício da atividade policial, com destaque para reformas e construções de unidades policiais, aquisição de viaturas e coletes balísticos, aparelhamento em TIC e o Sistema ABIS de identificação. Todos estes recursos foram adquiridos em conformidade com os objetivos estratégicos “03 - Aprimorar o Uso de Tecnologia da Informação e Comunicação”; “04 – Garantir a Modernização Institucional” e “09 – Assegurar a Assertividade Orçamentária e Financeira”.

Monitoramento

A apuração e monitoramento dos indicadores estratégicos ocorrem desde 2019, registrando dados colhidos em anos anteriores, o que possibilitou a formação de série histórica dos dados.

Contudo, somente a partir de janeiro de 2020

houve a edição e publicação do caderno de indicadores PCDF em intranet.



Caderno de Indicadores PCDF.



Planejamento Estratégico Institucional

Estratégia em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Projeta-se como visão de futuro da TIC/PCDF, ser, no âmbito do Distrito Federal, instituição com bom grau de maturidade em Tecnologia da Informação, em termos de robustez de infraestrutura, desenvolvimento, gestão e informatização de processos voltados para a atividade policial e atendimento ao cidadão, colaborando ativamente para o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais definidos no mapa estratégico corporativo.

Neste diapasão, destacam-se como principais desafios da gestão de TIC da PCDF o equilíbrio entre três eixos que permeiam a realidade da tecnologia, quais sejam:

Eixo Pessoas, Eixo Processos e Eixo Recursos, nos quais se projetam as seguintes realizações futuras:

Eixo Pessoas:

1. Recomposição do quadro de especialistas de TIC, responsáveis pela gestão e sustentação de TIC no âmbito da PCDF;
2. Capacitação e nivelamento de conhecimentos nas disciplinas e melhores práticas de TIC;
3. Reestruturação das atribuições das equipes e servidores da DITEC com vistas ao atendimento às novas demandas de gestão de TIC com base nas consequentes necessidades decorrentes do aperfeiçoamento e implantação das melhores práticas aplicadas ao contexto de TIC da PCDF;
4. Programa de capacitação permanente do quadro de profissionais de TIC institucional.

Eixo Processos:

1. Criação do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação e elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação com definição das Políticas de Segurança da Informação, que tratará das normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação, conforme normas de Segurança da Informação, à exemplo da ISO 27000, para atender as peculiaridades da Instituição, destacando-se temas como o Controle de Acesso, Gestão de Ativos, Classificação e Tratamento da Informação, Gestão de Mudanças, Continuidade de Negócio, dentre outros;
2. Mapeamento e documentação dos processos de TIC de acordo com melhores práticas (ITIL, COBIT);
3. Adaptação das recomendações e melhores práticas de TIC aos processos mapeados nas vertentes de gestão, operações e serviços;
4. Definições de políticas de TIC aprovadas pelas instâncias estratégicas para publicação e criação de cultura de uso;
5. Comunicação e difusão das políticas nos meios mais comuns e acessíveis a todos os profissionais da PCDF;
6. Monitoramento e controle da aplicação das políticas;
7. Revisão permanente e divulgação geral das políticas e processos;
8. Aperfeiçoamento e modernização dos sistemas corporativos para plataformas fixas e de mobilidade, garantindo maior acesso e disponibilização dos serviços Institucionais aos cidadãos;
9. Prospecção de projetos voltada para o conceito de cidades;
10. Modernização dos mecanismos e processos de gestão de TIC e dos demais eixos de atuações institucionais;



Planejamento Estratégico Institucional

Estratégia em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

11. Melhoramento do atendimento global e dos serviços prestados aos clientes internos e externos da PCDF pelos canais da Tecnologia da Informação.

Eixo Recursos:

1. Conclusão dos processos licitatórios para consolidação dos projetos nos campos de Infraestrutura, Sustentação, Serviços e Gestão, dos quais se destacam:

a. Infraestrutura:

- I. Conclusão da licitação e instalação do novo CPD da DITEC para consolidação do ambiente de alta disponibilidade com configuração ativa permanente;
- II. Conclusão da licitação e instalação dos demais produtos licitados e voltados para a segurança da informação;
- III. Aquisição de computadores para a PCDF, em complementação à aquisição iniciada em 2019, com garantia e suporte técnico especializado;
- IV. Contratação de empresas para prestação de serviços de comunicação de dados de alta disponibilidade e velocidades para as novas demandas de processos eletrônicos e novos sistemas;
- V. Ampliação da capacidade de gestão, armazenamento e recuperação de dados da instituição considerando ambientes dualizados e demandas crescentes;
- VI. Ampliação e aprimoramento dos ambientes virtualizados da PCDF.

b. Sustentação:

- I. Contratação de empresa para garantia da sustentação dos sistemas de alta disponibilidade tecnológica da PCDF (processo em andamento).

c. Serviços :

- I. Inserção do conceito de central de atendimento e portfólio de serviços a demandas dos usuários baseado em melhores práticas ITIL;
- II. Previsão de atendimento às unidades com equipes técnicas terceirizadas para níveis I e II para serviços de infraestrutura e redes internas de comunicação de dados.

d. Gestão:

- I. Estudos voltados para a implantação de equipe de projetos robusta e consolidada, baseado em melhores práticas de gestão de projetos e processos;
- II. Instalação de sistema unificado voltado para composição dos artefatos de projetos de TIC bem como sua gestão;
- III. Construção de painéis de gestão para diversas áreas de ações da PCDF, sobretudo de TIC;
- IV. Construção de sistema integrativo dos ambientes da TIC da PCDF para fins de gestão de suas diversas disciplinas.

Planejamento Estratégico Institucional

Estratégia para alcance de Objetivos Estratégicos do Plano Governamental: Priorização do Serviço Voluntário Gratificado

O planejamento estratégico institucional tem o escopo final de promover realizações que tornem a Polícia Civil do Distrito Federal eficaz para a sociedade na seara da Segurança Pública. Ele é fundamental para atingir a visão de médio e longo prazo, conseqüentemente, conquistar os objetivos do negócio. Através dele, a instituição orienta a tomada de decisões e a distribuição de recursos, garantindo assim sua perenidade.

Simultaneamente, há demandas do plano governamental que englobam um conjunto de iniciativas, metas e ações para o Distrito Federal. Este estabelece diretrizes para a administração pública por um período de quatro anos, através do qual o governo desenvolve programas que levam benefícios à população.

Consubstanciado no Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal - GDF 2016 - 2019, o plano governamental traz o Programa Temático 6217 : **SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA**, cujo objetivo geral é “Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.” Os objetivos específicos do programa temático relacionados estreitamente as atribuições da Polícia Civil são:

- **OBJETIVO ESPECÍFICO: 002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE:** “Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança públi

ca, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.”

- **OBJETIVO ESPECÍFICO: 006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS:** “Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.”
- **OBJETIVO ESPECÍFICO: 007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE:** “Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.”

Como forma de atender as demandas da sociedade civil, foi priorizada a manutenção do Serviço Voluntário Gratificado, a fim de contornar o problema do baixo efetivo policial. Contudo, os principais desafios ainda não foram extirpados, como a falta de aumento salarial dos servidores e o baixo efetivo policial.

No capítulo “Resultados de Gestão”, será demonstrado o alinhamento de algumas ações institucionais com o PPA 2016 – 2019.

Planejamento Estratégico Institucional

Matriz de materialidade

Estão demonstrados no gráfico “Matriz de Materialidade” ícones referentes a assuntos que afetam decisivamente a capacidade de alcançar objetivos institucionais de geração de valor em curto, médio e longo prazos.

Dentre os temas que impactaram diretamente sobre a Instituição Policial em 2019, interferindo em sua habilidade de criar, preservar ou gerar mais valor social para a Sociedade, destacamos as mais relevantes:

• **ADI nº 3.666 – Decisão que invalida decretos distritais que organizam a PCDF** - Em dezembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3.666, declarou a inconstitucionalidade das Leis distritais nº 3.656/05, nº2.835/01 e nº 3.100/02, suspendendo, com efeitos modulados, a eficácia das referidas normas, reiterando o entendimento daquela Corte “no sentido de que a União possui competência exclusiva para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal”.





Planejamento Estratégico Institucional

Matriz de materialidade

E.C. nº 103/2019 CF. Conjuntura da Legislação Previdenciária - Novas regras para aposentadoria policial influenciam na tomada de decisões quanto ao planejamento para recomposição de quadro de cargos funcionais. Ressalte-se alterações no modo de cálculo de proventos para aposentadoria, o que impacta na força de trabalho e na eficácia das iniciativas para a retenção de talentos.

Decisão do STF sobre Prisão em segunda instância - O Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em 2019 elidir a possibilidade de prisão de condenados em segunda instância, alterando um entendimento adotado desde 2016. O Supremo permitia que juízes determinassem a execução provisória das penas. A decisão tem efeito *“erga omnes”*, valendo para todas as instâncias do Judiciário e será vinculante. Estima-se que milhares de custodiados no sistema prisional pátrio possam ser beneficiados pela mudança de entendimento, se não estiverem presos preventivamente por outro motivo. Tal decisão pode impactar no volume de trabalho e nos esforços despendidos pela instituição policial.

Recurso Extraordinário nº 1.055.941 – São Paulo – a decisão proferida nos autos do referido recurso extraordinário, de autoria do Ministro Dias Toffoli, determinou a suspensão de todos os inquéritos policiais e procedimentos de investigação criminal – PICs, *“instaurados à mingua de supervisão do Poder Judiciário e de sua prévia autorização sobre dados compartilhados pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN), que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais”*. A decisão alcançou inquéritos policiais instruídos com Relatórios de Inteligência Financeira - RIFs, e demais peças de informação produzidas pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, razão pela qual a Corregedoria-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal determinou, por meio da Circular nº 06 – CGP/PCDF, de 26 de julho de 2019, que as autoridades policiais lotadas nos Departamentos de Polícia Circunscricional, de Polícia Especializada e de Atividades Especiais e na própria Corregedoria, identificassem todas as investigações abarcadas pela decisão referida, de modo a submetê-las à apreciação do Poder Judiciário. Ressalte-se que as investigações voltadas a crimes contra a ordem tributária já adotavam anteriormente a política de celeridade *“judicialização”* dos procedimentos inquisitórios, submetendo o inquérito policial à apreciação da autoridade judiciária competente com a maior brevidade possível.

Serviço Voluntário Gratificado – a manutenção do Serviço Voluntário Gratificado tem forte influência no desempenho e eficiência da Polícia.



Planejamento Estratégico Institucional

Matriz de materialidade

Lei nº 13.886/2019 – No que tange a leilões de bens, a nova legislação acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de entorpecentes. Também estabelece percentual de 20% a 40% dos recursos provenientes da alienação dos bens móveis e imóveis às polícias estaduais e distrital, se forem as responsáveis pela apreensão, sob a condição de cumprirem requisitos estabelecidos na lei nº 7.560/86, art. 5º, par. 1º, I e II. Tal mudança pode impactar na captação de recursos para a Polícia Civil.

Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) - a Lei impacta principalmente nos processos voltados para a formação do policial civil e na gestão do Conhecimento no âmbito institucional.

Ac. 1.633/2016 - TCU – Decisão em Plenário do Tribunal de Contas da União prevê a viabilidade de ressarcimento ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, pelo GDF, de valores indevidamente repassados, a partir de janeiro de 2003. Gestores do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF passam a reter contribuição previdenciária, antes creditada ao Governo do Distrito Federal, de servidores e militares, para o custeio de aposentadoria.

Pandemia COVID-19 - O Covid-19, vírus altamente contagioso e causador de doença infecciosa, foi identificado pela primeira vez em dezembro de **2019**, em Wuhan, na China. Através de mídias sociais, seus efeitos devastadores se tornaram conhecidos mundialmente, o que ocasionou bruscas alterações em processos de trabalho em todo o universo corporativo. Atualmente, considera-se que este fator alterará as relações e processos de trabalho em todos os segmentos de negócios, abrangendo também o de Segurança. Como exemplo, verifica-se a possibilidade do incremento de registros remotos de ocorrências policiais, dentre outros processo internos, ainda a serem submetidos a estudos preliminares.

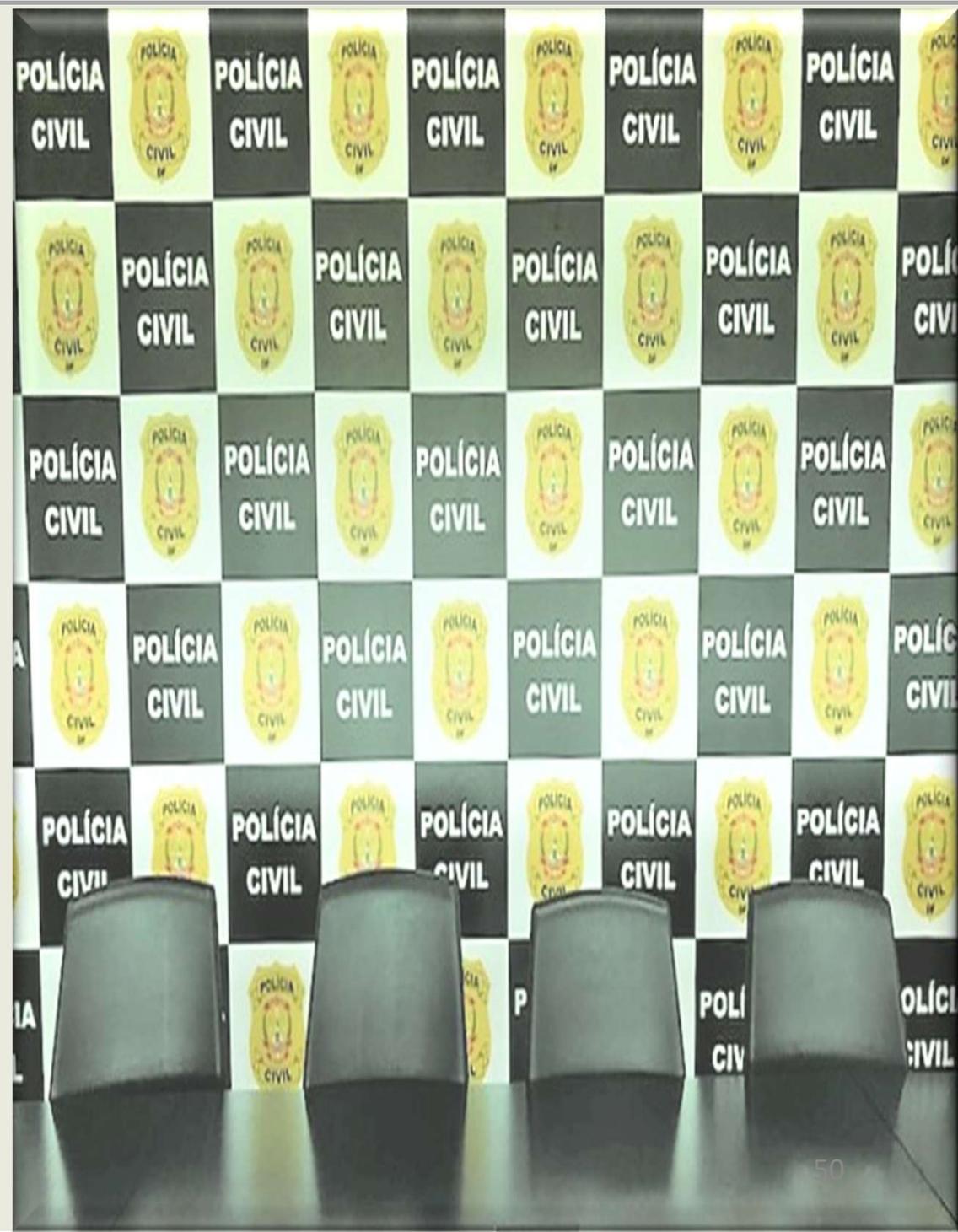
Materialidade
PCDF

Governança

Princípios de Governança

Os instrumentos para a prática da responsabilização corporativa estão sendo paulatinamente forjados na PCDF. Após o estabelecimento de responsabilidades dos gestores quanto ao processo de programação orçamentária na instrução normativa nº 189/2018 - PCDF, houve a disposição sobre a competências do Comitê Interno de Governança (Portaria nº 49/2019 - PCDF, alterada pela Portaria nº 89/2019 - PCDF), formado pelos seguintes membros: Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, Corregedor-Geral de Polícia, Diretor do Departamento de Polícia Circunscricional, Diretor do Departamento de Polícia Especializada, Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação, Diretor do Departamento de Atividades Especiais, Diretor do Departamento de Administração Geral, Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, Diretor da Escola Superior de Polícia Civil, Diretor do Departamento de Polícia Técnica, Assessor-Chefe da Direção-Geral e Assessor-Chefe da Gestão Estratégica, este último extinto, e correspondente a atual função de Diretor do Departamento de Controle Interno e Gestão.

Dentre outras preocupações, a instituição preza pela Transparência, evidenciada pela intensa participação nos CONSEGs – Conselhos Comunitários de Segurança, em todo o Distrito Federal, respeito à Lei de Acesso à Informação e adoção de diversos canais de comunicação.



Governança

Principais normas direcionadoras de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal: Políticas, Planos e Diretrizes

As demonstrações sobre a governança corporativa a seguir expostas foram distintas sob algumas perspectivas de observação, em consonância com o **Referencial Básico de Governança (TCU, 2014)**: governança para atendimento a políticas públicas (Sociedade e Estado), governança organizacional e governança intraorganizacional (Atividades Intraorganizacionais), esta última voltada principalmente para a política de aquisições em tecnologia da Informação e Comunicação.

Atendimento a Políticas Públicas

Estas são as principais normas direcionadoras da atuação da PCDF, cujo fim é o atendimento ao público e à Sociedade:

- **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS** – dispostos na Lei 13.675/2018, os princípios da política nacional de segurança pública orientam a atuação da PCDF. São considerados fundamentais as ações integradas entre União, Estados e Distrito Federal na seara da segurança pública, políticas transversais para a preservação da vida, meio ambiente e dignidade da pessoa humana; a formação e capacitação dos operadores de segurança pública; o atendimento a pessoas em condição de vulnerabilidade social; a integração com a comunidade através dos Conselhos de Segurança – CONSEGS e a promoção da Cultura da Paz por meio de execução de um portfólio de projetos sociais.

- **Diretrizes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA** - a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro promove a articulação contra o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Exerce expressiva influência sobre a PCDF como referência estratégica externa para a atividade policial.
- **Agenda 2030, Organização das Nações Unidas – ONU** - seus 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aos quais o Governo do Distrito Federal - GDF formalmente aderiu em 2016, balizam os objetivos e ações institucionais. Para atingir o **ODS 16**, a PCDF, através do Plano Plurianual 2016 -2019, instituiu metas e planejou ações que contribuiram para o sucesso das investigações criminais. Ao promover celeridade e qualificação dos inquiridos policiais, a Polícia Civil colabora para o êxito da persecução penal, ensejando maior rapidez na conclusão de processos judiciais criminais, garantindo ao cidadão a certeza da prestação jurisdicional desejada.



Governança

Principais normas direcionadoras de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal: Políticas, Planos e Diretrizes

O ODS 5 *Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas*

norteia ações para a redução drástica de todas as formas de violência de Gênero.

Considerando que a maioria dos delitos desta natureza são praticados em ambiente

doméstico, a PCDF investe também em iniciativas voltadas a construção de uma **cultura de prevenção**, além de treinamento dos policiais civis.



O Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal PLS - PCDF se encontra em fase de elaboração e tem o escopo de desenvolver práticas de sustentabilidade ambiental, de economicidade e racionalização de recursos públicos.

- **Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal - PPA 2016 – 2019 - GDF** - o planejamento governamental de médio prazo, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública do Distrito Federal, elegendo também políticas públicas para a segurança, como o enfrentamento aos Crimes contra o Patrimônio - CCP, Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI e combate à violência contra a mulher.
- **Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil - CONCPC** – o conselho composto pelos chefes das Polícias Cíveis de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal é responsável pela expedição de resoluções que norteiam as condutas das Polícias Cíveis. A Resolução nº 05/2018 - CNCPC instituiu diretrizes a serem observadas pelas Polícias Cíveis de todas as unidades da Federação, relacionadas a repressão qualificada à corrupção. O normativo vem a atender a necessidade de uma orientação uníssona a todas as Polícias Cíveis do país, vez que o combate à corrupção representa um dos maiores anseios contemporâneos da sociedade brasileira. A ação do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil também considera a premência de alterações na cultura organizacional da polícia judiciária a fim de priorizar o combate a estruturas criminosas arrojadas. Entre as diretrizes definidas na resolução estão a priorização do combate à corrupção e ao crime organizado como política institucional permanente e o fomento à investigação de esquemas de corrupção no âmbito da administração pública.

Governança

Principais normas direcionadoras de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal: Políticas, Planos e Diretrizes

- **Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019 - 2060** – em razão de sua perenidade, representa um plano de Estado no qual estão definidas políticas públicas com foco na reorganização do Distrito Federal.
- **Plano Estratégico da Polícia Civil do Distrito Federal** - as declarações de Missão, Visão e Valores traduzem a identidade estratégica da instituição.
- **Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal** - conforme lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o Governo do Distrito Federal instituiu a lei nº 6.456, de 26 de dezembro 2019, que dispõe sobre a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal.



Ilustração: Planejamento Estratégico do GDF 2019 – 2060. Agência Brasília, abril 2019.
http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/05/Book_PEDF_Plano_Estrategico_final.pdf, 2020.

Governança

Principais normas direcionadoras de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal: Políticas, Planos e Diretrizes

- **Eixo de Atuação da PCDF** - no âmbito interno, foram criados pela Alta Administração eixos temáticos que orientam a atuação na atividade finalística, levados a efeito por ações policiais responsáveis e coordenadas.



Governança organizacional e intraorganizacional: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Governança organizacional e intraorganizacional

O primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal – PDTIC/PCDF aprovado pelo CGTIC em 2017, teve validade para o triênio de 2017 - 2019 (V. <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/governanca-de-tic>).

Durante o seu período de vigência, o PDTIC/PCDF 2017 - 2019 representou um instrumento indispensável para o acompanhamento e a gestão dos recursos de TIC, possibilitando um avanço considerável na maturidade organizacional no que tange à Governança de TIC.

O PDTIC/PCDF 2017 - 2019, em alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais, orientou a aplicação de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação na PCDF de forma a atender às demandas pela alta qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O acompanhamento dos resultados do PDTIC/PCDF 2017 - 2019 foi realizado por meio da Secretaria Executiva do CGTIC/PCDF, coordenada pelo Departamento de Inteligência e Gestão da Informação - DGI, estrutura que abriga as divisões de TIC da PCDF. Periodicamente são convocadas reuniões ordinárias do CGTIC, ocasiões em que são apresentados os resultados alcançados e discutidas as questões mais relevantes.

Foram realizadas três revisões do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PCDF, buscando promover seu alinhamento à previsão orçamentária da instituição para os anos de 2018 e 2019, bem como atender à necessidade de documentar o andamento da execução das ações planejadas, assegurando a conformidade do PDTIC/PCDF 2017 - 2019 as prioridades institucionais.

A metodologia utilizada no processo de elaboração do PDTIC 2020 – 2023 – baseada no Guia de Elaboração de PDTIC do SISP, versão 2.0 –, orientou a construção do PDTIC em três etapas principais: preparação, diagnóstico e planejamento. A fase de preparação se constituiu em atividades de definição de abrangência do PDTIC, período de referência, definição de equipe de elaboração do PDTIC, definição de metodologia e alinhamento aos documentos de planejamento da instituição. Na segunda etapa, deu-se o diagnóstico, oportunidade em que houve análise da situação atual da área de Tecnologia da Informação e Comunicação na PCDF, da execução das ações planejadas no PDTIC anterior, das metas alcançadas, necessidades atendidas e do alcance do referencial estratégico da TIC (missão, visão, objetivos estratégicos Institucionais e de TIC).

Durante a execução do PDTIC 2017 - 2019, constatou-se que uma parte das ações não pôde ser executada no triênio, principalmente por questões de restrições orçamentárias. Houve, mudanças na priorização das demandas e surgiu a necessidade de novas contratações para manutenção das soluções atuais. Em decorrência, novo alinhamento foi realizado por intermédio de três revisões, resultando na elaboração de matriz com as ações remanescentes do PDTIC anterior e aquelas novamente priorizadas para o PDTIC 2020 - 2023.



Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC Planos Diretores e instrumentos de planejamento

A partir desse novo panorama, ações remanescentes do PDTIC 2017 - 2019 e novas necessidades de TIC, as demandas foram inventariadas e analisadas pelos departamentos de Polícia para, em seguida, ser aplicada ferramenta que estabelecesse a prioridade de atendimento das ações – segundo o grau de gravidade, urgência e tendência –, considerando sempre as melhores práticas de TIC, e sob a perspectiva do planejamento estratégico da Instituição.

Após a **consolidação das demandas** encaminhadas pelos Departamentos, já priorizadas pelo emprego de **Matriz GUT**, a equipe responsável pela elaboração do PDTIC/PCDF 2020 - 2023 ainda aplicou os seguintes critérios de priorização para todas as aquisições e serviços em TIC na ordem abaixo:

- a) Ações remanescentes do PDTIC 2017 - 2019 cujos processos encontram-se na Comissão Permanente de Licitação - CPL, aguardando finalização do processo de licitação;
- b) Ações contínuas: que visam manter as soluções de TIC da PCDF;
- c) Ações que visam atender à necessidades corporativas e são consideradas imprescindíveis para a continuidade das soluções de TIC da Instituição;
- d) Ações remanescentes do PDTIC 2017 - 2019, que não puderam ser contratadas em 2019, cujos processos administrativos já se iniciaram e estão formalizados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/GDF;

e) Novas Ações, arroladas de acordo com a origem da demanda, separadamente.

Após a fase de diagnóstico, iniciou-se a etapa de planejamento, no qual, para cada uma das necessidades identificadas na fase de diagnóstico foram estipuladas metas e ações.

Ao final da fase de planejamento, a minuta do PDTIC/PCDF 2020 - 2023 foi consolidada pela equipe de elaboração do PDTIC, submetida e aprovada pelo CGTIC/PCDF e publicada no endereço eletrônico <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/governanca-de-tic>, conforme instruções do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Neste item, buscou-se apresentar um panorama da Governança de TIC na PCDF, destacando-se a atuação do CGTIC/PCDF, o acompanhamento das ações previstas no PDTIC/PCDF 2017 a 2019 e o processo de elaboração do PDTIC/PCDF 2020 - 2023, com o envolvimento tanto da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como das áreas finalísticas da PCDF, o que demonstra o crescimento e o amadurecimento dos processos de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de TIC da PCDF.

Governança

Ciclo de Gestão em Governança

Em alinhamento vertical com a política e diretrizes estabelecidas no Decreto nº 9.203/2017, o Decreto Distrital nº 39.736/2019 dispõe sobre a Política de Governança Pública e *Compliance* no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal, tendo ensejado a concepção do Comitê Interno de Governança da Polícia Civil – CIG/PCDF.



Governança

Nova estrutura

No ano de 2019, o modelo de governança da Polícia Civil foi sensivelmente alterado ante o reflexo de modificações em sua estrutura organizacional. O Decreto Distrital nº 40.323, de 17 de dezembro de 2019 alterou a estrutura administrativa da Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, o que foi fundamental para alcançar um modelo de governança mais efetivo, de modo a permitir que a Polícia Civil seja exitosa em se firmar como organização policial de referência, premissa de sua visão institucional. No quadro a seguir é possível observar a evolução ocorrida em governança e as novas unidades administrativas que apoiam a Alta Gestão.

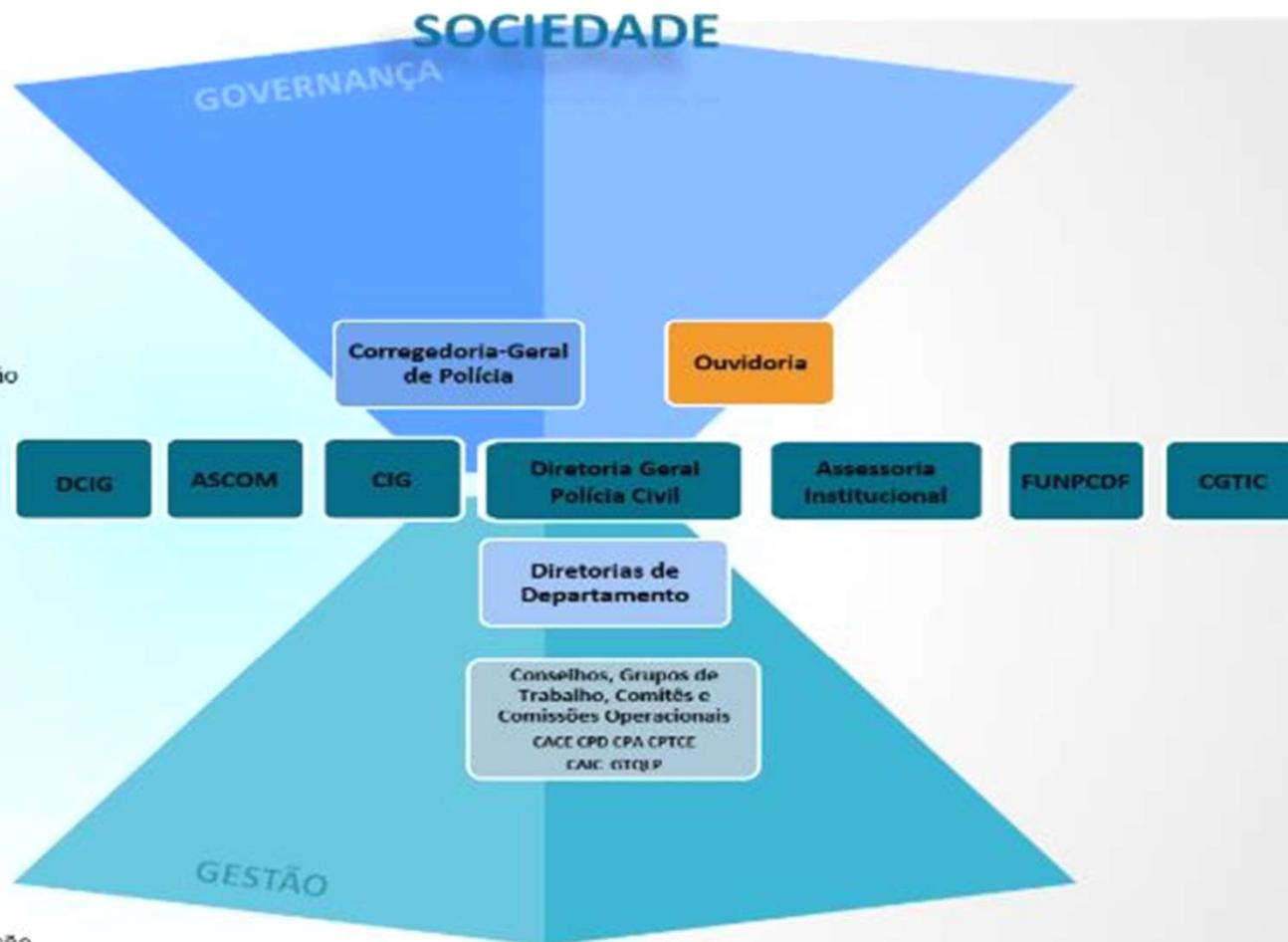
Descrição da estrutura de governança

DEPARTAMENTO, CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES ESTRATÉGICOS

1. Conselho de Administração do Fundo de Manutenção, Modernização e Reequipamento da Polícia Civil - FUNPCDF
2. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal - CGTIC/PCDF
3. Comitê Interno de Governança – CIG
4. Departamento de Controle Interno e Gestão

CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES OPERACIONAIS

1. Comissão de Acumulação de Cargos Efetivos – CACE
2. Comissão Permanente de Disciplina – CPD
3. Comissão Permanente de Alienação – CPA
4. Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial – CPTCE
5. Comissão de Apuração de Inadimplência Contratual – CAIC
6. Grupo de Trabalho para Estudos e Elaboração de Quadro de Lotação Policial - GTQLP





Governança

Nova estrutura

Instâncias Externas de Governança

A estrutura de governança externa conta com a atuação do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF (fiscalização, controle e regulação). Exerce ainda controle externo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, através da atuação da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social - Prodep .

O **Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios - EGC** (Port. n. 75, de 02 de julho de 2019; DODF 126, de 8 de julho de 2019) - foi criado com o objetivo de coordenar e acompanhar a execução de projetos e a aplicação de recursos oriundos de convênios firmados pelas Forças de Segurança.

Governança Corporativa Interna: comitê e unidades orgânicas

Comitê Interno de Governança - CIG - o plenário do Comitê Interno de Governança é composto pelo Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, Corregedor-Geral de Polícia, Diretores de Departamento e Assessor-Chefe da Direção-Geral.

São estas as principais unidades orgânicas da PCDF cujos gestores encontram-se envolvidos na tomada de decisões vitais para a organização:

- **Direção - Geral da Polícia Civil – DGPC** - a função da Direção-Geral da PCDF é promover uma gestão

administrativa direcionada ao exercício de funções institucionais previstas no Decreto 30.490/2009, . art. 4º : zelo pela ordem e segurança pública; promoção do intercâmbio policial com organizações congêneres; colaboração na execução de serviços policiais relacionados com a prevenção e a repressão à criminalidade interestadual; execução de atividades de perícia criminal, médico-legal e papiloscópica, além de cooperação com demais órgãos de segurança pública, com autoridades administrativas e judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares.

- **Direção - Geral Adjunta**
- **Assessoria da Direção - Geral**
- **Assessoria de Comunicação - ASCOM** – a Assessoria de Comunicação, criada pela lei distrital nº 3.100/2002, monitora os acontecimentos mais relevantes da PCDF para a divulgação interna e externa, utilizando ampla rede de mídias sociais e promovendo também gerenciamentos de crises.
- **Assessoria da Direção Geral da Polícia Civil – ASSDGPC** - a Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil tem a atribuição de prestar assessoramento técnico-jurídico ao Diretor-Geral mediante a execução das atividades de consultoria (Decreto 30.490/2009).
- **Departamento de Administração Geral - DAG**
- **Corregedoria - Geral de Polícia - Ouvidoria**

Corregedoria - Geral de Polícia - CGP: A Corregedoria-Geral de Polícia Civil - CGP, prevista no Regimento Interno da PCDF (Decreto 30.490/2009), conduz procedimentos administrativos disciplinares de todos policiais civis mediante aplicação da Lei nº 4.878/65.

Assessoria para Assuntos Institucionais da Polícia Civil - AAI

- **Departamento de Controle Interno e Gestão - DCIG** - responsável pela gestão do planejamento estratégico corporativo através da Divisão de Planejamento Estratégico - DIPLANE. Abarca também a Divisão de Projetos - DIPROJ e a **Divisão de Controle Interno - DICON**. O departamento tem como atribuição supervisionar, analisar, orientar, fiscalizar, avaliar e acompanhar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, assim como auxiliar e dar o devido tratamento aos processos de auditoria e controle externo da Polícia Civil do Distrito Federal.
- **Departamento de Polícia Circunscricional - DPC**
- **Departamento de Polícia Especializada - DPE**
- **Departamento de Atividades Especiais - DEPATE**
- **Departamento de Gestão de Pessoal – DGP**
- **Departamento de Inteligência e Gestão da Informação**
- **Departamento de Polícia Técnica - DPT**
- **Escola Superior de Polícia Civil - ESPC**



Governança

Nova estrutura

Conselhos, Comitês e Comissões

Apenas alguns conselhos, comitês e comissões da PCDF podem ser considerados efetivos instrumentos de governança por envolverem mecanismos de liderança, estratégia e controle.

Foram considerados como estratégicos aqueles cujas decisões podem ter impacto em toda a instituição policial.

Conselhos, Comitês e Comissões Estratégicos

- **Comitê Interno de Governança - CIG**
- **Conselho de Administração do Fundo de Manutenção, Modernização e Reequipamento da Polícia Civil – FUNPCDF:** O Conselho do FUNPCDF é responsável pela gestão dos recursos arrecadados, e promoção de modernização e reequipamento da PCDF, através da aquisição de bens de consumo e execução de serviços (Lei Complementar nº 751/2007).
- **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PCDF - CGTIC/PCDF:** responsável pelos atos de governança em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (Portaria nº 58/2016–PCDF).

- Promove o necessário alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), atendendo aos objetivos estratégicos e à missão institucional, a PCDF, com a finalidade de deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação.
- **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da PCDF - CGPLS/PCDF:** Criada pela portaria nº 23/2018 - PCDF, esta comissão é responsável pela elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável - PLS/PCDF. O plano de Logística Sustentável é documento institucional voltado para a economicidade e sustentabilidade ambiental, e deverá conter indicadores, metas e planos de ação, visando a prática do consumo sustentável na PCDF.

Conselhos, Comitês e Comissões Operacionais

Listadas a seguir as unidades administrativas que exercem suas funções em nível operacional, salientamos que estas não representam elementos de governança corporativa em sentido estrito, mas devem ser mencionadas por serem efetivos meios de controle na PCDF. Portanto, são tidas como ferramentas em resposta a eventos que podem prejudicar a boa performance corporativa.

- **Comissões de Acumulação de Cargos Efetivos – CACE:** previstas no art. 9º da Portaria nº 04, de 24 de janeiro de 2018 - PCDF, que estabelece que a análise quanto a licitude de todas as acumulações de cargos deve ser apreciada por comissões especiais, compostas por três servidores estáveis, nomeadas pelo Diretor Geral da Polícia Civil e presididas por um Delegado de Polícia.
- **Comissão Permanente de Disciplina - CPD**
- **Comissão Técnica para Reequipamento e Reparelhamento - CTRR**
- **Comissão Permanente de Alienação - CPA:** Criada pela lei complementar nº 751/2007, esta comissão tem o escopo de gerir processo de alienação de bens apreendidos e arrecadados.
- **Comissão Permanente de Tomada de Contas – CPTCE:** Considerado um dos instrumentos de controle institucional, é unidade responsável pelos trabalhos de apuração de tomada de contas especial (Portaria nº 124/2000 - PCDF).
- **Comissão de Apuração de Inadimplência Contratual - CAIC:** Considerado um dos instrumentos de controle institucional, trata de inadimplementos contratuais em contratos.



Governança

Nova estrutura

Demais Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho criados em 2019:

PROCEDIMENTO	NORMATIVO	OBJETIVO
Comissão Especial	Ordem de Serviço nº 08, de 19/03/2019 Publicação BS nº 55 de 22/03/2019	Avaliar e reavaliar a licitude de acumulação de cargos – Profissionais cargos privativos de saúde.
Comissão	Portaria nº 21, de 1º/03/2019 Publicação BS nº 45 de 08/03/2019	Recebimento de equipamentos para os laboratórios de DNA FORENSE
Comissão	Portaria nº 31, de 16/04/2019 Publicação BS nº 73 de 17/04/2019	Recebimento de materiais decorrentes do Projeto de Modernização das Delegacias de Homicídios e Unidades de Repressão ao Crime Organizado.
Comissão	Portaria nº 33, de 24/04/2019 Publicação BS nº 78 de 26/04/2019	Identificação e especificação de equipamentos – Reequipamento e Reaparelhamento da PCDF
Comissão	Portaria nº 35, de 07/05/2019 Publicação BS nº 84 de 07/05/2019	Estudos objetivando a elaboração de proposta para o projeto de legislação relativa à estruturação organizacional e de cargos da PCDF.
Comissão	Portaria nº 41, de 16/05/2019 Publicação BS nº 92 de 17/05/2019	Recebimento dos bens oferecidos em doação pela Receita Federal em Ponta Porã/MS
Unidade Setorial	Portaria nº 104, de 14/10/2019 Publicação BS nº 197 de 15/10/2019	Unidade Setorial de Gestão do SEI-PCDF
Grupo de Trabalho	Portaria nº 125, de 17/12/2019 Publicação BS nº 243 de 23/12/2019	Elaboração de proposta de política de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – PCDF

Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Estrutura de Governança em TIC

O Departamento de Inteligência e Gestão da Informação - DGI, órgão de coordenação técnica e operacional, diretamente subordinado à Direção-Geral da PCDF, tem, dentre suas atribuições, atender, por suas unidades vinculadas, à crescente e ininterrupta demanda institucional por soluções de tecnologia da informação e comunicação, de forma ágil e eficiente.

A Divisão de Tecnologia – DITEC é a unidade subordinada ao DGI responsável por prover e administrar a Infraestrutura de TI, além de desenvolver, manter e gerir os sistemas corporativos da PCDF. Presta ainda, quando necessário, consultoria na contratação dos sistemas e equipamentos de TI adquiridos de terceiros e geridos por outros setores da PCDF, bem como o suporte necessário ao acesso destas soluções pelas demais unidades da Instituição.

A Divisão de Telecomunicações - DITEL é a unidade subordinada ao DGI responsável por prover e administrar todas as atividades de telecomunicações e radiocomunicações da PCDF, prestando suporte técnico e manutenção a toda infraestrutura, sistemas e equipamentos necessários à comunicação institucional.

Modelo de Governança em TIC - Para promover o necessário alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, atendendo aos objetivos e à missão institucional, a PCDF criou o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal – CGTIC/PCDF por meio da Portaria nº 58, de 09 de novembro de 2016, com a finalidade de deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação. O CGTIC/PCDF possui natureza consultiva e deliberativa, tendo como finalidade deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, de maneira a promover o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da

Informação e Comunicação - TIC, atendendo aos objetivos e à missão institucional.

Nos termos do Artigo 2º, da Portaria nº 58, de 09 de novembro de 2016, o CGTIC/PCDF é composto pelos seguintes membros: Diretor-Geral da PCDF, Diretor-Geral Adjunto, Corregedor-Geral, Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação, Diretor do Departamento de Administração Geral, Diretor do Departamento de Polícia Técnica, Diretor do Departamento de Polícia Especializada, Diretor do Departamento de Polícia Circunscrição, Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, Diretor do Departamento de Atividades Especiais, Diretor da Escola Superior de Polícia Civil, Chefe da Assessoria da Direção Geral e Diretor do Departamento de Controle Interno e Gestão. A Presidência do comitê é exercida pelo Diretor-Geral da PCDF e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, por outro Diretor indicado pelo Presidente.

Os Diretores da DITEC e da DITEL participam das reuniões do CGTIC/PCDF na condição de representantes técnicos da área de TIC para subsidiar as deliberações do colegiado.

Governança Quadro Evolutivo

Ainda em 2018, as expectativas sobre o próximo exercício já estavam delineadas. Explicita o quadro a seguir as mudanças então aguardadas: o incremento da governança corporativa, uma nova reestruturação organizacional, a adoção de práticas mais robustas de *accountability*, a aplicação de melhores práticas em sustentabilidade ambiental e foco na capacitação profissional com enfoque estratégico.

GOVERNANÇA

Expectativas 2018



REALIZAÇÕES EM 2019

- Criação e atuação do Comitê Interno de Governança
- Aprovação do Plano Estratégico 2019 -2023
- Elaboração do Plano Anual de Contratações – PAC
- Publicação do Caderno de Governança - PCDF
- Reestruturação da Direção Geral da PCDF
- Instituição da Política de Gestão de Riscos (Port. nº 118/2019 – DGPC/PCDF)
- Execução do fluxo de Programação Orçamentária (I.N. nº 189/2018 – DGPC/PCDF)
- Projeto HIGEIA
- Instituição do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde
- Instituição do Programa de Prevenção de Risco Ambiental do IML
- Estudos para elaboração de Quadro de Lotação Policial – QLP

Governança

Principais Marcos Evolutivos

2017

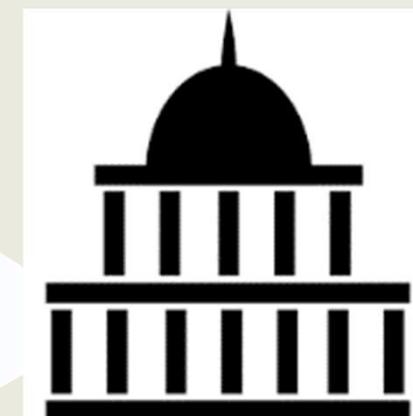
- **Conquista do Prêmio “Índice de Transparência Ativa”,** promovido pela Controladoria - Geral do Distrito Federal
- **Revisão de indicadores táticos de desempenho para atividades administrativas**

2018

- **Conquista do 2º Prêmio “Índice de Transparência Ativa”,** promovido pela Controladoria – Geral do Distrito Federal
- **Criação da Unidade de Controle Interno no âmbito da PCDF** (Decreto nº 39.182, de 03 de julho de 2018)
- **Criação da Instrução Normativa nº 189/2018 – PCDF,** que regulamenta o processo e fluxo de programação orçamentária para Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA e Plano Plurianual - PPA
- **Divulgação de instrumentos de governança corporativa em site institucional** (indicadores táticos de desempenho para atividades não finalísticas)
- **Adoção do Sistema de Gestão Administrativa – SGA**
- **Criação do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável**

2019

- **Publicação do Caderno de Governança e Gestão por Resultados PCDF –** consolidação de processos de trabalho, atividades e procedimentos alinhados aos objetivos estratégicos institucionais que foram levados a efeito em 2019
- **Elaboração do Plano Anual de Contratações - PAC 2020**
- **Revisão do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC**



Fonte: DIPROJ/DCIG/PCDF, 2019.

Governança

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, encontra-se disponibilizada na página virtual www.pcdf.df.gov.br, explicitando todos os serviços ofertados pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações: Canais de acesso ao cidadão

Os canais de acesso da sociedade encontram-se disponíveis no site www.pcdf.df.gov.br. O atendimento presencial é prestado na SAISO, Lote 23, Conjunto A, Edifício Sede, Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, Brasília/DF, no horário compreendido entre 12h e 19h, de segunda-feira à sexta-feira.

O atendimento virtual é prestado por meio do menu “Serviços”, “Fale Conosco, www.pcdf.df.gov.br/servicos/fale-conosco-ouvidoria, sendo disponibilizado formulário para comunicação de Reclamações, Denúncias, Solicitações, Informações e Sugestões. Ainda no menu “Unidades Policiais”, “Ouvidoria” são disponibilizadas informações de acesso, como orientações, e-mail ouvidoria@pcdf.df.gov.br, endereço e telefones disponíveis para contato.



Fonte: PCDF, 2018.

Governança

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Também na página principal www.pcdf.df.gov.br encontra-se o botão “Fale Conosco – Ouvidoria”, bem como link para acesso direto com a Ouvidoria - Geral do GDF e Sistema e - Sic (Lei de Acesso à Informação) “Faça aqui o seu e - Sic”. É disponibilizado, ainda, nessa página principal, no menu “Acesso à informação”, o link “informação ao Cidadão Sic”. A Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal está sediada na SPO, Lote 23, Conjunto A, Edifício Sede, Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, Brasília/DF, C.E.P. 70.610-907.

Delegacia Eletrônica

Ampliando o rol de canais de comunicação, a Polícia Civil instituiu a Delegacia Eletrônica para registro eletrônico de ocorrências policiais como extravio e perda de documentos, acidentes de trânsito, perturbações da tranquilidade, injúrias, ameaças, maus tratos de animais, dentre outros. Fica o comunicante cientificado da necessidade de preservar as possíveis provas do crime, tais como fotos e vídeos, em razão da possibilidade de exame pericial.

197 DENÚNCIA

Disque 197
A ligação é gratuita

Whatsapp
(61) 98626-1197

197 online
<https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/197>

Denúncia por e-mail
denuncia197@pcdf.df.gov.br

Siga @pcdf_oficial | Curta @pcdf_oficial | Compartilhe @pcdf_oficial

DELEGACIA ELETRÔNICA

Extravios/perda
Acidente de trânsito
Perturbações
Ofensas
Ameaças
Furtos
Maus-tratos aos animais
Estelionato, fraudes
e apropriações

<https://delegaciaeletronica.pcdf.df.gov.br/>

Curta @pcdf_oficial | Siga @pcdf_oficial | Compartilhe @pcdf_oficial | Assista ao PCDF oficial

Fonte: Instagram PCDF. @pcdf_oficial, 2020.

Fonte: Instagram PCDF. @pcdf_oficial, 2020.

Governança

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Folders e cartilhas estão disponíveis para a população por meio do site institucional www.pcdf.df.gov.br, sendo estes instrumentos em estratégia para a prevenção em segurança, além de meios de comunicação com a sociedade civil.

FOLDERS

Guia de Prevenção às Drogas: TABACO
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

Guia de Prevenção às Drogas: MACONHA
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

Guia de Prevenção às Drogas: COCAÍNA, CRACK e MERLA
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

Fogos de Artifício e Artefatos Pirotécnicos
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

DICOE: Delegacia Eletrônica
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

DECRIN: LGBT
[Baixe o folder \(PDF\)](#)

CARTILHAS

Cartilha do TORCEDOR
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha Sobre Exploração da PROSTITUIÇÃO
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha Sobre Valorização da Pessoa IDOSA
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha Sobre Violência Contra a MULHER
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Prevenção e Orientação a Vítimas de ESTUPRO
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha Educativa Sobre DROGAS
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha DEAM 30 anos
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Cartilha Sobre Assédio Moral no Trabalho
[Baixe a cartilha \(PDF\)](#)

Fonte: www.pcdf.df.gov.br, 2020.



Gestão de Riscos e Controles Internos



Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 03 de julho de 2018 a PCDF deu um importante passo em relação a implantação da política de gestão de riscos e controles interno, data em que foi assinado o Decreto Distrital nº 39.182, de 03 de Julho de 2018, o qual criou a Unidade de Controle Interno da Polícia Civil do Distrito Federal.

Em dezembro de 2019, houve reestruturação administrativa, sendo criado o Departamento de Controle Interno e Gestão, sendo uma de suas unidades orgânicas a Divisão de Controle - DICON (Unidade de Controle Interno), composta por três seções: seção de auditoria; seção de conformidade e integridade e seção de planejamento , acompanhamento e controle.

Atualmente, o quadro funcional da DICON conta com três integrantes da carreira de Delegado de Polícia e sete integrantes da carreira de Policial Civil.

Como parte do processo de estruturação da DICON, o ano de 2019 foi destinado a capacitação técnica dos servidores.

Com a nova equipe formada e minimamente capacitada, foi possível a elaboração de normativos internos: a Portaria nº 106/2019 - PCDF, a qual dispõe sobre as atribuições do Controle Interno nos processos de contratação de serviços e aquisição de bens; e Portaria nº 118/2019 que instituiu a Política de Gestão de Riscos no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.

Foram minutados atos normativos que regulamentam o Decreto Distrital nº 39.182/2018, sobre a institucionalização, operacionalização e o funcionamento do sistema de controle interno da Polícia Civil do Distrito Federal.

Em 2019, houve acompanhamento de recomendações e requisições dos órgãos de controle externo da Polícia Civil do Distrito Federal, tendo a Unidade de Controle Interno coordenado toda esta atividade, demandando aos respectivos Departamentos a fim de evitar pendências.

CURSOS	CARGA HORÁRIA
Gestão e Fiscalização de Contratos	20 h
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	20 h
Governança e Gestão de Riscos no Setor Público - 3º seminário	20 h
ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos	40 h
Seminário Especial – A Contratação de Serviços e Aquisição de Bens para a Segurança Pública	16 h
Formação de Auditores Internos – Nível Básico – AUDI 1	24 h
Oficina Linhas de Defesa – Gestão de Riscos e Controles Internos	16 h
Seminário – Controles Internos da Administração Pública no Contexto da Lei Anticorrupção	4 h
Capacitação de Gestão de Riscos e Integridade	12 h
NBR ISSO/IEC 31010:2012 – Avaliação de Riscos - Ferramentas e Técnicas de Risk Assessment	32 h
Controle Interno e Análise de Risco na Gestão de Processos	16 h

Fonte: DICON/DCIG/PCDF, 2020.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Diante da exigência legal contida na Portaria nº 265/2018 da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG, a qual passou a exigir em seu art. 3º, inc. XVII, a manifestação da Unidade de Controle Interno acerca da observância dos requisitos nos processos administrativos relativos às adesões a atas de registro de preços por órgãos ou entidades do Distrito Federal, foram iniciados diversos estudos sobre o tema, visando a realização de verificações de conformidade por parte da Unidade de Controle Interno nos processos referidos levados a efeito pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Outrossim, a DICON atuou em processo sobre pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA, concernente à repactuação contratual requerida pela empresa HEPTA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA., no valor de R\$ 549.466,17 (quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos), tendo por objeto o contrato de prestação de serviços nº 72/2012 (Processo nº 052.001.530/2012).

Em 02 de dezembro de 2019, o Comitê Interno de Governança - CIG deliberou no sentido de que se iniciasse a implantação da metodologia de Gestão de Risco, escolhendo, para tanto, os processos seletivos para os novos concursos públicos. Por fim, com relação ao relatório de auditoria de gestão e a emissão do certificado de auditoria, bem como o parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno, ressalta-se que não foi possível a elaboração de tais documentos em razão do estágio inicial de implantação da Unidade de Controle Interno e em razão da Política de Gestão de Riscos ter se iniciado apenas no mês de dezembro de 2019 (Proc.. SEI nº 00052-00002092/2020-81).





Resultados da Gestão



Planejamento Estratégico PCDF e Planejamento Governamental

Resumo dos Principais Resultados

Em breve síntese, ressaltamos os objetivos estratégicos institucionais alinhados a objetivos do Plano Governamental - PPA 2016 – 2019, seguidos de iniciativas estratégicas levadas a efeito para atender à sociedade:

- 01 - Aprimorar a Governança com Foco na Gestão por Resultados
- 02 - Elucidar Infrações Penais com Efetividade
- 04 - Garantir a Modernização Institucional
- 08 - Exercer com excelência as Funções de Polícia Judiciária
- 09 – Assegurar a Assertividade Orçamentária e Financeira
- 10 - Fomentar a Redução da Criminalidade

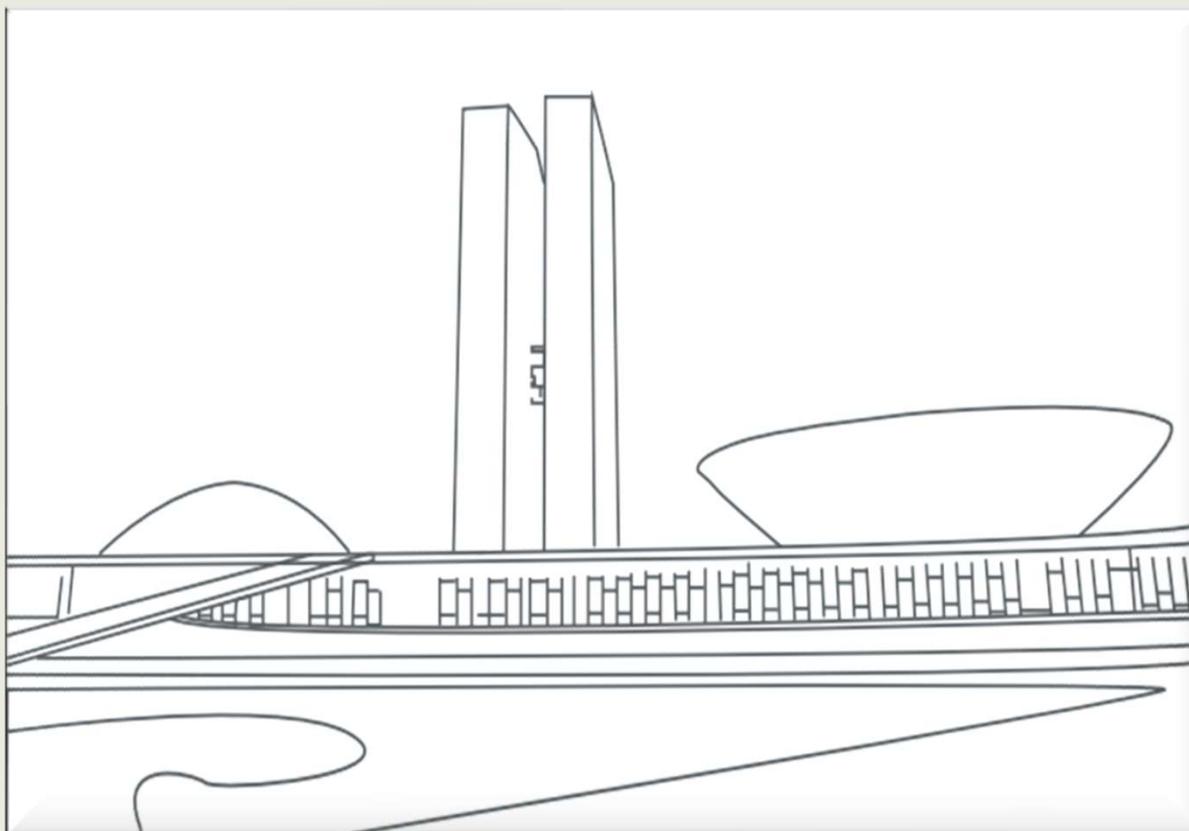
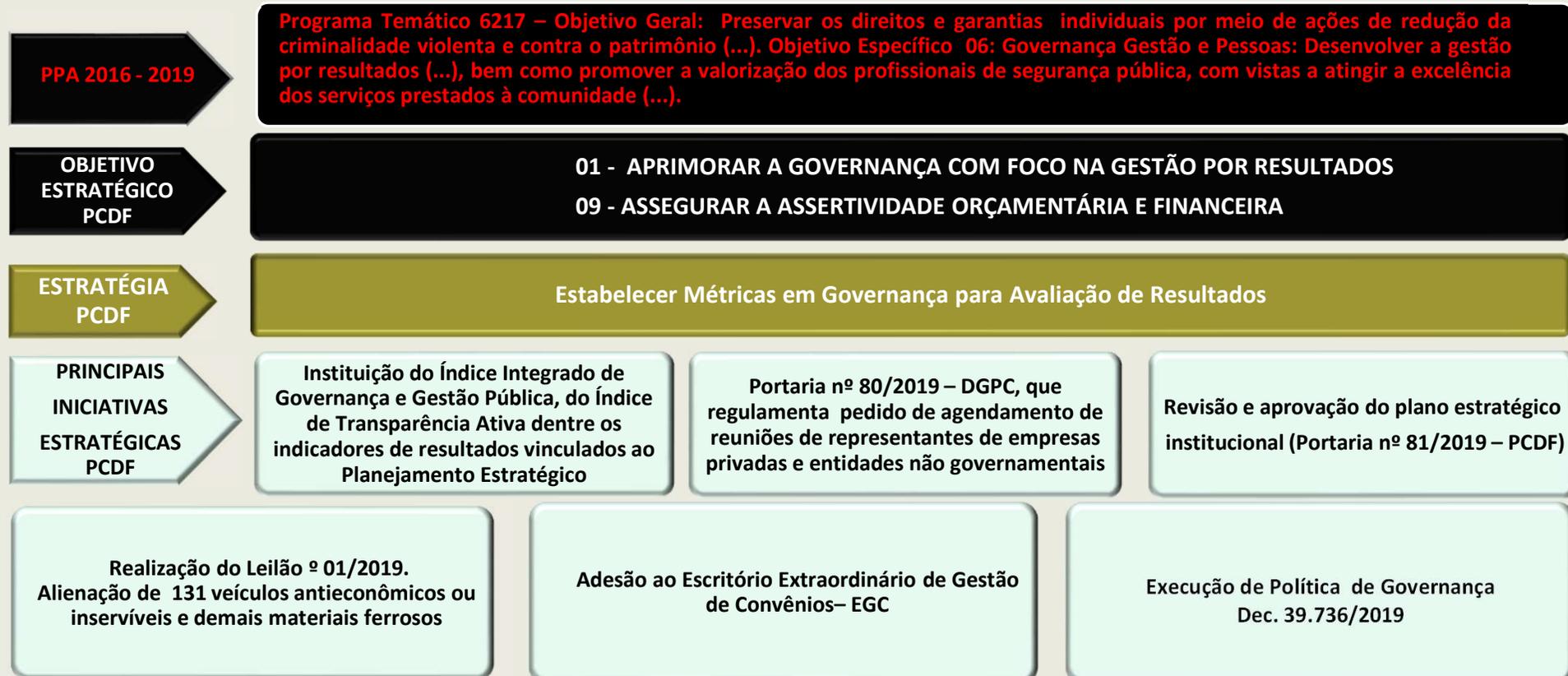


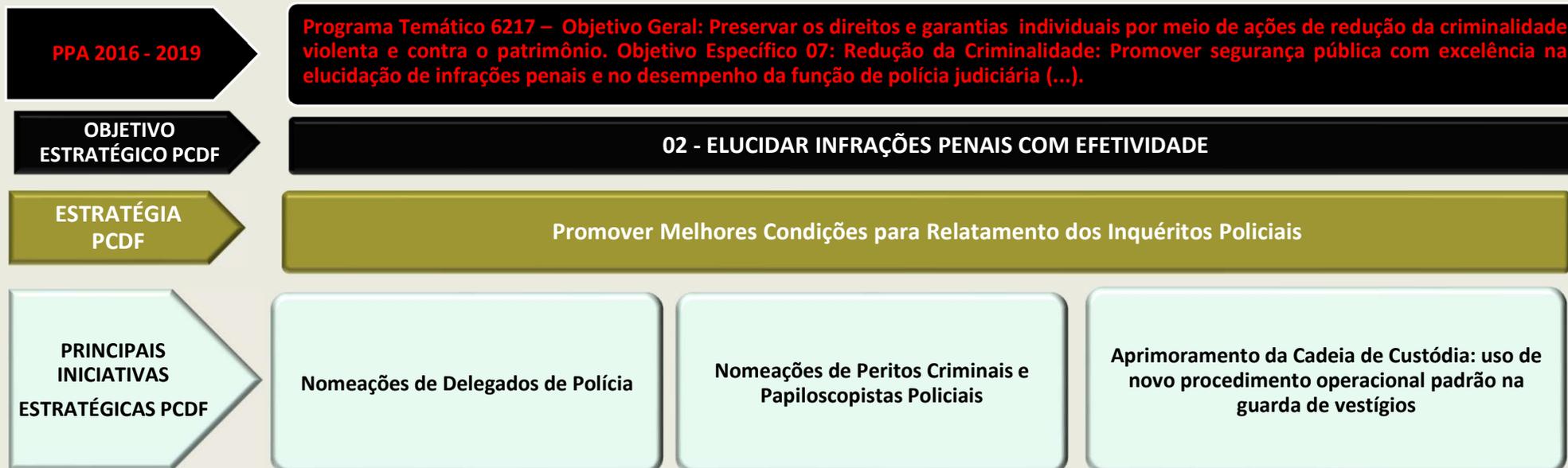
Ilustração: Planejamento Estratégico do GDF 2019 – 2060. Agência Brasília, abril 2019.



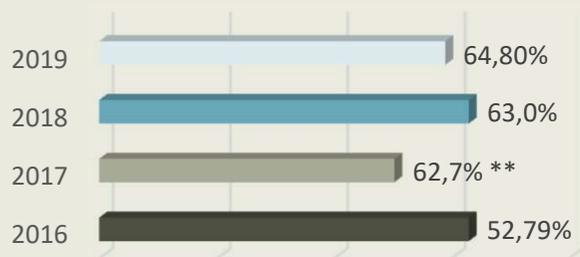
Em 2019, não obstante poucas inovações terem sido registradas quanto a políticas e diretrizes internas na gestão administrativa e o disciplinamento ético das relações negociais, foi estabelecido regramento para pedidos de agendamento de reuniões entre autoridades policiais e representantes de empresas privadas e entidades não governamentais (Portaria nº 80/2019 – DGPC). Os pedidos de agendamento de reuniões deverão ser formalizados por representantes de empresas privadas ou de entidades não governamentais, se dirigidos ao Diretor-Geral, ao Diretor-Geral Adjunto, ao Corregedor-Geral de Polícia, aos Diretores de Departamento e ao Diretor da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal. O agendamento de reunião será precedido de publicação na intranet da PCDF, contendo a relação dos participantes e o resumo do assunto a ser tratado.

Os resultados concernentes a assertividade orçamentária e financeira foram detalhados no capítulo “Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão – Gestão de Custos”.





Taxa de inquéritos relatados*



Inquéritos relatados com autoria definida *



Considerando que o Delegado de Polícia é responsável pela condução da investigação e apresentação do relatório final do inquérito policial, é necessário atentar para o número de delegados em atividade, assim como para a modulação do número de delegados nas delegacias circunscricionais e especializadas, de acordo com a demanda de trabalho em cada região circunscricional.

* Fonte: Dados fornecidos pela DATE em Jan/2020 para índices contidos no Plano Plurianual – 2016 – 2019. O Índice TIR 2017 revisado pela SEEC/SUPLAN/SPLAN.





PPA 2016 - 2019

Programa Temático 6217 – Objetivo Geral: Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio (...). Objetivo Específico 02: Resposta Qualificada à Criminalidade: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente (...).

OBJETIVO
ESTRATÉGICO PCDF

04 – GARANTIR A MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ESTRATÉGIA
PCDF

Planejar Aquisições

PRINCIPAIS
INICIATIVAS
ESTRATÉGICAS
PCDF

Renovação da frota com a entrega de 459 viaturas policiais e início da implementação do Sistema de Gestão de Frota

Elaboração do Plano Anual de Compras 2020

Aquisição de 1.875 computadores e 200 workstations





PPA 2016 - 2019

Programa Temático 6217 – Objetivo Geral: Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio . Objetivo Específico 07: Redução da Criminalidade: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária (...).

OBJETIVO ESTRATÉGICO PCDF

08 - EXERCER COM EXCELÊNCIA AS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

ESTRATÉGIA PCDF

Promover integração e colaboração contínua com os órgãos de Justiça Criminal

PRINCIPAIS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PCDF

Nova rotina de cumprimento de mandados de busca e apreensão de adolescentes em conflito com a lei
Questionário de Avaliação de Risco para o Sistema de Justiça (Lei Maria da Penha)

Operações em conjunto com o Ministério Público do DF e Territórios, Secretaria de Economia do DF

Operações policiais em conjunto com a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do DF – DF LEGAL

Participação da PCDF na Rede de Controle e Gestão Pública do Distrito Federal

Participação da PCDF no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Distrito Federal – CIRA/DF

Participação da PCDF na Junta de Controle Operacional do Comitê de Governança do Território do DF. Ações de Combate e Prevenção a invasões de terras públicas.





PPA 2016 - 2019

Programa Temático 6217 – Objetivo Geral: Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio. Objetivo Específico 02: Resposta Qualificada à Criminalidade: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente (...).

OBJETIVO ESTRATÉGICO PCDF

10 - FOMENTAR A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

ESTRATÉGIA PCDF

CVLI: Prevenção – Remodelagem de Processos de Trabalho - Fomentar integração entre Forças de Segurança

CCP: Novos Processos de Trabalho - Melhor Alocação de Recursos de Pessoal

PRINCIPAIS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PCDF

Implantação do Plantão Extraordinário de Preservação de local de CVLI - PEL

Prevenção: Instituição do Programa PCDF CIDADÃ, o qual engloba projetos sociais PCDF

Inauguração do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher - NUIAM

Redução de tempo de atendimento da Polícia Técnica a locais de crime contra o patrimônio

Operação “PCDF em Combate”

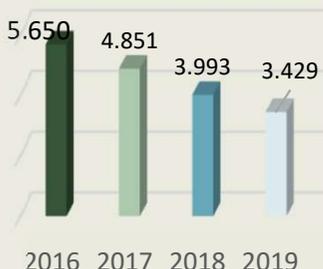
33 delegacias de Polícia passaram a funcionar sob regime de plantão de 24 horas.

Criação do Serviço Voluntário Gratificado - SVG

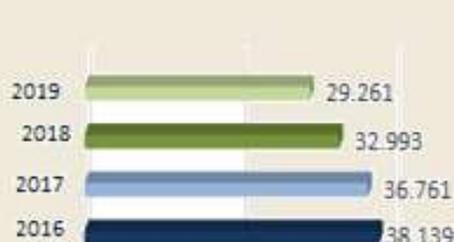
Número de registros de CVLI



Roubo de veículo



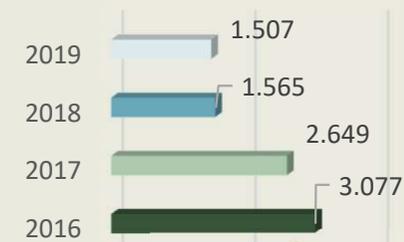
Roubo a transeunte



Furto em veículo



Roubo em coletivo



Planejamento Estratégico PCDF e Planejamento Governamental

Resumo dos Principais Resultados

Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI

Conforme levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, em 2019 “foram registrados 13 homicídios por 100 mil habitantes”, tido como o índice mais baixo no Distrito Federal desde 1985, quando o resultado foi 13,9/100 mil. Aduziu-se que, se “analisado o número absoluto de vítimas de homicídios em 2019, o DF atingiu o menor número de mortes por esse tipo de crime em 25 anos”. Dentre outros fatores apontados, esta redução do número de homicídios também foi atribuída à melhor integração entre as forças de Segurança.

Em 2019, a Secretaria de Segurança Pública tinha como desejável a taxa de 13,4 mortes para cada 100 mil habitantes, a qual se mostrou menor, alcançando 13/100 mil. O número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) obteve redução de 11,4% no ano passado em relação a 2018.

Nos casos de feminicídio, houve aumento de incidência de 18% em 2019. Das 33 ocorrências policiais registradas no Distrito Federal, todas culminaram na instauração de inquérito policial, sendo 27 foram solucionadas com identificação do autor. Em 70% das ocorrências policiais de feminicídio, o indiciamento do autor se deu em até uma semana após o respectivo registro.

A ocorrência do CVLI é inegavelmente vinculada a delitos de outras naturezas criminais, como o tráfico de drogas. Portanto, o decréscimo do índice de cometimento de CVLI pode também ser atribuído a esforços contínuos em Inteligência Policial para o monitoramento de *gangs* e demais grupos criminosos. Operações policiais com a “Rosário”, deflagrada em maio de 2019 pela Coordenação de Homicídios e Crimes contra a Pessoa -CHPP, foram decisivas para a diminuição da incidência destes crimes contra a vida.

No campo da Polícia Técnica, houve muitas contribuições para a elucidação de crimes violentos letais intencionais.

O Instituto de Medicina Legal – IML aprimorou a comunicação com os órgãos demandantes de perícias médico legais com a implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

O Instituto de Pesquisa de DNA Forense - IPDNA coletou 1.136 amostras biológicas de pessoas em conflito com a lei no ano de 2019, totalizando 1.977 coletas até o momento, em cumprimento à lei nº12.654/2019 e ao artigo 9º da Lei de Execução Penal, superando a meta estabelecida no âmbito da Rede Integrada de Perfis Genéticos – RIBPG.





PPA 2016 - 2019

Programa Temático 6217 – Objetivo Geral: Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio . Objetivo Específico 07 :Redução da Criminalidade: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária (...).

OBJETIVO ESTRATÉGICO PCDF

10 - FOMENTAR A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

ESTRATÉGIA PCDF

Integração das Forças Policiais e demais Órgãos de Justiça Criminal

Redução dos Crimes Contra o Patrimônio (CCP): Inteligência Policial

PRINCIPAIS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PCDF

Operações Integradas com a PRF. Combate ao Tráfico de Drogas

Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Federal. Integração de acervos de armas

Planejamentos Operacionais integrados as demais Forças de Segurança do DF

Acordo de Cooperação Técnica com a Superintendência Reg. da PRF para compartilhamento de rede de rádio digital

Criação do Grupo de Inteligência Financeira PCDF

Criação do Grupo de Inteligência Cibernética PCDF

II Ciclo de Palestras AÇÕES PARA INTELIGÊNCIA POLICIAL – PCDF – MPDFT - ABIN

Participação no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do DF – CIRA/DF

Bloqueio de aparelhos celulares



Fonte: DATE/DGI/PCDF, 2020 (Pesquisa realizada pela data do fato.Data da Pesquisa: 23MAR2020)

Interpretação: 1. Considerados apenas os Crimes Consumados;

3. Solicitações de Bloqueios de Celulares;

(Processo SEI nº 00052-00002092/2020)



Planejamento Estratégico PCDF e Planejamento Governamental

Resumo dos Principais Resultados

Ocorrências Policiais Registradas
418.783

Inquéritos Policiais Instaurados
39.301

**Inquéritos Policiais
remetidos ao Poder Judiciário**
39.257

Mandados de Prisão Cumpridos
9.253

**Inquéritos Policiais Instaurados
(Lei Maria da Penha)**
17.039

**Representação por Medidas Protetivas
(Lei Maria da Penha)**
14.159

Laudos Periciais – IC/DPT
34.139

Carteiras de Identidade Expedidas
280.053

Fonte: Relatório de Atividades – RAT 2019.
Estatística PCDF/DGI/DATE/POLARIS. Data da Pesquisa: 29 JAN.2020





Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão



Investment	Investment Value at Year end
339 970	373 967
56 969	804 029
817	1 296 731
58	1 859 317
	2 499 808
	3 227 076
	4 050 935
	R 28 331

Start at m
Cov



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Declaração do Diretor de Administração Geral da PCDF

O Departamento de Administração Geral - DAG, órgão de direção superior, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como principais atribuições: (a) dirigir e controlar a execução de atividades orçamentárias e financeiras; (b) planejar e implementar ações específicas de modernização administrativa; (c) executar a gestão de compras de bens materiais, de controle dos bens patrimoniais, a gestão da frota e de contratos; (d) gerenciar a execução de serviços gerais; (e) elaborar projetos de engenharia e fiscalizar a execução dos mesmos; (f) promover e acompanhar procedimentos licitatórios para execução de obras, aquisição de bens e serviços; (g) custodiar bens apreendidos relacionados a procedimentos policiais e promover o desfazimento dos mesmos.

Conforme estabelecido no Programa Avançar 2º Ciclo - 2019-2023, aprovado pela Portaria nº 81-PCDF, de 03 de julho de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal tem como missão institucional proporcionar segurança pública de excelência, por intermédio da elucidação de infrações penais, pelo desempenho da função de polícia judiciária, bem como pela promoção da cidadania, tendo como visão de futuro a consolidação de sua credibilidade como

organização policial de referência internacional. Para tanto, tem como valores norteadores, a ética, a legalidade, a transparência, a urbanidade, a proatividade, a resiliência, a justiça social e a cidadania. (Cartilha do Programa AVANÇAR PCDF 2º CICLO, 2019, p. 13).

Nos termos do art. 6º da Portaria nº 81, de 03 de julho de 2019, os objetivos estratégicos da PCDF estão distribuídos em quatro perspectivas:

Perspectiva I – Gestão

- a) Aprimorar a Governança com foco na Gestão por resultados;
- b) Assegurar assertividade orçamentária e financeira.

Perspectiva II – Estrutura

- a) Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação;
- b) Garantir a modernização institucional.

Perspectiva III - Servidor

- a) Desenvolver equipe de alta performance;
- b) Assegurar a valorização do servidor.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Diretor de Administração Geral da PCDF

Perspectiva IV – Resultado

- a) Fomentar a redução da criminalidade;
- b) Elucidar infrações com efetividade;
- c) Maximizar a satisfação do cidadão;
- d) Fortalecer a Imagem Institucional;
- e) Exercer com excelência as funções de polícia judiciária.

A boa gestão dos processos a cargo do Departamento de Administração Geral é medida imprescindível ao alcance dos objetivos estratégicos da Polícia Civil do Distrito Federal, em especial aqueles que envolvam ações orçamentárias e financeiras.

No plano geral, a PCDF mantém diversos contratos contínuos, todos fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos da PCDF, que sustentam a continuidade dos serviços prestados pela PCDF, entre os quais se destacam os contratos relativos a: serviços públicos de água e luz, serviços de limpeza e conservação, serviços de apoio operacional, serviços de manutenção de imóveis, serviços de TIC, fornecimento de combustíveis, fornecimento de peças para veículos, entre outros.

Esses contratos contínuos, na medida em que sustentam o desenvolvimento das atividades finalísticas da PCDF, possuem relação direta com os objetivos estratégicos “O9 - Assegurar assertividade orçamentária e financeira” (Perspectiva Gestão),” e “O3 - Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação” e “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura).

No que se refere ao objetivo estratégico “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura), as iniciativas são voltadas a garantir eficiência na segurança orgânica, gestão patrimonial, gestão de contratos, gestão de compras e gestão de obras e infraestrutura, contexto em que o Departamento de Administração Geral, com apoio de suas diversas unidades orgânicas, tem adotado uma série de medidas voltadas ao cumprimento de tal objetivo.

No exercício de 2019, o Departamento de Administração Geral - DAG deu prosseguimento à execução de importantes projetos para realização do objetivo estratégico O4, entre os quais se destacam a reforma do Centro Tecnológico da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, da 17ª Delegacia de Polícia e da Divisão de Operações Aéreas - DOA, sendo também promovidas manutenções e pequenas reformas em diversas unidades da PCDF para as quais foram empenhados recursos da ordem de:

- R\$ 6.813.145,32, no elemento de despesa 33903704 - Manutenção e conservação de bens imóveis, equivalendo a 6,92% da dotação de custeio da PCDF;
- R\$ 5.464.830,61, no elemento de despesa 33903916 - Manutenção e conservação de bens imóveis, equivalendo a 5,89% da dotação de custeio da PCDF e;



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Diretor de Administração Geral da PCDF

- R\$ 1.106.420,80, no elemento de despesa 33903024 - Material para manutenção de bens imóveis/instalações, equivalendo a 1,30% da dotação de custeio da PCDF;

Cabe destacar que as atividades de manutenção da infraestrutura da PCDF estão estruturadas atualmente em diversos contratos contínuos, entre os quais se destacam os contratos nº 46/2016, firmado com a empresa Atlântico Engenharia LTDA., nº 45/2016, firmado com a empresa MKS Comércio e Serviços LTDA., e nº 46 e nº 47/2016, firmados com a empresa Engemil – Engenharia Empreendimentos, Manutenção e Instalações LTDA., os quais suportam a manutenção predial da PCDF por grupos de especialidade (instalações, ar condicionado, instalações civis – elétrica, hidráulica, incêndio, alvenaria e afins).

Além dos contratos em referência, a PCDF também firmou, em 2018, os contratos nº 05/2018 e nº 55/2018, com a empresa Murano Construções Eireli – ME, ainda em execução, no valor total de R\$ 12.250.312,23 (doze milhões, duzentos e cinquenta mil, trezentos e doze reais e vinte e três centavos) através dos quais

estão sendo viabilizadas as reformas de importantes unidades da Polícia Civil do Distrito Federal (antigo prédio do Instituto de C, já finalizado, onde hoje se instala a CECOR, carceragem do DPE, também já finalizada, e, em execução a Divisão de Operações Aéreas - DOA, DEAM e 17ª DP.

No plano da limpeza e conservação, a Polícia Civil do Distrito Federal, mantém contrato de Execução contínua (contrato nº 21/2019) – com a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras LTDA.) que viabiliza a conservação e limpeza de todas as unidades da PCDF, contexto em que foram empenhados em 2020 no elemento de despesa 33903978 – Limpeza e conservação, o valor total de R\$ 9.469.778,27, correspondendo a 9,61% da dotação de custeio geral da PCDF. Cumpre registrar que no ano anterior foram executados R\$ 12.833.122,97 para esta mesma despesa, valor este que deverá reduzir para R\$ 6.656.490,12 no exercício de 2020, tendo em vista que a PCDF instruiu a nova contratação em consonância com a IN nº 05/2017, o que representará uma economia de 48% na despesa em questão.

Ainda no que se refere ao objetivo estratégico “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura), a Polícia Civil do Distrito Federal realizou importantes investimentos no exercício de 2019, que somaram R\$ 40.707.853,00 (quarenta milhões, setecentos e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais), oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e R\$ 26.354.619,08 (vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais), oriundos de recursos de Convênios celebrados com a SENASP/MJ, totalizando R\$ 67.062.472,08, valor este que foi utilizado para adquirir os seguintes equipamentos e softwares:



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Diretor de Administração Geral da PCDF

a) Veículos adquiridos:

- 122 viaturas tipo sedan médio descaracterizadas - R\$ 9.406.200,00 (FCDF);
- 4 viaturas tipo SUV, descaracterizadas – R\$ 663.960,00 (FCDF);
- 15 caminhonetes tipo pick-up descaracterizadas - R\$ 2.158.995,00 (FCDF);
- 10 furgões e 5 pick-ups para o DEPATE - R\$ 2.999.500,00 (FCDF);
- 02 viaturas tipo SUV blindadas - R\$ 609.000,00 (FCDF);
- 01 empilhadeira a gasolina – R\$ 412.997,00 (FCDF);
- 4 viaturas tipo SUV descaracterizadas - R\$ 663.960,00 (FCDF);
- 13 viaturas descaracterizadas - R\$ 801.290,49 (Convênio);

- 04 furgões (rabecões) – R\$ 922.700,00 – (Convênio);
- 04 caminhões tipo guincho – R\$ 956.000,00 (Convênio);
- 46 veículos tipo SUV caracterizados - R\$ 8.176.500,00 (Convênio);

b) Investimentos em TI:

- software VMWARE - R\$ 139.337,22 (FCDF);
- softwares de segurança – R\$ 1.939.800,00 - (FCDF);
- 17 microcomputadores tipo IMAC, 27 polegadas - R\$ 387.583,00 (FCDF);
- 240 monitores de computador com 24 polegadas – R\$ 180.000,00 (FCDF);
- 200 computadores de alta performance - R\$ 5.385.800,00 (FCDF);

- 1.875 microcomputadores desktop ultracompacto - R\$ 11.400.000,00 (FCDF);
- 50 servidores de rede tipo rack - R\$ 1.138.995,00 (FCDF);

c) Modernização da Polícia Técnica:

- sistema de cromatografia líquida LC MS - R\$ 1.310.000,00 (FCDF);
- Renovação de licenças de softwares para a perícia – R\$ 353.113,23 (FCDF);
- Comparador vídeo-espectral – R\$ 564.000,00 (FCDF);
- Sistema ABIS com aquisição de 10 estações de trabalho no valor de R\$ 12.805.805,46 - (Convênio);



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Diretor de Administração Geral da PCDF

d) Equipamentos diversos:

- Aquisição de divisórias - R\$ 225.992,10 (FCDF);
- 131 aparelhos de ar condicionado e 67 cortinas de ar no valor de R\$ 904.781,13 - (Convênio);
- 830 coletes balísticos no valor de R\$ 722.100,00 - (Convênio);
- 11 nobreaks no valor de R\$ 504.250,00 – (Convênio);
- 07 grupos geradores no valor de R\$ 561.192,00 – (Convênio);

No que se refere ao objetivo estratégico “O9 - Assegurar assertividade orçamentária e financeira” (Perspectiva Gestão), importante destacar que no ano de 2019 a Polícia Civil do Distrito Federal executou 100% dos recursos de custeio e investimento que estavam autorizados no Fundo Constitucional do Distrito Federal até o final do ano, logrando êxito, ademais, em executar R\$ 26.354.619,08 (vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais) de recursos decorrentes de convênios, captando, ainda, através de convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública -

SENASP outros R\$ 13.563.171,32 (treze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, cento e setenta e um reais e trinta e dois centavos), que serão executados em 2020 para renovação da frota e do parque tecnológico da PCDF.

Conclui-se, portanto, que as ações levadas a efeito pelo Departamento de Administração Geral - DAG, contribuíram de maneira significativa para o alcance dos objetivos estratégicos da PCDF.

Não obstante, observa-se que a cultura organizacional precisa avançar ainda mais no planejamento de suas ações e para o alcance daquele que talvez seja o principal de todos os seus objetivos estratégicos, que é, na perspectiva do aprendizado e crescimento, procurar desenvolver uma organização orientada à estratégia.

Brasília-DF, 01 de março de 2020.

Silvério Antônio Moita de Andrade

Delegado de Polícia

Diretor do Departamento de Administração
Geral da PCDF e Ordenador de Despesas da
PCDF





Gestão orçamentária e financeira

Inicialmente cabe destacar que os recursos repassados pela União para manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal são classificados no Anexo III das Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais como despesas obrigatórias da União decorrentes de obrigação constitucional, tratando-se portanto de despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a Polícia Civil do Federal não se submete aos decretos anuais de programação orçamentária da União que estabelecem contingenciamento/limitação de empenho, inobstante observar na execução dos recursos que lhe são disponibilizados as normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64 e no Decreto Federal nº 93.872/1986, o qual trata da execução orçamentária e financeira no âmbito da União.

No âmbito do Distrito Federal, a execução orçamentária e financeira da PCDF observa um duplo controle. O primeiro, no âmbito da própria instituição, que faz sua programação orçamentária e financeira regularmente; o segundo, através da Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Foi extinto outro mecanismo de controle: a Governança do Distrito Federal, a qual competia deliberar em caráter conclusivo e terminativo acerca das despesas previstas no art. 7º do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

Além da norma referida, a Polícia Civil do Distrito Federal, em razão de seu hibridismo (União/DF) também observa na execução de seus recursos as normas contidas no Decreto nº 32.598/2010, que aprova as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Inobstante os recursos oriundos do FCDF estarem ressaltados de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, observa-se, forte ingerência do Distrito Federal na execução dos recursos de manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, contexto sob o qual a avaliação da execução orçamentária e financeira da PCDF deve ser realizada.

Sob o aspecto das contratações, a gestão orçamentária e financeira tem por foco dar pleno cumprimento às disposições contidas no art. 167, Inc. II, da Constituição Federal, c/c art. 16 da LCP 101/2000 – LRF (quando couber); c/c art. 7º, § 2º, Inc. III, art. 14 e art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93 - Lei de Licitações e, ainda, c/c art. 60, da Lei Federal nº 4.320/64, art. 48 do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e art. 24 do Decreto Federal nº 93.872/1986, que vedam a assunção de despesa sem dotação orçamentária correspondente e sem prévio empenho.

Sob o aspecto das despesas de pessoal, a gestão orçamentária e financeira tem por foco dar pleno cumprimento às disposições contidas no art. 169, § 1º, inciso I e II da Constituição Federal, c/c arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (quando aplicável); c/c Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício correspondente; c/c Decreto Distrital nº 33.234/2011, que vedam o aumento de despesas de pessoal sem dotação orçamentária correspondente e, em alguns casos, sem autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Neste mesmo cenário, ao se definir papéis e fluxos procedimentais, ao mesmo tempo em que atribui a alta gestão, em caráter colegiado, a elaboração dos principais instrumentos de programação orçamentária da PCDF – Lei Orçamentária Anual - LOA e PPA - Plano Plurianual –, alinhados ao plano estratégico da instituição, mitigam-se riscos relacionados à programação orçamentária e financeira da PCDF, além de promover maior transparência na alocação e execução dos recursos.

Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal

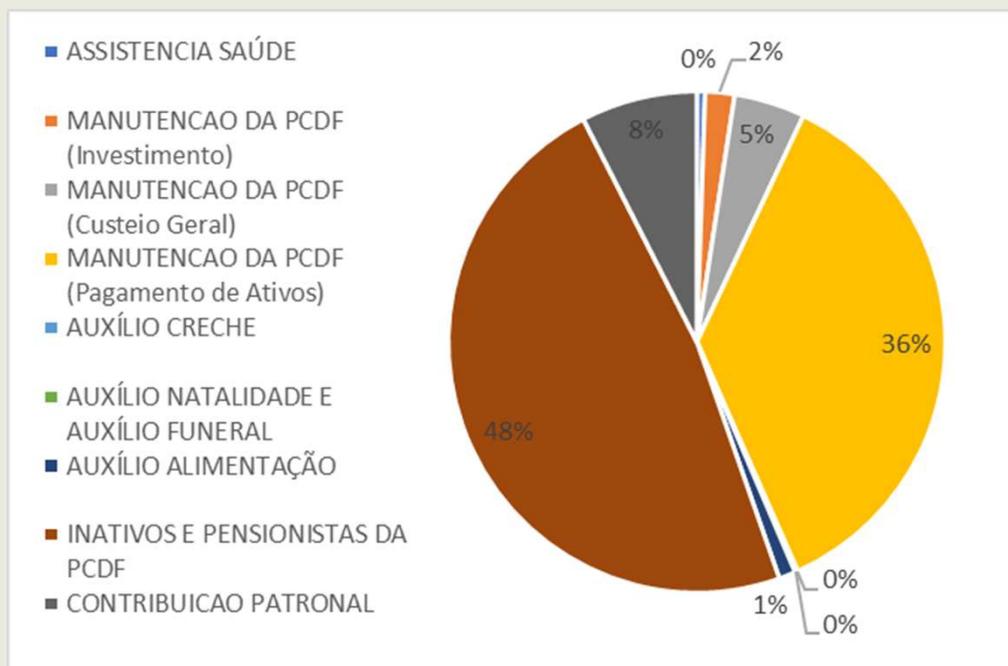
Em 2019, a dotação autorizada para a Polícia Civil do Distrito Federal através do Fundo Constitucional do Distrito Federal foi de R\$ 2.316.817.874,00 (dois bilhões, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e quatro reais), não obstante, após remanejamentos ocorridos até a data de 31/12/2019, restaram autorizados R\$ 2.132.935.109,00 (dois bilhões, cento e trinta e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil e nove reais), valor este que foi integralmente empenhado dentro do exercício.

AUTORIZADO		REMANEJAMENTOS		FINAL	
R\$ 2.316.817.874,00		- R\$ 183.882.765,00		R\$ 2.132.935.109,00	
Ação Governo	GND	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP
ASSISTENCIA SAÚDE	3	11.366.594,00	11.366.594,00	11.359.711,56	6.882,44
MANUTENCAO DA PCDF (Investimento)	4	40.707.853,00	40.707.853,00	29.176.019,49	11.531.833,51
MANUTENCAO DA PCDF (Custeio Geral)	3	98.506.992,00	98.506.992,00	89.054.048,32	9.452.943,68
MANUTENCAO DA PCDF (Pagamento de Ativos)	1	774.025.501,00	774.025.501,00	773.835.596,97	189.904,03
AUXÍLIO CRECHE	3	3.264.204,00	3.264.204,00	3.262.156,05	2.047,95
AUXÍLIO NATALIDADE E AUXÍLIO FUNERAL	3	526.236,00	526.236,00	501.253,63	24.982,37
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	3	23.209.914,00	23.209.914,00	23.188.334,41	21.579,59
INATIVOS E PENSIONISTAS DA PCDF	1	1.019.962.752,00	1.019.962.752,00	1.013.189.930,58	6.772.821,42
CONTRIBUICAO PATRONAL	1	161.365.063,00	161.365.063,00	161.365.063,00	0,00
		2.132.935.109,00	2.132.935.109,00	2.104.932.114,01	28.002.994,99

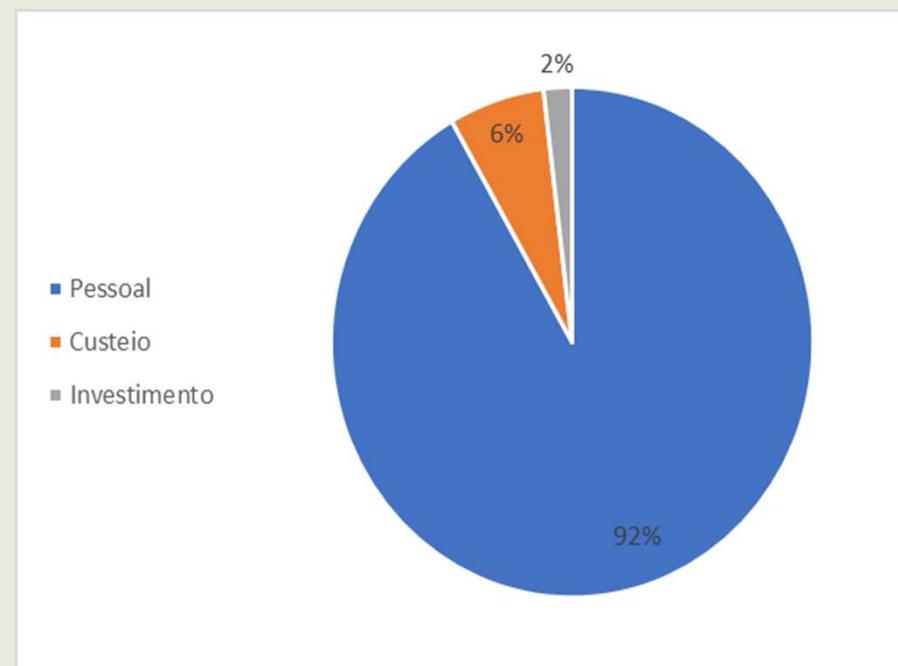
Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Despesas da PCDF empenhadas em 2019 por ação/plano de trabalho:



Despesas da PCDF empenhadas em 2019 por Elemento de Despesa:



Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

No plano do custeio geral e de investimentos, a Polícia Civil do Distrito Federal buscou alinhar sua programação e execução orçamentária e financeira aos seus objetivos estratégicos que envolvam ações orçamentárias, entre os quais destacam-se os objetivos estratégicos “O9 – Assegurar assertividade orçamentária e financeira” (Perspectiva Gestão),” e “O3 - Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação” e “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura).



Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Tesouro do Distrito Federal

Durante o exercício de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei Distrital nº 6.254/2019) com recursos no valor de R\$ 106.136.167,00 (cento e seis milhões, cento e trinta e seis mil, cento e sessenta e sete reais), não obstante, após remanejamentos ocorridos até 31/12/2019, somaram autorizados e efetivamente desbloqueados R\$ 154.015.405,81 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinze mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e um centavos), dotação da qual foram empenhados, até 31/12/2019, R\$ 96.253.192,32 (noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e dois reais e trinta e dois centavos) e liquidados R\$ 71.537.402,08 (setenta e um milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois reais e oito centavos).

A diferença a maior entre o valor autorizado inicialmente na lei orçamentária e o valor apurado em 31/12/2019 se deve ao remanejamento, por créditos adicionais, de aproximadamente R\$ 47.879.238,81 (quarenta e sete milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), parte financiada com recursos decorrentes de *superávits* de convênios em execução (R\$ 36.126.103,81) e parte decorrente de remanejamento entre órgãos do GDF (R\$ 18.782.782,00) para despesas de pessoal relativas ao serviço voluntário, constando ainda cancelamentos de recursos oriundos de emendas parlamentares de deputados distritais, redundando na dotação autorizada acima indicada.

Noutro giro, importante esclarecer que, excluindo os recursos de pessoal destinados a manter a carreira de apoio da PCDF, e eventuais contrapartidas de convênios, os demais recursos que Polícia Civil do Distrito Federal executa no orçamento do Tesouro local se referem exclusivamente a recursos destinados por

emendas parlamentares e captados através de convênios com a União, nesse caso se tratando dos recursos alocados na Ação Desenvolvimento de Programas Nacionais de Segurança Pública, que no exercício de 2019 alcançou a cifra de R\$ 82.126.103,81 (oitenta e dois milhões, cento e vinte e seis mil, cento e três reais e oitenta e um centavos).

Cabe destacar, também, que os *superávits* de recursos de convênios que não foram executados no exercício de 2019, em razão de não conclusão dos processos licitatórios, da ordem de R\$ 57.658.402,15 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quinze centavos), que impactaram no índice de assertividade orçamentária da UO 24.105 – Polícia Civil do Distrito Federal, serão utilizados no presente exercício para abertura de créditos adicionais para execução dos convênios que se referem, contexto em que não há prejuízos à programação orçamentária e financeira da Instituição.

Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Tesouro do Distrito Federal

Ação/Plano Orçamentário	GND	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP
Administração de Pessoal	1	70.699.973,00	70.649.500,43	66.086.296,38	
Conc. de benefícios a servidores	3	1.080.100,00	1.061.574,25	1.061.574,25	
Manutenção da PCDF	4	9.229,00	8.000,00	8.000,00	
Desenv. De Programas Nacionais de Seg. Pública (convênios)	4	82.126.103,81	24.467.701,66	4.315.115,47	20.152.586,19
Conv. de Licença Prêmio em Pecúnia	3	50.000,00	21.790,47	21.790,47	
Ressarcimentos e Indenizações	3	50.000,00	44.625,51	44.625,51	
TOTAL GERAL		154.015.405,81	96.253.192,32	71.537.402,08	20.152.586,19

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Gestão Orçamentária e Financeira

Convênios firmados pela PCDF até 31.12.2019

Desde 2016, a execução de convênios celebrados com a União de interesse da PCDF foi descentralizada da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal para a PCDF, contexto em que a Instituição tem se empenhado em buscar novas fontes de financiamento para a execução de seu Planejamento Estratégico. Os recursos captados através de convênios são incorporados ao orçamento do Distrito Federal e executados na Ação 1569 - Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública. A tabela ao lado apresenta uma síntese dos convênios que foram executados pela PCDF no exercício de 2019 e aqueles que foram assinados no mesmo exercício, todos tendo como concedente a União, através da SENASP:

Convênio	Origem	Objeto	Contrap.	Rep. União	Valor Total	Vigência
838.229/16	MJ x PCDF	Aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortinas de ar e 100 coletes balísticos	39.519,00	1.929.921,00	1.969.440,00	24/03/2019
838.591/16	MJ x PCDF	Aquisição de 830 coletes balísticos	44.175,00	673.919,00	718.094,00	01/03/2019
842.600/16	MJ x PCDF	Aquisição de analisador toxicológico e 53 veículos (acréscimo de 13 veículos)	121.753,00	5.250.000,00	5.371.753,00	07/05/2019
853.937/17	MJ x PCDF	Aquisição de 04 furgões e 02 caminhões tipo guincho.	19.832,00	1.500.000,00	1.519.832,00	06/02/2020
853.956/17	MJ x PCDF	Aquisição de 02 caminhões tipo guincho, 11 nobreaks (30 e 50KVA) e 07 grupos geradores.	1.957,86	1.933.599,14	1.935.557,00	14/02/2020
880.048/18	MJ x PCDF	Aquisição de 17 veículos tipo sedan.	40.912,00	1.250.000,00	1.290.912,00	31/12/2019
880.053/18	MJ x PCDF	Aquisição de 19 veículos tipo sedan.	92.784,00	1.350.000,00	1.442.784,00	31/12/2019
880.280/18	MJ x PCDF	Construção do Instituto de Medicina Legal.	3.141.718,92	41.968.841,29	45.110.560,21	30/07/2021
881.487/18	MJ x PCDF	Aquisição de 04 veículos sedans para DEAM.	347,50	347.152,50	347.500,00	31/12/2019
882.009/18	MJ x PCDF	Aquisição de 46 veículos tipo SUV e do Sistema ABIS.	31.736,70	31.704.954,30	31.736.691,00	31/12/2019
891.860/19	MJ x PCDF	Aquisição de 492 computadores.	62.320,00	3.053.678,36	3.115.998,36	16/06/2021
891.866/19	MJ x PCDF	Aquisição de 02 veículos sedans.	3.732,00	182.824,66	186.556,66	16/06/2021
891.220/19	MJ x PCDF	Aquisição de 110 veículos sedans.	260.616,30	10.000.000,00	10.260.616,30	16/01/2022

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Gestão Orçamentária e Financeira

Convênios firmados pela PCDF até 31.12.2019

Através dos convênios celebrados com a SENASP foram realizados os seguintes projetos no exercício de 2019:

1 - Aquisição de 131 aparelhos de ar condicionado e 67 cortinas de ar no valor de R\$ 904.781,13 - liquidado;

2 - Aquisição de 830 coletes balísticos no valor de R\$ 722.100,00 - liquidado;

3 - Aquisição de 13 viaturas descaracterizadas (através acréscimo ao Convênio nº 842.600/16) no valor R\$ 801.290,49 - liquidado;

4 - Aquisição de 04 furgões (rabecões) no valor de R\$ 922.700,00 – liquidado;

5 - Aquisição de 04 caminhões tipo guincho no valor de 956.000,00 – liquidado;

6 - Aquisição de 11 *nobreaks* no valor de R\$ 504.250,00 – liquidado;

7- Aquisição de 07 grupos geradores no valor de R\$ 561.192,00 – empenhado/contratado;

8 - Aquisição de 46 veículos tipo SUV caracterizados no valor de R\$ 8.176.500,00 - empenhado/contratado;

9 - Aquisição de Sistema ABIS com aquisição de 10 estações de trabalho no valor de R\$ 12.805.805,46 - empenhado/contratado.

No ano de 2019, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal criou, através da Portaria nº 75, de 02 de julho de 2019, o Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios – EGC (processo SEI 00050-00032085/2019-27), composto por representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, o qual foi incumbido de realizar levantamentos de todos os convênios em vigor no âmbito desta Secretaria de Segurança Pública e dos órgãos a ela vinculados e de promover a análise de risco, viabilidade, maturidade e percentual de execução dos projetos relativos a esses convênios, estabelecendo ainda metas, pontos de controles e prazos máximos para execução das ações e do plano de realocação de recursos, como também soluções para os entraves burocráticos nas ações existentes e agir preventivamente de forma a evitar perda de recurso e a ocorrência das mesmas dificuldades para os próximos convênios.

O **Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios – EGC** já realizou diversas reuniões com as forças de segurança pública e promoveu o levantamento dos convênios em vigor e elaborou matriz de riscos relacionadas a atividade em questão, apresentando ainda várias sugestões para supressão ou mitigação de tais riscos, inclusive no campo normativo, com recomendações de alterações da



Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamentos da PCDF – FUNPCDF

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, parte das quais foram acatadas com a edição da Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019.

Recursos do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF - FUNPCDF

Nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 751/2007, o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF, tem a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Civil do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

Durante o exercício de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei Distrital nº 6.254/2019) com recursos no valor de R\$ 26.148.104,00 (vinte e seis milhões, cento e quarenta e oito mil, cento e quatro reais), dotação da qual foram empenhados, até 31.12.2019, R\$ 0,00.

Cabe destacar que os recursos do FUNPCDF são oriundos de taxas (tributos vinculados) e se tratam de receitas vinculadas à manutenção e funcionamento da PCDF, contexto em que o valor não utilizado no exercício financeiro gera *superávit* para o exercício seguinte, pois o recurso em questão constitui verba de natureza suplementar às fontes ordinárias de financiamento da PCDF, segundo a própria

norma de constituição do FUNPCDF (art. 1º da L.C. nº 751/2007).

Atualmente encontra-se sendo instruído o processo de aquisição nº 00052-00010607/2019-83, objetivando adquirir 5.000 (cinco mil) pistolas calibre 9 mm, ao custo total de R\$ 20.505.987,39 (vinte milhões, quinhentos e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos), cujo financiamento ocorrerá à conta das dotações do FUNPCDF.

Gestão Orçamentária e Financeira

Recursos do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamentos da PCDF – FUNPCDF

Ação/Plano Orçamentário	GND	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP
Gestão de Recursos de Fundos	3	7.387.981,00	0,00	0,00	0,00
Gestão de Recursos de Fundos	4	18.720.123,00	0,00	0,00	0,00
Ressarcimentos, Ind. e Restituições - FUNPCDF	3	40.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		26.148.104,00	0,00	0,00	0,00

ORÇAMENTOS DA PCDF CONSOLIDADOS

GND	FCDF		GDF		FUNPCDF	
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	DOTAÇÃO	EMPENHADO
01 - Pessoal	1.955.353.316,00	1.955.353.316,00	70.699.973,00	70.649.500,43	0,00	0,00
03 – Custeio (inclusive custeio da folha)	136.873.940,00	136.873.940,00	1.189.329,00	1.135.990,23	7.427.981,00	0,00
04 – Investimento	40.707.853,00	40.707.853,00	82.126.103,81	24.467.701,66	18.720.123,00	0,00
	2.132.935.109,00	2.132.935.109,00	154.015.405,81	96.253.192,32	26.148.104,00	0,00
TOTAL GERAL DOTAÇÃO					2.313.098.618,81	
TOTAL GERAL EMPENHADO					2.229.188.301,32	
		FCDF		GDF		FUNPCDF
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL		92,21%		6,66%		1,13%

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

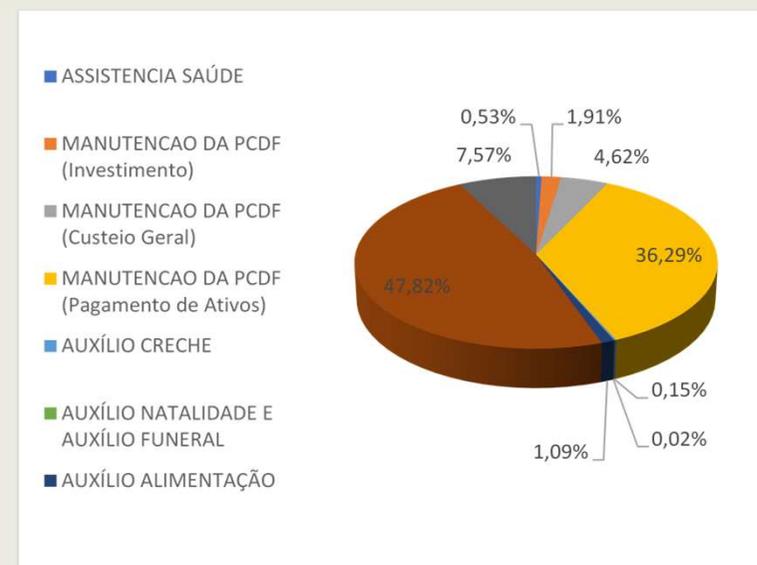
Gestão de Custos

Atualmente, a gestão das informações de custos do Governo Federal, conforme exigência do § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ocorre a partir dos dados extraídos dos sistemas estruturantes (SIAFI, SIAPE, SIOP e SIORG), os quais são processados, e através do Sistema de Informações de Custos (SIC) e disponibilizadas através do Portal de Custos da União mantido no endereço <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacoes/portal-de-custos>.

Em que pese a Polícia Civil do Distrito Federal executar recursos provenientes da União através do FPDF, a mesma não possui informações tratadas no Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal e disponibilizadas no link acima indicado. Não obstante, com base em dados extraídos dos sistemas do Governo Federal, em especial através do Tesouro Gerencial, é possível detalhar os custos da PCDF no exercício de 2019, conforme se observa a seguir.

Ação Governo	Empenhado	Percentual
ASSISTENCIA SAÚDE	11.366.594,00	0,53%
MANUTENCAO DA PCDF (Investimento)	40.707.853,00	1,91%
MANUTENCAO DA PCDF (Custeio Geral)	98.506.992,00	4,62%
MANUTENCAO DA PCDF (Pagamento de Ativos)	774.025.501,00	36,29%
AUXÍLIO CRECHE	3.264.204,00	0,15%
AUXÍLIO NATALIDADE E AUXÍLIO FUNERAL	526.236,00	0,02%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	23.209.914,00	1,09%
INATIVOS E PENSIONISTAS DA PCDF	1.019.962.752,00	47,82%
CONTRIBUICAO PATRONAL	161.365.063,00	7,57%
	2.132.935.109,00	100,00%

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

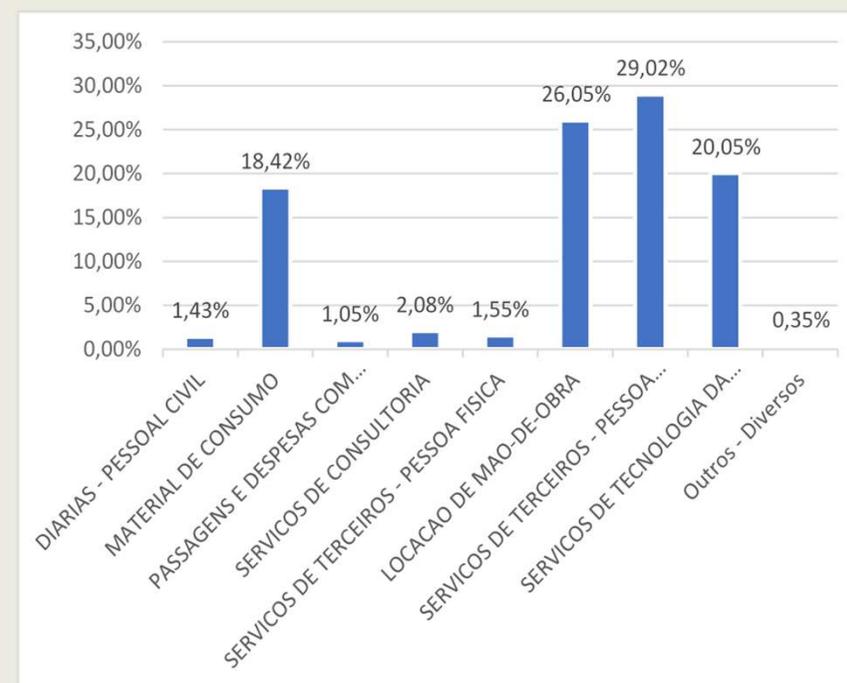
Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Estimativa de custos por área de atuação

A tabela abaixo discrimina os principais elementos de despesa executados durante o exercício de 2019 no âmbito do custeio geral (GND 03 – não inclui custeio da folha de pagamento) da PCDF:

EMPENHADO POR ELEMENTO DE DESPESA GND 03 – CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	PERCENT.
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.404.185,16	1,43%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	18.143.719,21	18,42%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.034.883,46	1,05%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	2.049.839,04	2,08%
339036	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.530.229,93	1,55%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	25.662.651,52	26,05%
339039	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	28.583.782,34	29,02%
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	19.751.207,05	20,05%
339000	Outros - Diversos	346.494,29	0,35%
TOTAL		98.506.992,00	100,00%



Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Custos

Avançando para o subelemento de despesa, a tabela a seguir apresenta uma visão geral do perfil de despesas de custeio geral (GND 03 – não inclui custeio da folha de pagamento) executadas no âmbito da PCDF em 2019:

	SUBELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	PERC.		SUBELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	PERC.
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	18.849.506,20	19,14%	33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	943.712,99	0,96%
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	9.469.778,27	9,61%	33904010	SUPOORTE A USUARIOS DE TIC	842.235,16	0,86%
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.929.902,63	8,05%	33903042	FERRAMENTAS	788.538,36	0,80%
33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	6.813.145,32	6,92%	33903969	SEGUROS EM GERAL	777.773,80	0,79%
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	5.613.685,11	5,70%	33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	774.916,46	0,79%
33904011	SUPOORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	5.464.830,61	5,55%	33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	774.432,56	0,79%
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	5.260.883,97	5,34%	33903035	MATERIAL LABORATORIAL	750.487,35	0,76%
33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	4.344.533,50	4,41%	33903005	EXPLOSIVOS E MUNICOES	739.813,95	0,75%
33904021	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	3.314.610,96	3,36%	33903985	SERVICOS EM ITENS REPARAVEIS DE AVIACAO	721.697,18	0,73%
33903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.239.779,74	2,27%	33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	634.217,18	0,64%
33903504	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.049.839,04	2,08%	33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	442.386,59	0,45%
33904006	LOCACAO DE SOFTWARES	2.033.334,00	2,06%	33903026	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	433.310,48	0,44%
33903032	SUPRIMENTO DE AVIACAO	1.944.758,13	1,97%	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	369.717,74	0,38%



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Gestão de Custos

33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.845.200,43	1,87%	33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	365.610,75	0,37%
33903039	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	1.720.772,98	1,75%	33903912	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	297.851,65	0,30%
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.378.877,33	1,40%	33903029	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	287.894,09	0,29%
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.322.090,79	1,34%	33903028	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	283.700,92	0,29%
33903628	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO - GECC	1.262.554,93	1,28%	33904016	OUTSOURCING DE IMPRESSAO	272.930,56	0,28%
33904004	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	1.248.430,70	1,27%	33904012	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	246.097,86	0,25%
33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.106.420,80	1,12%	33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	234.000,00	0,24%
33903011	MATERIAL QUIMICO	214.705,48	0,22%	33903950	SERV.MEDICO-HOSPITAL., ODONTOL.E LABORATORIAIS	23.339,84	0,02%
33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	197.720,55	0,20%	33903044	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	23.250,70	0,02%
33903025	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	171.979,63	0,17%	33903019	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	22.601,09	0,02%
33903624	SERVICOS DE CARATER SECRETO OU RESERVADO	168.630,00	0,17%	33904802	AUXILIO A PARTICIPANTES DE CURSO DE FORMACAO	20.197,02	0,02%
33909292	MATERIAL DE CONSUMO	138.307,63	0,14%	33905901	PENS.INDENIZ.ORIUND.DEB.P ERIOD.VINC.SENT.JUD	15.968,76	0,02%
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	129.417,53	0,13%	33903014	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	13.433,54	0,01%
33903915	TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSIONARIO	116.879,17	0,12%	33903006	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	12.840,00	0,01%
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	103.171,35	0,10%	33903037	SOBRESSALENTES DE ARMAMENTO	12.659,65	0,01%
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	94.440,00	0,10%	33903018	MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	11.871,77	0,01%

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Gestão de Custos

33904023	EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	86.863,70	0,09%	33909240	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	11.443,34	0,01%
33901416	DIARIAS NO EXTERIOR	82.094,37	0,08%	33904015	DIGITALIZACAO/INDEXACAO DE DOCUMENTOS	9.839,17	0,01%
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	66.168,41	0,07%	33903004	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	9.174,87	0,01%
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	65.625,00	0,07%	33903041	MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	8.754,21	0,01%
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	61.421,80	0,06%	33903918	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	8.081,99	0,01%
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	56.456,18	0,06%	33909314	RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	8.050,74	0,01%
33904020	TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	42.300,40	0,04%	33903975	SERVICO DE INCINERACAO,DESTRUCAO E DEMOLICAO	7.800,12	0,01%
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	36.164,47	0,04%	33914710	TAXAS	7.794,78	0,01%
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	33.619,59	0,03%	33913948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	7.200,00	0,01%
33903901	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	30.136,87	0,03%	33903305	LOCOMOCAO URBANA	6.995,86	0,01%
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	29.649,57	0,03%	33903979	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	6.663,70	0,01%
33903963	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	28.625,62	0,03%	33903974	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	5.700,00	0,01%
33903020	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	26.033,70	0,03%	33903036	MATERIAL HOSPITALAR	5.649,25	0,01%
33903302	PASSAGENS PARA O EXTERIOR	24.209,91	0,02%	33903999	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.570,00	0,01%
33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	5.050,00	0,01%	33903980	HOSPEDAGENS	1.036,05	0,00%

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Custos

33903030	MATERIAL PARA COMUNICACOES	4.829,10	0,00%	33903904	DIREITOS AUTORAIS	972,85	0,00%
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	4.419,05	0,00%	33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	903,59	0,00%
33903696	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PF- PAGTOANTECIPADO	4.000,00	0,00%	33903942	SERVICOS DE CARATER SECRETO OU RESERVADO	900,00	0,00%
33903027	MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	3.343,00	0,00%	33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	633,92	0,00%
33913910	LOCACAO DE IMOVEIS	3.331,68	0,00%	33903010	MATERIAL ODONTOLOGICO	570,00	0,00%
33903925	TAXA DE ADMINISTRACAO	3.262,63	0,00%	33903620	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	485,00	0,00%
33903308	PEDAGIOS	3.055,00	0,00%	33903396	PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO-PAGTO ANTECIPADO	382,82	0,00%
33903920	MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	2.499,59	0,00%	33903699	OUTROS SERVICOS	120,00	0,00%
33903946	SERVICOS DOMESTICOS	1.985,20	0,00%	33903399	OUTRAS DESPESAS COM LOCOMOCAO	70,70	0,00%
33904710	TAXAS	1.379,42	0,00%				
TOTAL						98.506.992,00	100,00 %

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Custos

Quanto aos recursos de investimento, disponibilizados através do FCDF, a tabela abaixo discrimina os principais elementos de despesa de investimento (GND 04) executados durante o exercício de 2019 pela PCDF:

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	PERC.
449052 - Equipamentos e Mat. Permanente	40.146.785,82	98,62%
449040 - Aquisição de software pronto	561.067,18	1,38%
Total		40.707.853,00

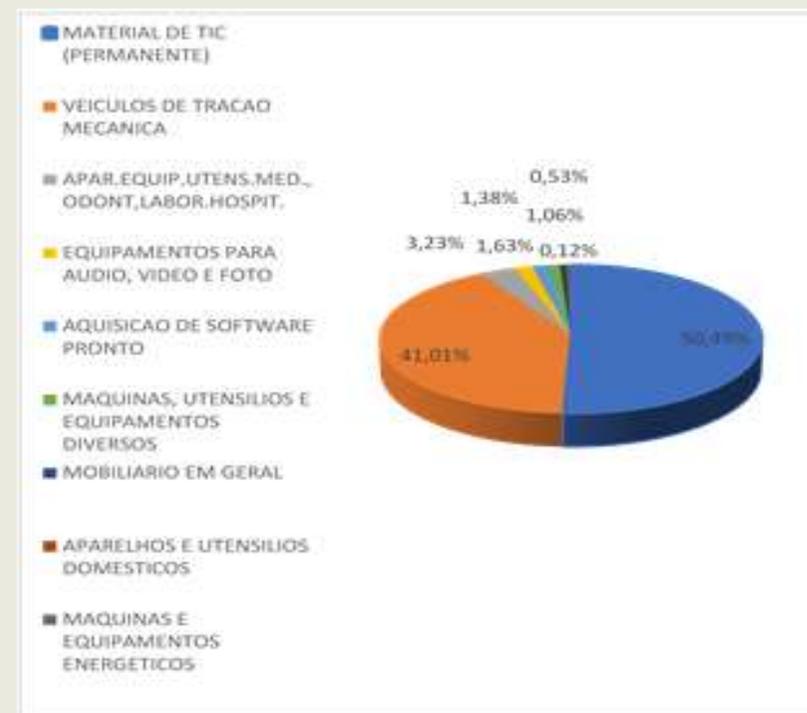
Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Custos

Avançando para o subelemento de despesa, a tabela à seguir apresenta uma visão geral do perfil de investimentos (GND 04) executados durante o exercício de 2019 pela PCDF:

SUBELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	Perc.
44905235 MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	20.552.864,75	50,49%
44905252 VEICULOS DE TRACAO MECANICA	16.695.355,00	41,01%
44905208 APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LAB OR.HOSPIT.	1.313.800,72	3,23%
44905233 EQUIP. PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	663.000,00	1,63%
44904005 AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	561.067,18	1,38%
44905234 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	430.634,34	1,06%
44905242 MOBILIARIO EM GERAL	217.665,94	0,53%
44905212 APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	129.026,40	0,32%
44905230 MAQ. E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	48.359,60	0,12%
44905251 PECAS NAO INCORPORAVEIS A MOVEIS	36.734,95	0,09%
44905248 VEICULOS DIVERSOS	19.679,99	0,05%
44905228 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	15.600,00	0,04%
44905236 MAQUINAS, INS TALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	9.150,09	0,02%
44905238 MAQ., FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	8.417,73	0,02%
44905218 COLECOES E MAT BIBLIOGRAFICOS	3.780,15	0,01%
44905204 APAR. DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.220,90	0,01%
44905232 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	495,26	0,00%
	40.707.853,00	100,00%

Conforme se observa, no exercício de 2019 predominaram investimentos em material permanente de Tecnologia da Informação (R\$ 20.552.864,75) e em veículos de tração mecânica – viaturas policiais (R\$ 16.695.355,00) – , investimentos estes que estão alinhados aos objetivos estratégicos traçados no Planejamento Estratégico da PCDF (Projeto Avançar), em especial aos objetivos estratégicos “O3 - Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação” e “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura).



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Licitações e Contratos

A boa gestão dos processos licitatórios é crucial para alcançar os objetivos estratégicos da Polícia Civil do Distrito Federal, e indispensável à regular execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados para aquisição de bens e serviços, estes voltados ao cumprimento do plano estratégico.

No âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, e vinculada ao Departamento de Administração Geral, funciona a Comissão Permanente de Licitação - CPL, unidade orgânica de execução que tem como atribuições planejar, coordenar, implementar, acompanhar, supervisionar e orientar as atividades de licitações relativas as aquisições de bens, serviços e obras da Polícia Civil do Distrito Federal, o que envolve a elaboração de minutas de editais, convites e seus anexos, a organização e controle do cronograma de realização de licitações, o acompanhamento de prazos, a resposta a impugnações e outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

Na fase interna de instrução, também são atores dos processos licitatórios conduzidos pela PCDF os diversos departamentos envolvidos nas atividades finalísticas da Instituição, os quais, a partir dos conhecimentos técnicos que lhes são próprios, são responsáveis pela elaboração de projetos básicos, termos de referência e pesquisas de mercado das contratações necessárias ao atendimento das demandas relativas às suas áreas de atuação.

Quanto às contratações de responsabilidade do Departamento de Administração Geral - DAG, como as relativas às atividades de manutenção em geral (fornecimen-

to de água, de energia elétrica, serviços gerais, mão de obra terceirizada, manutenção predial, manutenção de frota, material de consumo em geral, etc.), o DAG conta com divisões especializadas responsáveis pela instrução prévia da fase interna, como a Divisão de Arquitetura e Engenharia, Divisão de Apoio e Serviços Gerais, Divisão de Transportes e a Divisão de Recursos Materiais, esta última contemplada com uma seção especializada na instrução dos processos de aquisição (Seção de Aquisição).

Cabe destacar que a Polícia Civil do Distrito Federal não se vale apenas do trabalho de sua Comissão Permanente de Licitação para instrução de seus processos de contratação, que também são viabilizados através da participação em Atas de Registro de Preços – ARPs levadas à efeito tanto no âmbito da União, quanto do Distrito Federal, o que ocorre segundo as prescrições da do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e ainda em conformidade com o Decreto Distrital nº 39.103/2018.

Tal expediente (participação em ARPs) tem se revelado salutar a gestão das licitações da PCDF, tendo em vista que o baixo efetivo de servidores da PCDF não viabiliza a alocação de recursos humanos adequados nas áreas responsáveis, contexto em que se tem alcançado bons resultados para a gestão através da participação em licitações de ARPs promovidos por outros órgãos. Eventualmente a PCDF também adere à ARPs, o que ocorre apenas em casos excepcionais devidamente justificados e em conformidade com a legislação de regência.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Gestão de Licitações e Contratos: análise da conformidade dos contratos

No ano de 2019, os preços estimados durante a fase de licitação, da ordem de R\$ 144.142.352,15, reduziram para R\$ 97.477.371,51, após finalização dos procedimentos licitatórios, contexto em que o indicador de esforço a cargo da CPL que monitora a assertividade orçamentária apresentou índice de 32,37% relativo a economia de procedimentos licitatórios. Por outro lado, a taxa de eficiência dos procedimentos licitatórios foi da ordem de 92%, considerando total de itens homologados (230) sobre o total de itens licitados (250), números esses que demonstram a efetividade dos procedimentos licitatórios conduzidos pela PCDF.

Análise de conformidade dos contratos

A análise de conformidade nos atos relacionados a gestão de contratos (prorrogação de vigência, acréscimo de objeto, prorrogação de prazo de entrega, reajustes, repactuação, etc.) é realizada pela Assessoria do Departamento de Administração Geral da PCDF, em alguns casos em conjunto com Assessoria da Direção Geral da PCDF, com a Procuradoria Geral do Distrito Federal e a Unidade de Controle Interno da PCDF, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 (regulada no DF pelo Decreto Distrital nº 23.460/2002), Lei Distrital nº 4.611/2011, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Distrital nº 26.851/2006, e Instruções Normativas nº 4/2014 (SEGES/MP – recepcionada no DF pelo Decreto Distrital nº 37.667/2016) e nº 05/2017 (STI/MP – recepcionada pelo Distrito Federal através do Decreto Distrital nº 38.934/2018).

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Gestão de Licitações e Contratos: Contratações Diretas

Contratações Diretas

Conforme dados levantados no SIAFI, no exercício de 2019 a PCDF empenhou o total de R\$ 14.192.119,96 (quatorze milhões, cento e noventa e dois mil, cento e dezenove reais e noventa e seis centavos) na modalidade “Dispensa de Licitação” e R\$ 13.181.588,62 (treze milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) na modalidade “inexigibilidade”.

TIPO	2018	2019
Dispensa de Licitação	17.721.658,39	14.192.119,96
Inexigibilidade	9.705.545,37	13.181.588,62
Total	27.427.203,76	27.373.708,58

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão Gestão de Licitações e Contratos: Contratações Diretas

No que se refere a contratações diretas por inexigibilidade, preponderaram os gastos realizados no âmbito dos seguintes contratos:

CONTRATO	OBJETO	VALOR
Contrato nº 43/2018 - Companhia Energética de Brasília	Fornecimento de energia elétrica	5.613.685,11
Contrato nº 34/2018 - NEC Latin América S/A	Suporte e manutenção do sistema AFIS	2.647.897,28
Contrato nº 35/2018 - CAESB	Fornecimento de água e serviços de esgoto	1.378.877,33
Contrato nº 19/2019 - Dígitro Tecnologia	Atualização e suporte ao sistema Intelle Totum/Guardião	977.494,00

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Quanto às situações de dispensa de licitação, o gasto preponderante se deu na execução dos seguintes contratos, todos na modalidade emergencial e fundamentados no art. 24, Inc. IV, da Lei 8.666/93:

CONTRATO	OBJETO	VALOR
Contrato nº 56/2018 (sucedido pelo 21/2019) - Dinâmica Adm., Serviços e Obras Ltda	Serviços de limpeza e conservação	7.247.068,35
Contrato nº 29/2019 (sucedido pelo 73/2019) – Hepta Tecnologia e Informática Ltda.	Manutenção do ambiente tecnológico da PCDF	4.671.314,88
Contrato nº 63/2018 (sucedido pelo 28/2019 - AMC Informática Ltda	Outsourcing de impressão	1.248.430,70

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Principais contratações vigentes em 2019 alinhadas aos objetivos estratégicos PCDF

O Contrato nº 21/2019 (emergencial), celebrado com a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras LTDA., já foi encerrado e em seu lugar está sendo executado o Contrato nº 55/2019, também com a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras LTDA., o qual é fruto de regular processo licitatório objeto do Pregão Eletrônico nº 64/2017 - PCDF.

Quanto ao Contrato nº 73/2019 (emergencial), celebrado com a empresa Hepta Tecnologia e Informática LTDA., o Pregão Eletrônico nº 10/2019 – PCDF, objeto do processo licitatório objeto do Processo SEI nº 0052-000034/2017, encontra-se em fase de conclusão, com expectativa de que ainda no primeiro trimestre de 2020 seja assinado contrato com a empresa vencedora, quando então se encerrará a referida contratação emergencial.

Análise de conformidade das licitações

A análise de conformidade das licitações e contratações diretas promovidas no âmbito da PCDF é realizada pela Assessoria do Departamento de Administração Geral da PCDF, em conjunto com a Assessoria da Direção-Geral da PCDF, com a Procuradoria Geral do Distrito Federal e a Unidade de Controle Interno da PCDF, o que garante a conformidade de tais contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 (regulada no DF pelo Decreto Distrital nº 23.460/2002), Lei Distrital nº 4611/2011, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Distrital nº 26.851/2006, e Instruções Normativas Ministério do Planejamento - MP, com destaque às instruções normativas nº 04/2014 (SEGES/MP – recepcionada no DF pelo Decreto 37.667/2016) e 05/2017 (STI/MP – recepcionada pelo DF através do Decreto Distrital nº 38.934/2018).

Principais contratações vigentes em 2019 alinhadas aos objetivos estratégicos PCDF

As contratações indicadas na tabela a seguir estão diretamente alinhadas aos objetivos estratégicos traçados no Planejamento Estratégico da PCDF (Projeto Avançar – 2º Ciclo) em especial os objetivos “O3 - Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação” e “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura).

A gestão dos contratos e convênios celebrados pela PCDF é realizada no âmbito do Departamento de Administração Geral, cabendo destacar que para cada contratação o Diretor de Administração Geral - DAG designa, na condição de Ordenador de Despesas da PCDF, executores de contratos, aos quais cabe o acompanhamento e fiscalização dos contratos para os quais são designados, na forma da legislação de regência (art. 67 da Lei 8.666/93 e normas correlatas).

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Principais contratações vigentes em 2019 alinhadas aos objetivos estratégicos PCDF

CUSTEIO – GND 03			
CONTRATO/EMPRESA	OBJETO	2019	
21/2019 (antecedido pelo Contrato 56/2018 e sucedido pelo Contrato 55/2019) - Dinâmica Adm, Serviços e Obras LTDA	Serviços de limpeza e conservação p/ as unidades da PCDF com fornec. de material e mão de obra	9.469.778,27	9,61%
59/2017, 05/2018 e 55/2018 – Murano Construções EIRLE; 44/2016 – Atlantico Engenharia Ltda; 46/2016, 47/2016 e 48/2018 – Engemil Engenharia	Manutenção e conservação de bens imóveis da PCDF	12.277.975,93	12,46%
01/2019 – K2 Conservação e Serviços Gerais – EIRELI; 02/2019 – Real JG Serviços Gerais Eirelli; 03/2019, 04/2019, 05/2019 e 05/2019 – RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI; 06/2019 – Estrela Serviços Terceirizados EIRELI	Serviços de suporte administrativo e operacional para a PCDF	18.849.506,20	19,13%
72/2013 – Auto Posto Millenium 2000 Ltda, (sucedido pelo 27/2019 – Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.)	Intermediação e gerenciamento de abastecimento de frota e aeronaves da PCDF	7.929.902,63	8,05%
64/2018 – Hepta Tecnologia e Informática Ltda. (sucedido pelo 73/2019 com a mesma empresa)	Manutenção do ambiente tecnológico da PCDF	7.985.925,84	
43/2018 – Companhia Energética de Brasília - CEB	Fornecimento de energia elétrica para as unidades da PCDF	5.613.685,11	5,70%
35/2018 – CAESB	Fornecimento de serviços de água e esgoto para as unidades da PCDF	1.378.877,33	1,40%
19/2016 – Helistar Manutenção de Aeronaves Ltda.; 30/2016 – Helicópteros do Brasil S/A; 32/2017 – Aeronaves e Motores S/A; 33/2017 – Goiás Manutenção de Aeronaves Ltda; 58/2018 – Safran Helicopter;	Manutenção das aeronaves da PCDF	2.666.455,31	2,70%
34/2018 – NEC Latin América AS	Suporte e Manutenção do Sistema AFIS	2.239.779,74	2,27%

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Principais contratações vigentes em 2019 alinhadas aos objetivos estratégicos PCDF

32/2019 – Brasoftware Informática LTDA..	Fornecimento de licenças Microsoft (total 36 meses – R\$ 6.100.000,00)	2.033.334,00	2,06%
69/2019 – Simpress, Comércio, Locação e Serviços LTDA..	Prestação de serviços de impressão por 48 meses (valor total R\$ 12.620.666,88 (contrato anterior: 63/2018 e 28/2019 – AMC Informática	1.521.361,26	1,54%

INVESTIMENTO – GND 04

CONTRATO/EMPRESA	OBJETO	2019	
15/2019 e 17/2019 - PSA Peugeot Citroen do Brasil Automóveis LTDA..	Aquisição de viaturas policiais	17.009.055,00	41,78%
30/2019 – Tecar Veículos e Serviços LTDA..			
67/2019 – General Motors do Brasil LTDA..			
72/2019 – HPE Automotores do Brasil LTDA..			
74/2019 – Pottencial Veículos Especiais			
75/2019 – USATEC BSB Veículos Especiais			
36/2019 e 66/2019 – Torino Informática LTDA..	Aquisição de 200 computadores de alta performance	5.385.800,00	13,50%
37/2019 – Dell Computadores do Brasil LTDA..	Aquisição de 1875 computadores desktop	11.400.00,00	28%
33/2019 – NCT Informática LTDA..	Aquisição de solução de proteção de rede	1.939.800,00	4,76%
48/2019 - Whaters Technologies do Brasil LTDA..	Aquisição de sistema de análise toxicológica LC/MS/MS	1.329.984,33	3,26%
71/2019 – Torino Informática LTDA..	Aquisição de 50 servidores de rede, do tipo rack	1.138.995,00	2,80%



Gestão patrimonial e de infraestrutura

Conformidade legal

Principais investimentos

Conformidade legal

A Polícia Civil do Distrito Federal observa, no que se refere a gestão patrimonial, as normas do complexo administrativo do GDF, em especial a Instrução Normativa nº 01, publicada no DODF nº 159, de 17/08/2015, e a Instrução Normativa nº 04, publicada no DODF nº 175, de 12/09/2017.

Anualmente a PCDF constitui comissão responsável por produzir inventário patrimonial, o qual integra a Tomada de Contas Anual do Ordenador de Despesas da PCDF encaminhada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para julgamento.

No ano de 2019 o inventário patrimonial da PCDF foi objeto do processo SEI GDF nº 00052-00018707/2019-58, através do qual a Comissão de Inventário Patrimonial Anual, instituída pela Portaria nº 06 – DAG/PCDF, de 24 de setembro de 2019, promoveu a conferência dos bens móveis, semoventes e imóveis da PCDF, por meio da emissão da Carga Geral de Inventário de todas as unidades da PCDF, obtida junto ao Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat, da Secretaria de Fazenda do DF.

Quanto aos bens imóveis, foi designada, por ocasião do inventário patrimonial de 2019, equipe da Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE/DAG/PCDF, para realizar vistorias em todas as edificações da PCDF, a qual realizou diligências em todos os terrenos edificados e não edificados pertencentes à carga patrimonial da PCDF, os quais foram devidamente fotografados, mapeados e documentados por meio de confecção de termo de vistoria, que versou inclusive sobre as condições de uso de tais imóveis.

Principais investimentos

Entre os objetivos estratégicos da PCDF previstos em seu Programa Avançar – 2º Ciclo, estão os objetivos estratégicos “O3 - Aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação” e “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura), os quais se relacionam diretamente com a gestão patrimonial e de infraestrutura da PCDF.

No que se refere ao objetivo estratégico “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura), as iniciativas são voltadas a garantir eficiência na segurança orgânica, gestão patrimonial, gestão de contratos, gestão de compras e gestão de obras e infraestrutura, contexto em que o Departamento de Administração Geral, com apoio de suas diversas unidades orgânicas, tem adotado uma série de medidas voltadas ao cumprimento de tal objetivo.

Gestão patrimonial e de infraestrutura

Principais investimentos

As ações relacionadas ao objetivo estratégico O4 envolvem não apenas a construção de novas e modernas edificações, como também a manutenção regular e efetiva das instalações hoje existentes.

No exercício de 2019, conforme já mencionado, deu-se prosseguimento à execução de importantes projetos para realização do objetivo estratégico O4, entre os quais se destacam a reforma do Centro Tecnológico da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, da 17ª Delegacia de Polícia e da Divisão de Operações Especiais, sendo também promovidas manutenções e pequenas reformas em diversas unidades da PCDF para as quais foram empenhados recursos da ordem de:

- R\$ 6.813.145,32, no elemento de despesa 33903704 - Manutenção e conservação de bens imóveis, equivalendo a 6,92% da dotação de custeio da PCDF;
- R\$ 5.464.830,61, no elemento de despesa 33903916 - Manutenção e conservação de bens imóveis, equivalendo a 5,89% da dotação de custeio da PCDF ;
- R\$ 1.106.420,80, no elemento de despesa 33903024 - Material p/ manutenção de bens imóveis/instalações, equivalendo a 1,30% da dotação de custeio da PCDF;

Cabe destacar que as atividades de manutenção da infraestrutura da PCDF estão

alicerçadas atualmente em diversos contratos contínuos, entre os quais se destacam os contratos nº 46/2016, firmado com a empresa Atlântico Engenharia LTDA. nº 45/2016, firmado com a empresa MKS Comércio e Serviços LTDA., e nº 46 e nº 47/2016, firmados com a empresa Engemil – Engenharia Empreendimentos, Manutenção e Instalações LTDA., os quais suportam a manutenção predial da PCDF por grupos de especialidade (instalações, ar condicionado, instalações civis – elétrica, hidráulica, incêndio, alvenaria e afins).

Além dos contratos em referência, a PCDF também firmou, em 2018, os contratos nº 05/2018 e nº 55/2018, com a empresa Murano Construções Eireli – ME, no valor total de R\$ 12.250.312,23 (doze milhões, duzentos e cinquenta mil, trezentos e doze reais e vinte e três centavos), através dos quais estão sendo viabilizadas as reformas de importantes unidades da Polícia Civil do Distrito Federal (antigo prédio do Instituto de Criminalística, já finalizado, onde hoje se instala a CECOR, carceragem do DPE, também já finalizada, e, em execução DOE, DEAM, e 17ª DP).

Ainda no que se refere ao objetivo estratégico “O4 - Garantir a modernização institucional” (Perspectiva II – Estrutura), a Polícia Civil do Distrito Federal realizou importantes investimentos no exercício de 2019, da ordem de R\$ 40.707.853,00 (quarenta milhões, setecentos e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais), oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e R\$ 26.354.619,08 (vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais), provenientes de recursos de convênios celebrados com a SENASP/MJ, totalizando R\$ 67.062.472,08, valor este que foi utilizado para adquirir os seguintes equipamentos e softwares:



Gestão patrimonial e de infraestrutura

Principais investimentos

a) Veículos adquiridos:

- 122 viaturas tipo sedan médio descaracterizadas - R\$ 9.406.200,00 (FCDF);
- 4 viaturas tipo SUV, descaracterizadas – R\$ 663.960,00 (FCDF);
- 15 caminhonetes tipo pick-up descaracterizadas - R\$ 2.158.995,00 (FCDF);
- 10 furgões e 5 *pickups* para o DEPATE - R\$ 2.999.500,00 (FCDF);
- 02 viaturas tipo SUV blindadas - R\$ 609.000,00 (FCDF);
- 01 empilhadeira a gasolina – R\$ 412.997,00 (FCDF);
- 04 viaturas tipo SUV descaracterizadas - R\$ 663.960,00 (FCDF);
- 13 viaturas descaracterizadas - R\$ 801.290,49 (Convênio);
- 04 furgões (rabecões) - R\$ 922.700,00 (Convênio);
- 04 caminhões tipo guincho - R\$ 956.000,00 (Convênio);

- 46 veículos tipo SUV caracterizados - R\$ 8.176.500,00 (Convênio)

b) Investimentos em TI:

- software VMWARE - R\$ 139.337,22 (FCDF);
- softwares de segurança – R\$ 1.939.800,00 (FCDF);
- 17 microcomputadores tipo IMAC, 27 polegadas - R\$ 387.583,00 (FCDF);
- 240 monitores de computador com 24 polegadas – R\$ 180.000,00 (FCDF);
- 200 computadores de alta performance - R\$ 5.385.800,00 (FCDF);
- 1.875 microcomputadores desktop ultracompacto R\$ 11.400.000,00 (FCDF);
- 50 servidores de rede tipo rack - R\$ 1.138.995,00 (FCDF);

Gestão patrimonial e de infraestrutura

Principais investimentos

c) Modernização da Polícia Técnica

- sistema de cromatografia líquida LC MS - R\$ 1.310.000,00 (FCDF);
- Renovação de licenças de softwares para a perícia – R\$ 353.113,23 (FCDF);
- Comparador vídeo-espectral – R\$ 564.000,00 (FCDF);
- Sistema ABIS com aquisição de 10 estações de trabalho no valor de R\$ 12.805.805,46 (Convênio).

d) Equipamentos diversos:

- Aquisição de divisórias - R\$ 225.992,10 (FCDF);
- 131 aparelhos de ar condicionado e 67 cortinas de ar no valor de R\$ 904.781,13 (Convênio);
- 830 coletes balísticos no valor de R\$ 722.100,00 (Convênio);
- 11 *nobreaks* no valor de R\$ 504.250,00 (Convênio);

- 07 grupos geradores no valor de R\$ 561.192,00 (Convênio).

Entre os **resultados** decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:

- Aprimoramento da infraestrutura das unidades policiais;
- Melhoria da qualidade dos ambientes de expediente;
- Melhoria na segurança das instalações e servidores;
- Ações preventivas de manutenção predial visando minimizar futuras ações corretivas.

Gestão de Pessoas

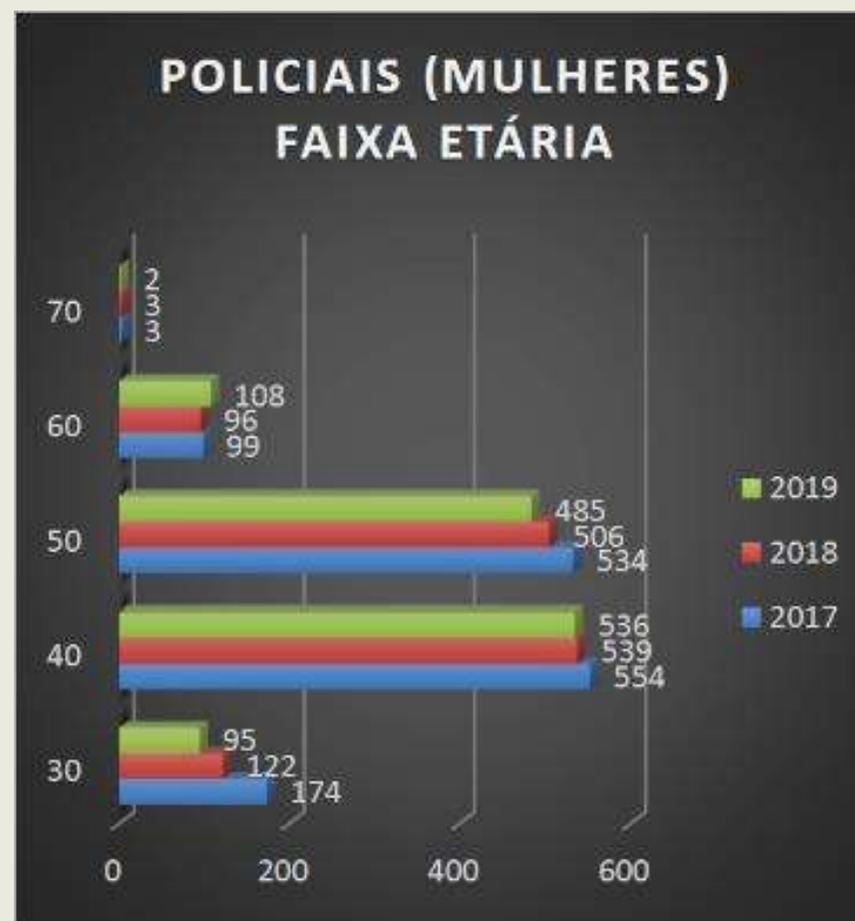
Avaliação da força de trabalho

Qualificação da Força de Trabalho: faixa etária

A análise da distribuição do efetivo feminino por faixa etária nos possibilita verificar que a maior concentração do quadro está na faixa de 31 a 40 anos com 43,72%, seguida da faixa de 41 a 50 anos com 39,56%. Quando analisamos o percentual das mulheres com menos de 40 anos, verifica-se que 51,47% estão nessas faixas e 48,53% estão nas faixas acima de 40 anos.

Comparando-se o efetivo feminino dos anos de 2019 (1226) / 2018(1266), verifica-se que houve uma redução de 40 servidoras, que corresponde a 3,16% do efetivo feminino atuando em 2018 e, ao contrário do esperado, a faixa que teve maior impacto foi a de até 30 anos de idade que apresentou 27 servidoras a menos, o que representa uma redução de 22,13% nesta faixa evidenciando que o número de exonerações ocorridas em 2019 superou o número de admissões. Essa mesma situação ocorreu quando se compara o efetivo de 2018 (1266) / 2017(1364) como pode ser visualizado nos gráficos acima.

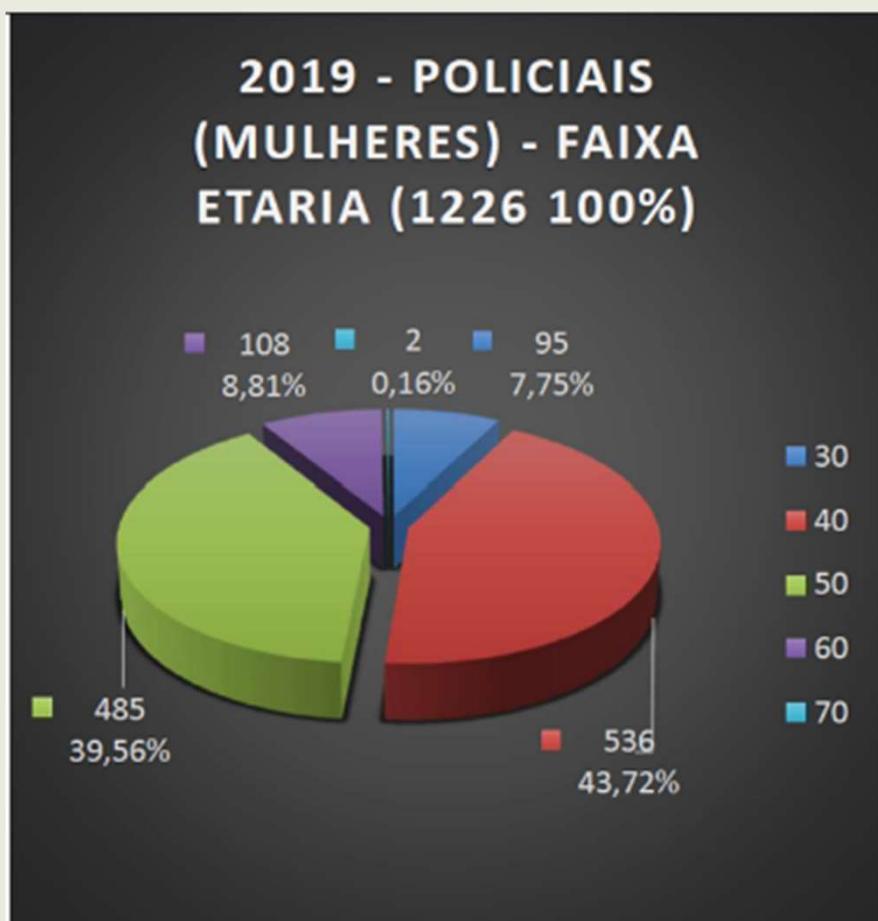
Outro aspecto observado foi o aumento de 96 para 108 policiais mulheres (2018/2019) na faixa entre 51 e 60 anos, o que pode evidenciar uma linha de tendência em razão do estabelecimento da idade mínima para aposentadoria, de modo que o percentual da faixa poderá apresentar crescimento em decorrência dessa variável.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Avaliação da força de trabalho



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Quando analisado o percentual dos homens com menos de 40 anos, verifica-se que 42,43% estão nessas faixas e 57,57% estão nas faixas acima de 40 anos.

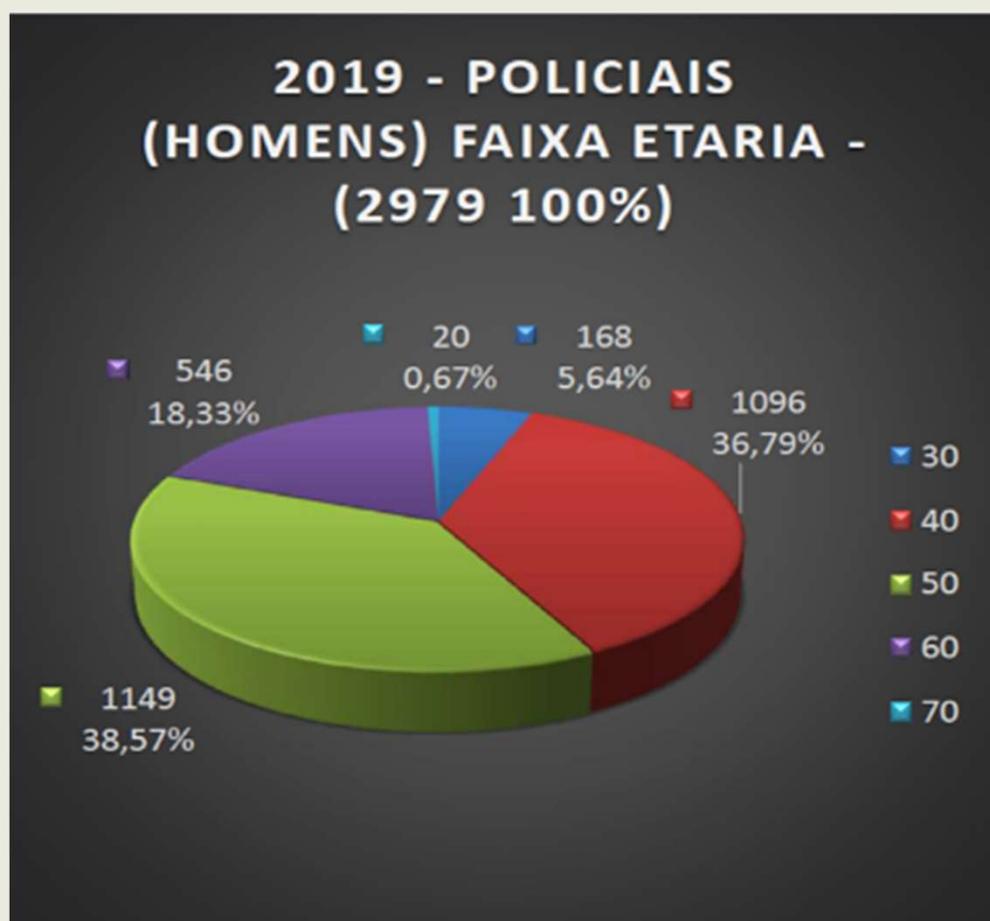
Comparando-se o efetivo masculino dos anos de 2019 (2979) e 2018 (3182), verifica-se que houve uma redução de 203 policiais, que corresponde a 6,38% do efetivo masculino que estava atuando em 2018 e, como esperado, as faixas que tiveram maior impacto foram de 41 a 50 anos e 51 a 60 anos que apresentaram 168 servidores a menos, o que representa uma redução de 6,96% e 13,06% respectivamente, evidenciando o fluxo natural das saídas por motivo de aposentadorias.

Conforme apresentado nos gráficos ao lado, o quantitativo de mulheres na faixa até 40 anos representa 51,47% do efetivo feminino enquanto o de homens 42,43% do efetivo masculino, o que pode evidenciar um provimento relativamente adequado às exigências para o exercício das atividades policiais no caso das mulheres, mas também alertar que o percentual relativo aos homens está abaixo de 50% e pode ser um indicador do “envelhecimento” do efetivo, pois quanto maior esse percentual na faixa abaixo de 40 anos, melhor para a instituição, uma vez que o vigor físico tem impacto no desempenho das atividades operacionais.

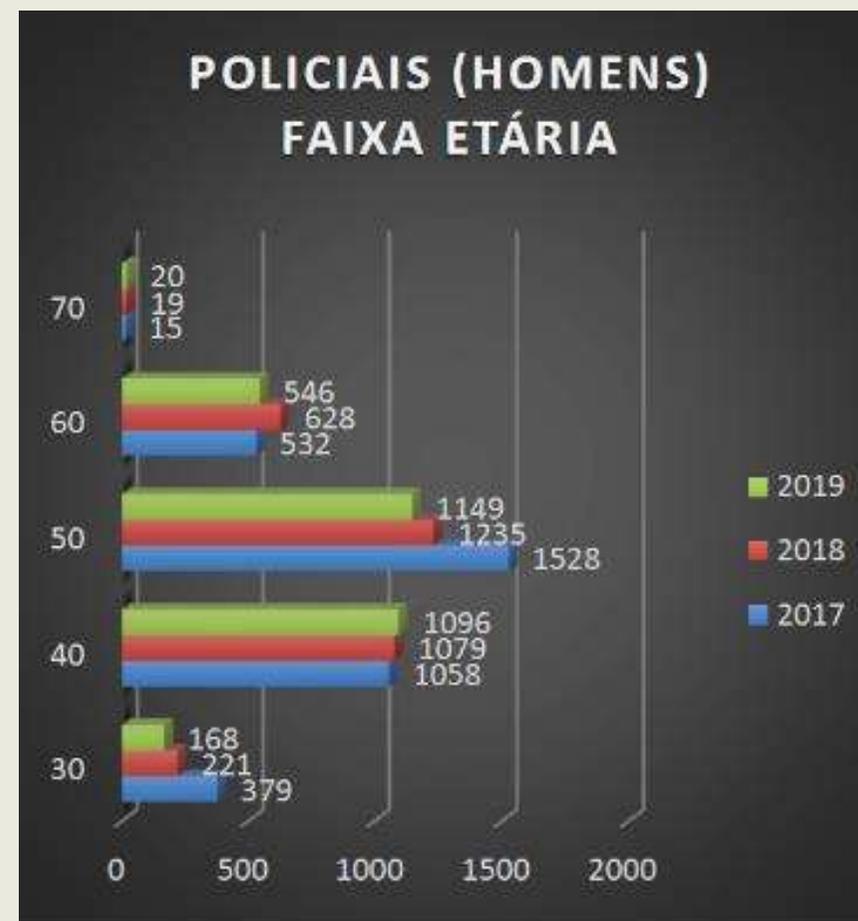
Destarte, mesmo desconsiderando outros fatores mais relevantes como aumento populacional e volume de trabalho, os números também corroboram a necessidade de minimizar o risco do “envelhecimento” do efetivo com a realização de concursos periodicamente, de maneira a manter o percentual de servidores com idade abaixo de 40 anos, e acima de 50% para assegurar maior concentração policiais nessa faixa etária e reduzir os possíveis riscos de comprometimento na atuação policial.

Gestão de Pessoas

Avaliação da força de trabalho



Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Avaliação da força de trabalho

Tempo Policial

Outra análise importante a ser considerada é o tempo de atividade policial, conforme apresentado em gráfico, ressaltando que esta análise está adstrita apenas ao tempo de exercício na Instituição, uma vez que o tempo policial é o principal requisito para a aposentadoria, sendo necessária uma análise individual para considerar tempos averbados de outras forças policiais.

Verifica-se em 31/12/2019 que 35,31% do efetivo foram incorporados nos últimos cinco anos, o que perfaz uma média de 7,06% ao ano nesse período, percentual ainda distante do esperado, que é em torno de 10% para assegurar melhor gestão do clima organizacional, gestão do conhecimento e maior efetividade na execução da missão da Instituição. Observa-se que 12,58% do efetivo possui entre 5 a 10 anos de serviço e 18,10% entre 11 e 15 anos de serviço policial, 24,52% entre 16 a 20 anos e 9,50% do efetivo acima de 20 anos de atividade policial.

Esse cenário deve ser observado pela administração no tocante à composição do efetivo por tempo de serviço policial, pois sinaliza uma expectativa de aposentação nos próximos anos, uma vez que o requisito mínimo de tempo policial para aposentadoria é de 15 anos para as mulheres e 20 anos para os homens, desde que possuam 55 anos de idade, nos termos da reforma da previdência que ocorreu em 2019.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Avaliação da Força de Trabalho



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Destarte, conforme se observa, quando passamos a análise em relação ao sexo, temos que 24,30% das mulheres já possuem mais de 15 anos de atividade policial e 23% estão na faixa entre 11 a 15 anos. Portanto, nos próximos anos, mais de 47,30% do efetivo feminino já terá cumprido o tempo policial exigido para a aposentadoria.

Analisando os dados dos homens em 31/12/2019, gráfico abaixo, verifica-se que 11,55% já possuem mais de 20 anos de atividade policial e 26,45% completarão nos próximos anos. Assim, 38% do efetivo masculino terá completado o tempo policial mínimo para a aposentadoria nos próximos anos.

Considerando a fixação da idade mínima de 55 anos para ambos os sexos para a aposentadoria policial, nos termos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 103, além dos requisitos de tempo policial de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens para os policiais que ingressaram até a data de entrada em vigor da referida emenda, foram elaborados os dois gráficos, para melhor visualizar o novo cenário considerando-se os dados de 31/12/2019.

Pode-se observar nos gráficos que 298 mulheres (24,30%) possuem mais de 15 anos de polícia, das quais 93 possuem mais de 50 anos. Quanto aos homens, 344 (11,55%) possuem mais de 20 anos, dos quais 281 (9,43%) possuem mais de 50 anos. Portanto, 93 mulheres e 281 homens poderão completar os requisitos para a aposentadoria nos próximos anos.

Gestão de Pessoas

Avaliação da força de trabalho

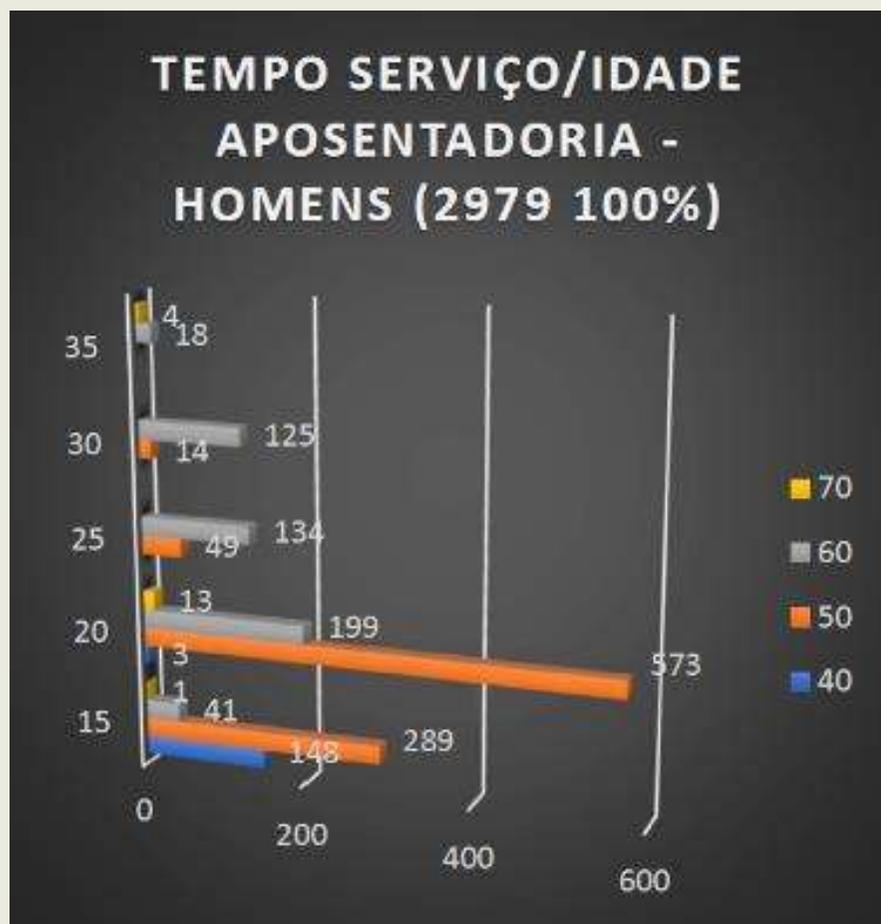


Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Avaliação da Força de Trabalho



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Porém não é possível concluir a análise de previsão das aposentadorias nem das regras de transição que devem ser aplicadas individualmente, e certamente elevarão esse número apresentado acima, tendo em vista que foi estabelecido um pedágio de 100% do tempo que faltava para a aposentadoria pela regra anterior na data de promulgação da EC nº 103 (13/11/2019), observando ainda a idade mínima de 52 anos para as mulheres e 53 anos para os homens.

Destarte, pode-se verificar a necessidade de uma política periódica de recomposição do efetivo, pois do contrário o impacto será muito prejudicial para a administração, como se evidencia no percentual das faixas entre 1 e 10 anos de serviço policial que alcança 52,70% do efetivo feminino e 45,92% do efetivo masculino, enquanto acima de 10 anos já alcança 43,70% do efetivo feminino e 54,08% do masculino. Vale destacar que, em uma primeira análise, o percentual atual de 35,31% dos servidores com menos de cinco anos (que equivaleria a uma média anual de 7,06%) poderia ser considerado dentro do almejado, uma vez que o percentual médio de aposentados e desligados nos últimos 5 anos tem se mantido entre 5 a 10% do efetivo, mas não retrata fielmente a realidade da Instituição, uma vez que desde o ano de 2006 o efetivo policial sofre um decréscimo a cada ano e as nomeações ocorridas não cobriram as saídas que ocorreram no mesmo período.

Por outro lado, nesta análise foi considerado o efetivo em atividade em dez/2019 (4.205) e não o efetivo previsto no quadro aprovado para provimento (8.969), de sorte que o provimento dos cargos da carreira policial tem ficado abaixo do quantitativo aprovado em 1993.

Gestão de Pessoas

Avaliação da Força de Trabalho

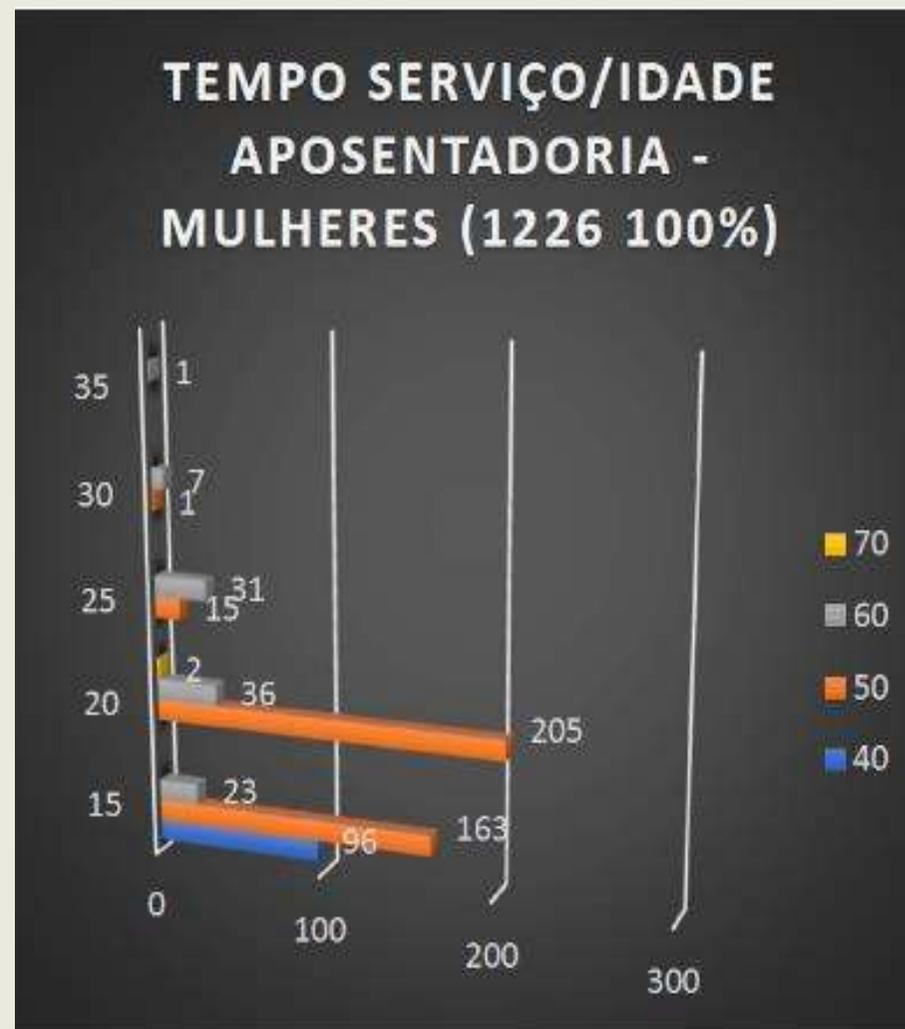
Constata-se que os esforços envidados para a aprovação do aumento do efetivo (2013) e, posteriormente do planejamento da força de trabalho, não foi acompanhado pelo provimento esperado dos cargos criados, pois até o exercício de 2019 os referidos cargos não foram providos e a Instituição, apesar da população e da demanda de serviços ter aumentado significativamente nas últimas décadas, não teve contemplada a almejada recomposição do efetivo.

ETNIA

A composição do efetivo policial em relação a Raça/Cor está distribuída da seguinte proporção: 81,81% branca, 16,03% parda, 1,17% preta e 0,76% amarela. Pode-se observar ainda, que os percentuais não sofreram variação significativa nos últimos 3 anos.

GRAU DE ESCOLARIDADE

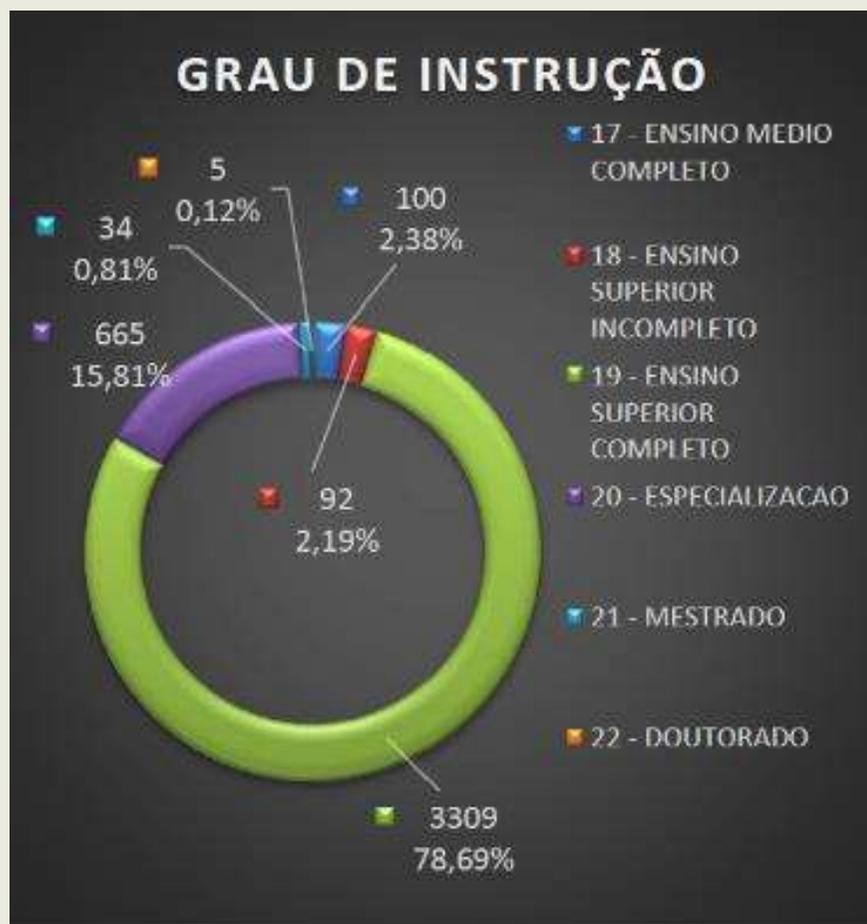
Quanto a escolaridade, o efetivo policial é composto na sua maioria por policiais com ensino superior completo, acima de 95%, uma vez que esse requisito é obrigatório desde o concurso de 1998. Não obstante, a Instituição ainda possui em seus quadros servidores admitidos em concursos anteriores a 1996, para os quais ainda não era exigido o nível superior. Importante consignar nesse aspecto, com base nos registros atuais, que cerca de 17% do efetivo possui especialização, mestrado ou doutorado, mas esse número não representa a situação real porque esses registros não estão atualizados, principalmente quanto às especializações, mestrados e doutorados que não foram exigidos por ocasião da admissão. Quando comparamos os dados dos últimos 3 anos, verifica-se que houve pouca variação dos números. Importante consignar que em 2019 foi realizado um recadastramento pelo Governo do DF, mas esses dados ainda não foram atualizados na base, de maneira que no próximo relatório poderá haver uma significativa alteração.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Avaliação da Força de Trabalho



Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

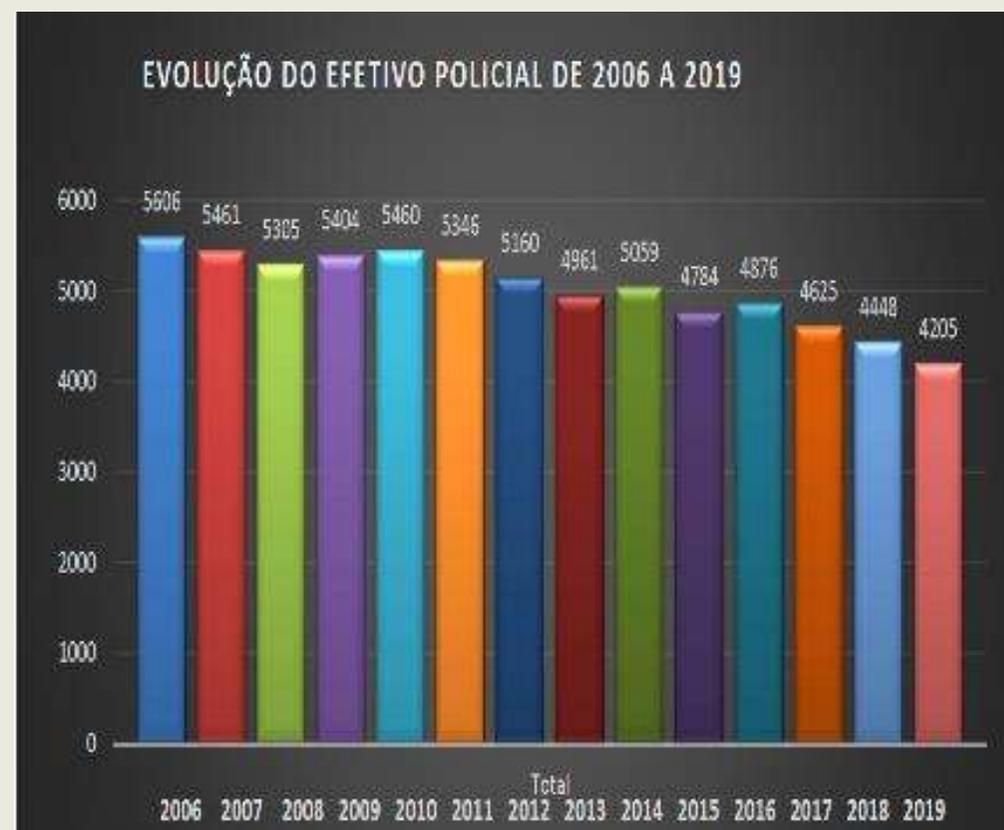
Gestão de Pessoas

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O efetivo policial encontra-se defasado e não atende às reais necessidades da Instituição, o que impactou na decisão de fechar algumas delegacias em 2018 no período noturno e finais de semana e mobilizar o efetivo para o atendimento em centrais de flagrantes, que atendem várias delegacias. Esse *déficit* no efetivo tem comprometido a alocação do número suficiente de servidores nas unidades da PCDF, prejudicando a efetividade da prestação de serviços a sociedade, como se verifica no gráfico ao lado. Em 2019, foi criado o Serviço Voluntário Gratificado - SVG que possibilitou reabrir as unidades em tempo integral e compor as equipes de plantão com o número necessário de policiais, principalmente nas unidades que são centrais de flagrantes.

Desde a instituição do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF por meio da Lei no 10.633, de 27 de dezembro de 2002 para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, o efetivo policial teve uma recomposição no ano de 2006, quando a PCDF teve 5.606 cargos ocupados dos 5.940 autorizados. A partir de 2006, o efetivo apresenta uma baixa até o ano de 2019, quando se verifica menos 1.401 cargos em relação a 2006.

Conforme disposto na lei nº 12.803, de 24 de abril de 2013, após 20 anos, foi ampliado em 3.029 (três mil e vinte e nove) o número de cargos das carreiras policiais passando de 5.940 (cinco mil novecentos e quarenta) para 8.969 (oito mil, novecentos e sessenta e nove), cujo provimento foi previsto a partir de 2014 com observância do orçamento disponível. Embora tenha havido um esforço da Administração para viabilizar a recomposição do efetivo, a falta de autonomia da PCDF para executar um cronograma de recomposição da força de trabalho tem inviabilizado esse processo. O planejamento realizado pela Instituição sofre



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

contingenciamento quando da aprovação da proposta orçamentária e da execução do orçamento pelos órgãos competentes na esfera do Governo do Distrito Federal, vez que estes detêm autonomia para a gestão dos recursos do Fundo Constitucional do DF, fato que pode ser observado claramente quando se verifica a alocação dos recursos do FCDF ao longo da sua existência e as proposições orçamentárias que foram apresentadas pela Instituição nos últimos anos e que não foram atendidas.

O Departamento de Gestão de Pessoas monitora as vacâncias dos cargos e, quando o indicador atinge 10%, propõe a Direção da PCDF a abertura dos concursos. Destarte, desde 2017, é realizado estudo com projeção de aposentadorias para os próximos 10 anos para estabelecer o plano de recomposição do efetivo. Ainda não foi possível atualizar a projeção em razão dos novos requisitos para a aposentadoria previstos na Emenda Constitucional nº 103/2019.

Assim, com base nos estudos anteriores e visando minimizar todos os problemas que afetam o clima e a gestão do Conhecimento, com ingresso de um grande número de servidores ao mesmo tempo, foi proposto um dimensionamento de admissões anualmente para assegurar uma política de longo prazo, conforme tabela a seguir, de maneira a orientar a abertura de novos concursos, com observância do indicador de vacância citado anteriormente.

Foram realizados esforços para implementar uma política de longo prazo e promover maior equilíbrio nos ingressos/saídas que afetam o clima organizacional, pois tanto há o ingresso (admissões) quanto saídas (aposentadorias/exonerações) de um grande contingente ao mesmo tempo.

CARGO	EFEI ATTUAT.	CARGOS APROV.	VAGAS 31/12/2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total 10 anos
AGP	2400	5649	2248	--	*900	*600	*900	600	600	600	600	600	600	5400
DCL	446	600	154	--	100	--	50	--	50	--	60	--	60	340
ESC	362	1000	638	--	*100	*100	*100	100	100	100	100	100	100	900
MED	88	160	72	--	--	--	40	--	--	--	40	--	--	80
PAP	268	360	91	--	80	--	40	--	40	--	40	--	40	240
PER	258	400	162	--	120	--	40	--	40	--	40	--	40	280
Total	3803	8169	4366	--	1000	700	880	700	840	700	880	700	840	7240

*havia previsão de nomear o primeiro grupo em 2020.

Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Porém, diante do contingenciamento dos recursos em todas as esferas do Governo nos exercícios de 2015/2018, mais uma vez o planejamento não foi executado.

Esperava-se, desde 2017, a autorização para realização de concursos para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, o que só ocorreu em 2018 para o cargo de Escrivão e em 2019 para o cargo de Agente de Polícia. Ressalte-se, como já consignado acima, que a Direção da PCDF, embasada nos estudos dos cenários para os próximos 10 anos, solicitou a autorização desses concursos para prover 1.800 (mil e oitocentas vagas) para o cargo de Agente de Polícia e 300 (trezentas) vagas para o cargo de Escrivão de Polícia, com expectativa de nomear 700 aprovados por ano no período de 2020 a 2022.

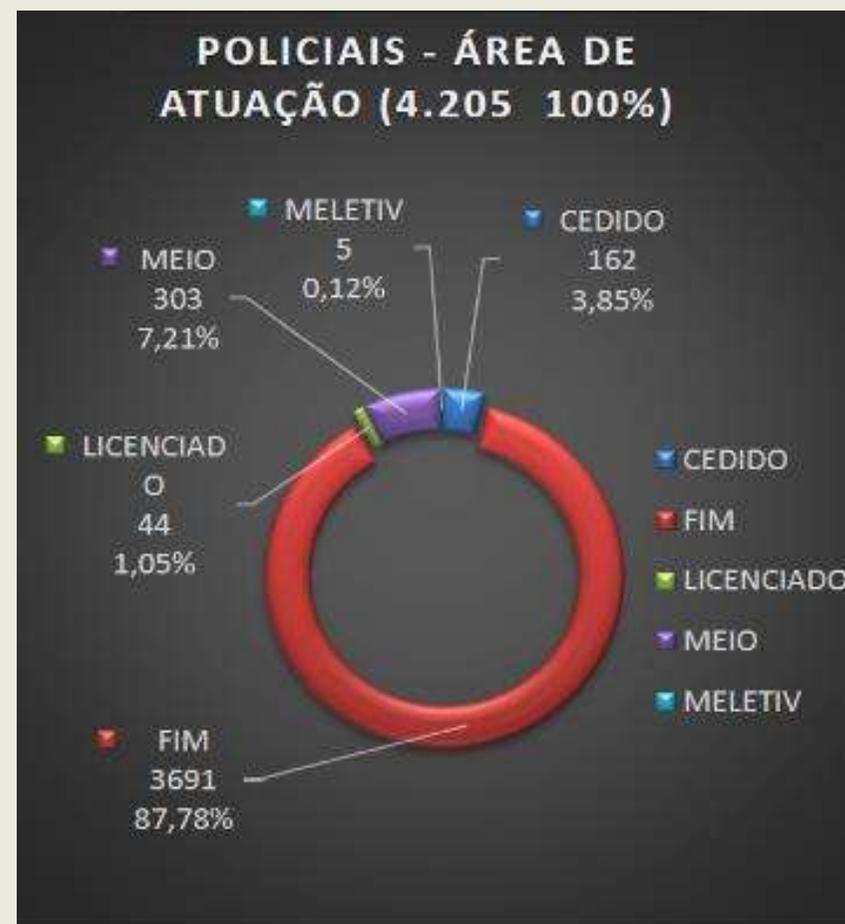
Gestão de Pessoas

Distribuição do efetivo por área de atuação

Quanto à distribuição do efetivo entre as áreas fim e meio, a Administração busca priorizar o emprego do efetivo na prestação da atividade fim, mantendo nas atividades de suporte o estritamente necessário para o funcionamento da Instituição. Isto, considerando-se a *expertise* necessária para o desempenho dessas atividades, que exigem competências além daquelas requeridas a todos policiais e que demandam tempo e custo para sua aquisição de maneira a atender às necessidades da organização.

Destacando-se ainda, nessa seara, a sensibilidade e segurança da informação, que são requisitos essenciais na atividade policial. No ano de 2019, foram realizadas reestruturações orgânicas buscando o aperfeiçoamento das atividades e melhor adequação do pessoal com extinção e criação de unidades, visando prover maior celeridade e melhoria nos fluxos e processos.

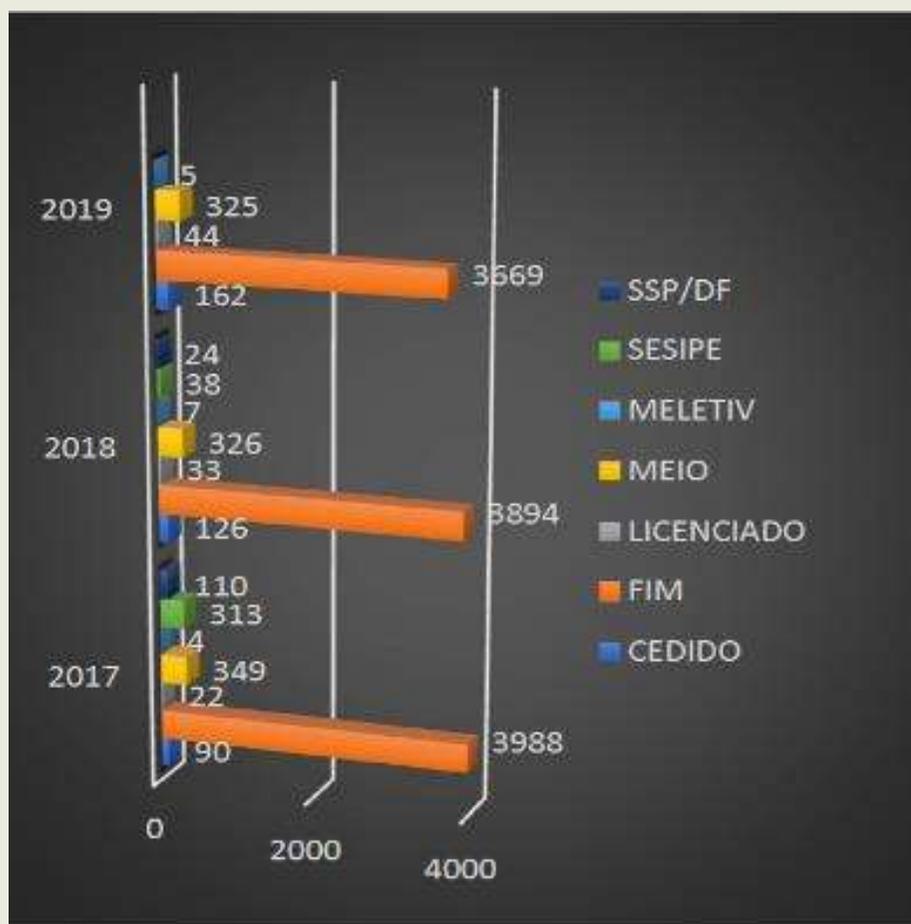
Pode-se verificar que 87,78% dos policiais estão atuando na área fim, conforme contido no gráfico abaixo, considerando todo o efetivo policial em dezembro/2019, incluindo os ocupantes do cargo de Agente Policial de Custódia, além de servidores cedidos, licenciados e afastados para mandato eletivo. Quando comparados aos anos de 2017/2018/2019, também se observa que o número de policias empregados na área meio não aumentou.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Gestão de Pessoas

Distribuição do efetivo por área de atuação



Foram consideradas atividades de suporte (área meio) todos os servidores lotados nas seguintes áreas: Direção-Geral da PCDF, Departamento de Administração Geral, Departamento de Gestão de Pessoas e Escola Superior de Polícia Civil. Considerados áreas fim: Departamento de Polícia Circunscricional, Departamento de Polícia Especializada, Departamento de Polícia Técnica, Departamento de Atividades Especiais, Departamento de Gestão da Informação e Corregedoria Geral de Polícia.

Nessa análise não foram considerados os servidores das Carreiras: Gestão de Apoio às Atividades Policiais, Gestão de Apoio às Atividades Complementares de Segurança Pública e de Políticas Públicas e Gestão Governamental, que atuam na área meio, pois são custeados com recursos do Tesouro do Distrito Federal. Consigne-se por oportuno que essas carreiras possuíam juntas 245 (duzentos e quarenta e cinco) servidores em atividade em dezembro/2019.

Gestão de Pessoas

Aposentadorias e Desligamentos

Quanto ao impacto das aposentadorias na força de trabalho, a Instituição vem passando por um período bastante crítico com um número expressivo de aposentadorias nos anos de 2014 (476), 2015 (305), 2016 (341), 2017 (345), 2018 (217), 2019 (365) e previsão de aproximadamente 500 para 2020. Em razão dessa previsão e objetivando prover as vagas criadas em 2013, foram executados inicialmente os concursos para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia (em 2014, concluídas as nomeações no 2º semestre de 2016), Delegado de Polícia, Perito Médico-Legista e Papiloscopista (concluso em 2016, nomeados os primeiros em 2017 e concluídas as nomeações em 2019). Perito Criminal (concluso em 2017 e nomeados os primeiros em 2017 e os demais em 2019). Posteriormente, o planejamento realizado pela PCDF para execução dos concursos não obteve o necessário respaldo do GDF.

Destarte, mesmo considerando essas iniciativas da Administração no período de 2011 a 2019, o número de egressos nesse período – 3.068 (três mil e sessenta e oito) foi superior ao número de ingressos/admissões - 1.780 (mil setecentos e oitenta). Assim, houve um impacto na força de trabalho, uma vez que a demanda continuou crescendo com o aumento da população e dos procedimentos policiais; e o quadro de pessoal apresentou um *déficit* de 1.288 (mil duzentos e oitenta e oito) cargos que deixaram de ser providos, considerando apenas as vacâncias por aposentadorias ocorridas no período, de modo que ainda não houve provimento das 3.029 (três mil e vinte e nove) vagas criadas em 2013.



Fonte: ASCOM/PCDF, 2019.

Gestão de Pessoas

Progressão Funcional. Estágio Probatório. Cargos comissionados

Progressão funcional

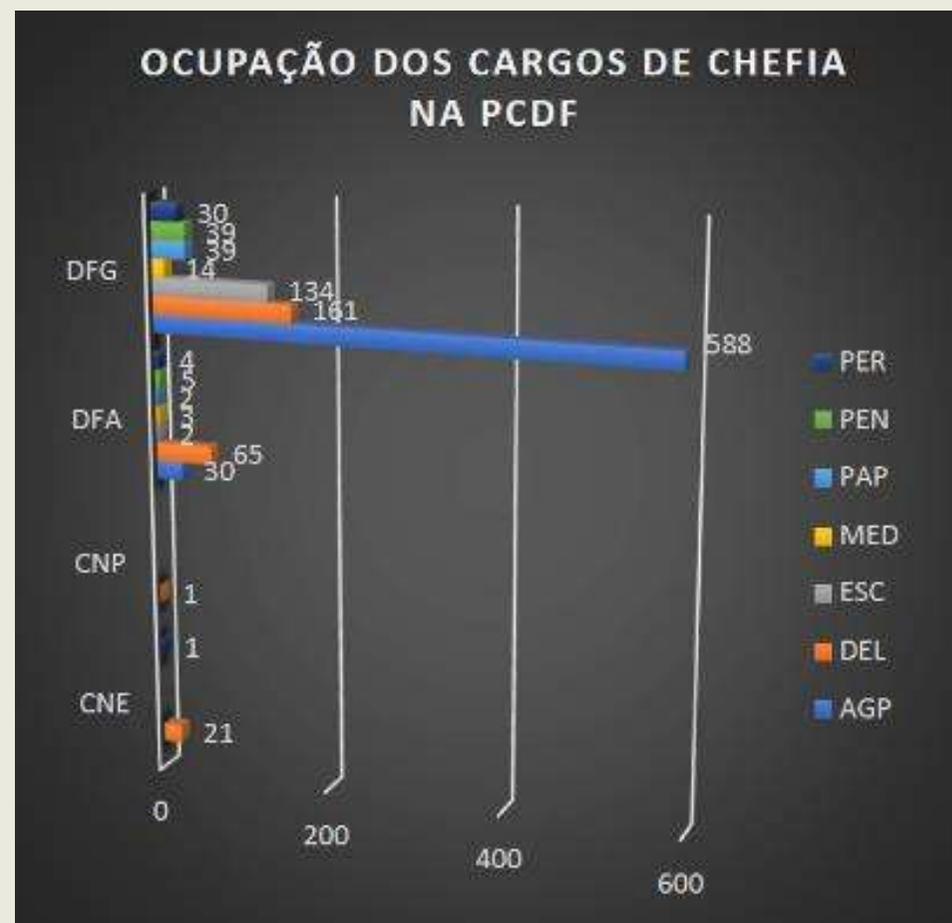
Conforme dispõe o Decreto nº 7.652/2011, a avaliação de desempenho anual é requisito obrigatório para a progressão funcional, assim são avaliados todos os servidores que não estão posicionados na classe especial. Destarte no ano de 2019, foram avaliados 1.838 (mil oitocentos e trinta e oito) policiais. Desses, 447 (quatrocentos e quarenta e sete) policiais foram progredidos na carreira.

Estágio Probatório

Importante consignar que no ano de 2019, foram avaliados 736 (setecentos e trinta e seis) servidores cujas admissões ocorreram a partir de 2016, dos quais 439 (quatrocentos e trinta e nove) concluíram o estágio probatório e foram confirmados no cargo.

Cargos Comissionados

Analisando a composição dos cargos comissionados na PCDF, tem-se a seguinte composição: os cargos gerenciais são atribuídos para os Cargos em Comissão - DF acima de 10 e Cargos de Natureza Especial - CNE, sendo que desses os DF - 10 e menores estão no nível operacional, do DF - 12 ao DF - 17 estão no nível tático e os CNEs no nível estratégico. A sua distribuição na Instituição, considerando os cargos ocupados em dezembro/2019, pode ser visualizada conforme gráfico a seguir. Destarte, os cargos de gestão estão em sua maioria ocupados por Delegados de Polícia. No tocante à ocupação, de forma diversa do que ocorre nos órgãos do GDF, quase a totalidade dos cargos (99%) só podem ser exercidos por servidores



Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Gestão de Pessoas

Capacitação

das carreiras policiais, de modo que as únicas exceções para ocupação por servidores de outras carreiras são alguns cargos da área de saúde, vinculados a Policlínica. Importante consignar que foram estabelecidos critérios para ocupação dos cargos conforme disposto no Decreto nº 35.290 de 01/04/2014, com as alterações do Decreto nº 38.816 de 18/01/2018.

Capacitação

Quanto a capacitação da Força de Trabalho, a Instituição promove cursos para todas as áreas, no âmbito interno, por meio da Escola Superior de Polícia Civil, prioritariamente aqueles destinados ao cumprimento dos requisitos para fins de progressão funcional das Carreiras Policiais e demandas das unidades.

No ano de 2019, 447 (quatrocentos e quarenta e sete) policiais foram progredidos na carreira, sendo que 196 (cento e noventa e seis) realizaram o curso obrigatório no ano, e outros 251 (duzentos e cinquenta e um) já haviam cursado no ano de 2018. Destaque-se que os cursos de progressão possuem uma carga horária média de 240 horas.

Quanto aos cursos realizados em ambiente externo, são demandados pelos departamentos, de acordo com as necessidades identificadas, e realizados em outras instituições, sendo diversas as modalidades como, por exemplo: simpósios, seminários, congressos, cursos, treinamentos, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados. No ano de 2019, foram realizados 315 (trezentos

e quinze) eventos, incluindo as concessões de Licença Capacitação, que possuem carga horária acima de 60 horas mensais, beneficiando 218 (duzentos e dezoito) servidores.

Quanto às áreas dos cursos ofertados, foram contempladas as demandas apresentadas pelos departamentos, principalmente aquelas destinadas ao aprimoramento da atividade fim ou eventos correlacionados com as atividades desenvolvidas pelos servidores que exigem prioridade.



Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras

Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

A concorrência de candidatos nos últimos concursos para as carreiras policiais vem caindo a cada novo certame. Uma das razões é notadamente a remuneração salarial, defasada em relação às outras carreiras de Estado. A aposentadoria de um grupo representativo no mesmo exercício (vez que os concursos sempre ofertaram um quantitativo grande de vagas) e a morosidade na recomposição do efetivo (em razão da autonomia do Governo do Distrito Federal na utilização dos recursos do Fundo Constitucional), tem configurado um grave risco para a gestão do capital humano na Instituição e que enseja um aperfeiçoamento desse processo, como se evidencia no decurso de prazo para se obter uma autorização de concurso (em dezembro/2018 ainda tramitavam no GDF dois processos administrativos cujas instruções se iniciaram no ano de 2016). Porém, esse risco só será mitigado se houver autonomia para que a Instituição execute a totalidade do orçamento previsto na proposta orçamentária encaminhada com as demandas apresentadas.

A Instituição promoveu estudo abrangendo um cenário para os próximos 10 anos, conforme já citado nos itens acima (considerando as previsões de aposentadorias nesse período e média de exonerações), e elaborou um plano para recomposição do efetivo com proposta de realização de concursos anualmente (para 3 cargos em um ano, e para os outros 4 cargos no ano seguinte), de tal sorte que a cada dois anos seria possível realizar concursos para os mesmos cargos limitando o quantitativo de vagas a 10% do efetivo aprovado para o cargo.

Ainda, visando mitigar esse risco, a iniciativa foi observada quando da elaboração

da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual – PPA 2016 - 2019, mas foi prejudicada por não ter sido autorizado em tempo o concurso para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia.

Para contribuir com essa análise, observe-se a dotação da PCDF no Fundo Constitucional nos últimos 5 anos, conforme tabela abaixo. Os percentuais da dotação destinada a PCDF praticamente permaneceram os mesmos, apesar dos gastos terem aumentado exponencialmente e de não ter havido a contratação de pessoal para recomposição do quadro, de sorte que somente com a alteração desse cenário e aumento da dotação destinada à PCDF a Instituição terá condições de atender satisfatoriamente as suas demandas ordinárias e prover os cargos necessários para o cumprimento da missão institucional com maior efetividade.

Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras

UNIDADE GESTORA	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA POLÍCIA CIVIL DO DF - PCDF									
		ANO 2016	% FCDF	ANO 2017	% FCDF	ANO 2018	% FCDF	ANO 2019	% FCDF	ANO 2020 *previsto	% FCDF
Polícia Civil do Distrito Federal	1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.673.419.333	13,93	1.942.827.184	14,70	2.005.049.900	14,64	1.955.353.316	13,68	2.166.449.957	13,77
	3 - Outras Despesas Correntes	119.477.657	0,99	128.859.680	0,97	144.139.925	1,05	136.873.940	0,96	157.822.473	1,00
	4 – Investimentos	19.780.000	0,16	31.971.000	0,24	35.000.000	0,26	40.707.853	0,29	61.062.971	0,39
DOTAÇÃO PCDF/FCDF ATUALIZADA		1.812.676.990	15,08	2.103.657.864	15,91	2.184.189.825	15,95	2.132.935.109	14,92	2.385.335.401	15,16
DOTAÇÃO PCDF/SEGURANÇA PÚBLICA ATUALIZADA		6.739.110.380	% SEG 26,90	7.591.232.873	% SEG 27,71	7.727.113.704	% SEG 28,27	7.687.166.808	% SEG 27,75	8.181.307.669	SEG 29,16
DOTAÇÃO FUNDO CONSTITUCIONAL DF		12.018.201.127	100	13.218.604.133	100	13.691.017.785	100	14.295.475.653	100	15.737.621.607	100

Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras

Deste modo, embora a Instituição promova internamente esforços para elaborar um planejamento que possa atender às necessidades identificadas, conforme já consignado, esse risco só será mitigado se a Instituição conseguir aprovar as demandas prioritizadas e consignadas na proposta orçamentária encaminhada anualmente e que possa executar a totalidade do orçamento ali previsto.

Indicadores Gerenciais

Conforme contido no Plano Estratégico da PCDF – 2014 -2020, foram estabelecidos indicadores estratégicos e táticos da área de Gestão de Pessoas para acompanhar a implantação da gestão estratégica.

A implementação desses indicadores ficou comprometida com a revisão do Plano Estratégico para o período da nova gestão 2019 - 2023. Assim, no exercício de 2019, foram previstos novos indicadores que estão no processo de refinamento e serão apresentados no próximo relatório. Destaque-se que foi realizado o mapeamento de competências dos cargos efetivos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, em 2014 e 2015. Em 2016, foram concluídos os mapeamentos de competências dos cargos de Delegado de Polícia, Perito Médico-Legista, Papiloscopista Policial e Perito Criminal. A partir dos mapeamentos, passou-se a observar essas competências para elaboração do Plano Anual de Formação, ação já realizada nos planos desde o ano de 2017.

Importante consignar ainda que os indicadores estabelecidos podem sofrer alteração e serem revistos ou atualizados, uma vez que sua medição não foi incorporada na execução das atividades.

Ademais, outros indicadores passaram a ser monitorados, como por exemplo a **taxa de absenteísmo** e a **taxa de servidores com adaptação laboral**. Esses indicadores possibilitarão acompanhar o atendimento do servidor e evolução do quadro pela Policlínica da PCDF, buscando atuar em ações que possam repercutir na saúde e melhoria da qualidade de vida.

Dentre as atividades realizadas pela Policlínica/PCDF, visando o bem estar dos servidores, foi ampliado em 2019 para 37.049 o número de atendimentos. Em 2018, alcançou-se o cômputo de 27.981 atendimentos, conforme apresentado abaixo:

Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras

ASSISTÊNCIA/PROCEDIMENTOS	TOTAL 2019
Perícias Médicas	1107
Restrições Laborais	461
Adequações Laborais	14
Aposentadoria por invalidez	3
Reversão de Aposentadoria	0
Atendimentos - Assistência e Perícia Social	492
Atendimentos - Perícia Psicológica	529
Visitas domiciliares / hospitalares (perícia externa)	14
Atendimentos - Cardiologia	565
Atendimentos - Centro Cirúrgico	57
Atendimentos - Clínica da Dor	57
Atendimentos - Clínica Médica	859
Atendimentos - Oftalmologia	198
Atendimentos - Ortopedia	429
Atendimentos - Medicina do Trabalho	138
Procedimentos - PROBEM*	2228
Procedimentos - Enfermagem*	16044
Atendimentos - Psiquiatria	1178
Atendimentos - Psicologia	3497
Atendimentos - Fisioterapia	3881
Atendimentos - Nutrição	709
Atendimentos - Odontologia	3154
Atendimentos - Coaching	1129
Atendimentos - Capelania	81
Atendimentos - BIOFEEDBACK	137
Atendimentos - Condicionamento físico	88
TOTAL DE ATENDIMENTOS	37049

Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Visando minorar os impactos causados nas atividades em razão do absenteísmo e de restrições médicas, foram estabelecidos indicadores que estão sendo refinados e monitorados buscando identificar pontos críticos para tomada de decisão. Nesse diapasão, está em execução o Programa de Bem-Estar do servidor – PROBEM desde 2015 que, dentre outros, visa avaliar continuamente a saúde do servidor da PCDF para verificar a existência de riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover medidas de prevenção à saúde, tendo atendido mais de 1.000 (mil) servidores nesse período.

Entrega da Declaração de Bens e Rendimentos – DBR

Em relação ao demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Instituição, da obrigação de entregar a Entrega da Declaração de Bens e Rendimentos - DBR, conforme disposto na Lei nº 8.730/93, a Divisão de Cadastro/DGP/PCDF, a partir de 2013 passou a registrar no assentamento funcional do servidor tanto a apresentação da declaração de bens como a autorização de acesso. Esse registro possibilita efetuar o levantamento dos servidores e identificar aqueles que não entregaram a DBR.

Com as cobranças realizadas, o número de servidores pendentes quanto ao cumprimento da obrigação tem diminuído todos os anos. Em 2019, 5 (cinco) ocupantes de cargos eletivos e 1.619 (mil seiscentos e dezenove) ocupantes de cargos/funções comissionados durante o ano estavam obrigados a entregar a DBR. Desse universo, apenas 10 (dez) ainda não entregaram, contudo foram adotadas as providências para regularização, mediante cobranças por e-mails institucionais.

Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras

Quanto a forma de guarda da DBR, a Divisão de Cadastro procede nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, mantendo tanto as cópias das Declarações quanto às autorizações para acesso em arquivo específico para essa finalidade com controle de acesso.

Acumulação de Cargos

No que tange a existência de controles internos visando detectar acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos o Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, por meio da Divisão de Cadastro-DICAD, no momento da posse do servidor no cargo efetivo ou comissionado, é exigido preenchimento de formulário declarando se acumula cargo/função. Se declarada a acumulação, a DICAD providencia a autuação de processo administrativo e encaminha para a Comissão de Acumulação de Cargos, a qual se encarrega de todos os procedimentos necessários à análise e conclusão do feito. Posteriormente, são registradas nos assentamentos dos servidores as conclusões da Comissão.

Ressalte-se que a referida comissão recebe procedimentos para apuração do DGP, como explicitado acima, da Assessoria da Direção-Geral da PCDF e da Corregedoria Geral de Polícia.

Conforme informado pela DICAD, em consulta ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, consta a instauração de 10 (dez) processos de acumulação de cargos no exercício de 2019.

Consigne-se ainda que a DICAD, no referido exercício, registrou o resultado da apuração de 49 (quarenta e nove) processos, conforme abaixo:

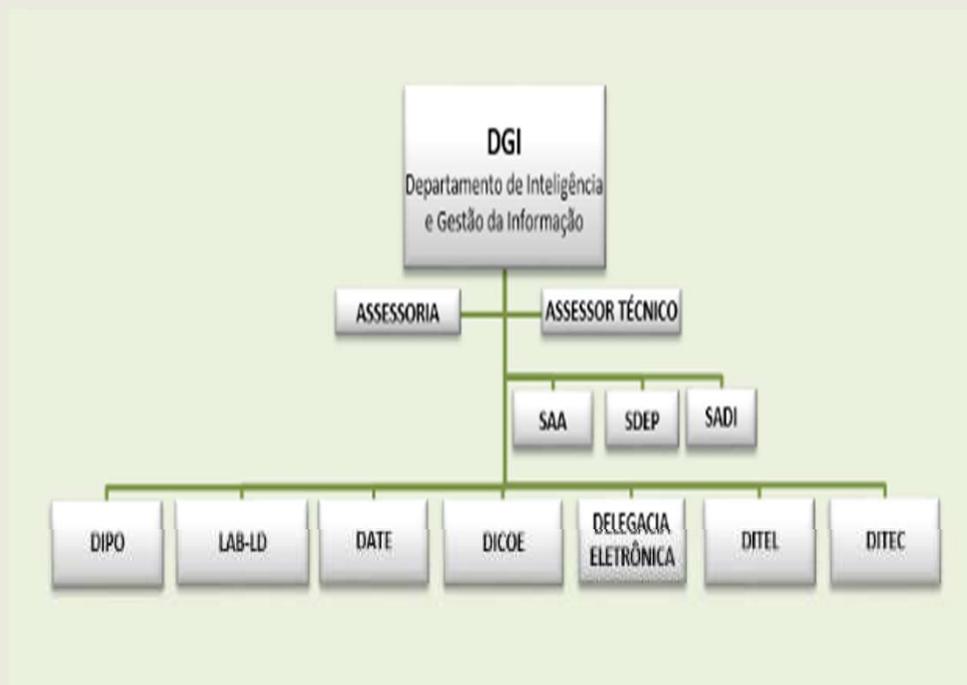
- 15 processos de 2019 – acumulação lícita;
- 02 processos de 2019 – acumulação lícita;
- 02 processos de 2019 – acumulação lícita por determinação judicial;
- 30 processos de 2019 – não configurou acumulação de cargos.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Conforme já explicitado sobre governança em TIC, o Departamento de Inteligência e Gestão da Informação – DGI atende à crescente demanda institucional por soluções de tecnologia da informação e comunicação.

A Divisão de Tecnologia - DITEC/DGI/PCDF tem a atribuição de prover e administrar a Infraestrutura de TI, assim como desenvolver, manter e gerir os sistemas corporativos da PCDF.

A Divisão de Telecomunicações - DITEL/DGI/PCDF administra as atividades de telecomunicações e radiocomunicações.



DGI - Departamento de Inteligência e Gestão da Informação

DIPO - Divisão de Inteligência Policial

LAB-LD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

DATE - Divisão de Análise Técnica e Estatística

DICOE - Divisão de Controle de Denúncias

DELEGACIA - Delegacia Eletrônica

DITEC - Divisão de Tecnologia

DITEL - Divisão de Telecomunicações



Gestão de tecnologia da informação

Conformidade Legal da Gestão de TI

Conformidade legal da gestão de TI

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a Polícia Civil do Distrito Federal observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo do Distrito Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos e, em especial, as normas citadas a seguir.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG editou a Instrução Normativa nº 04/14, a qual prevê que:

- As contratações em TI deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC.
- O PDTIC deverá estar alinhado à Estratégia Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação - EGTIC e ao plano estratégico institucional, bem como deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC do órgão ou entidade.

Decreto Distrital nº 37.574, de 26 de agosto de 2016 - dispõe sobre a aprovação da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2016 a 2019. Determinou em seu art. 2º que compete aos Comitês de Governança de Tecnologia da Informação dos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal a

designação da equipe de elaboração, a aprovação, o monitoramento e a publicação de seus respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação – PDTI, no prazo de 60 dias contados da publicação do Decreto.

Decreto Distrital nº 37.667, de 29 de setembro de 2016 - recepcionou a Instrução Normativa MP/SLTI nº 04, de 11 de setembro de 2014 e a Instrução Normativa MP/SLTI nº 02 de 12 de janeiro de 2015.

Obrigatoriedade do CGTIC:

- **I.N. nº 04/14 SLTI/MPOG**, art. 4º: *“O Comitê de Tecnologia da Informação declarará quais são os Serviços Estratégicos de Tecnologia da Informação (...)”*;
- (...) *“§ 7º Inexistindo o Comitê de Tecnologia da Informação, o órgão ou entidade deverá instituí-lo e dar-lhe pleno funcionamento (...)”*.

Decreto Distrital nº 40.015, de 14 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação e sobre a centralização e utilização da rede GDFNet, da infraestrutura do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal - CeTIC-DF e dos sistemas de informação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, e dá outras providências.

Gestão de tecnologia da informação

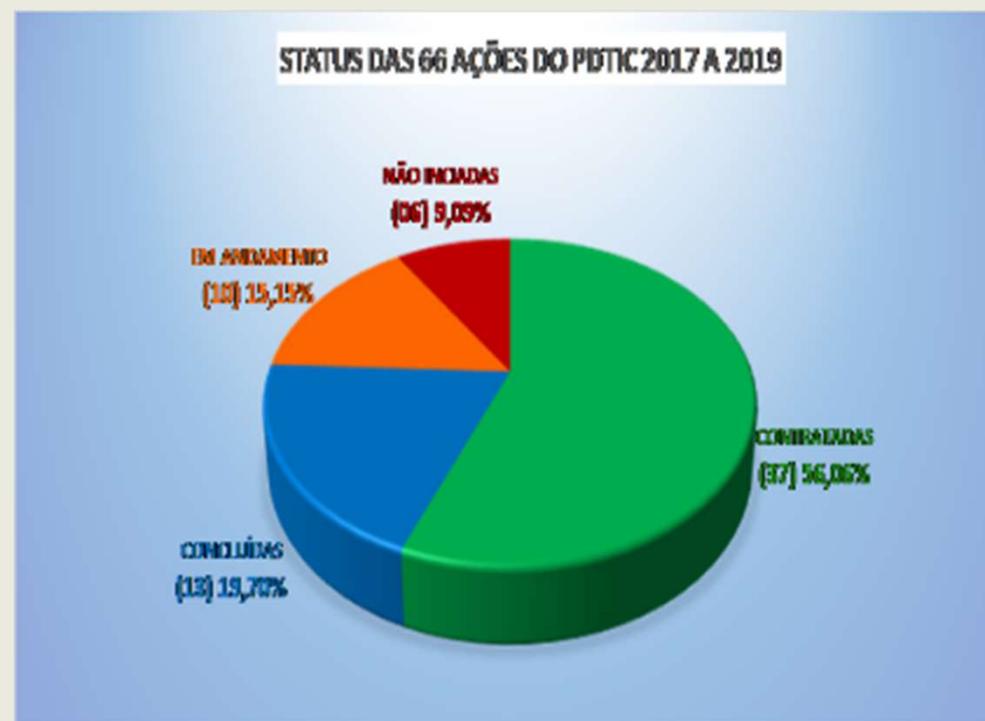
Análise Gráfica dos Resultados do PDTIC/PCDF 2017 a 2019

Análise gráfica dos resultados do PDTIC/PCDF 2017 a 2019

No decorrer do período de vigência do PDTIC/PCDF 2017 a 2019, percebeu-se a premência de se repriorizar as necessidades de TIC, considerando as alterações nos cenários interno e externo ocorridas no período, assim como de se readequar o número de projetos previstos à capacidade de execução da área negocial. A repriorização foi devidamente submetida e aprovada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC/PCDF.

Algumas ações necessitaram de revisão e atualização para acompanhar novas necessidades mapeadas durante o período de execução do PDTIC e também devido às restrições orçamentárias da Instituição, tendo sido realizadas três revisões ao longo da vigência do PDTIC.

Estavam previstas no PDTIC/PCDF 2017 a 2019 um total de 101 ações, das quais 28 foram transferidas para o próximo PDTIC e 7 foram excluídas nas revisões realizadas. A análise dos resultados conclui que dentre as 66 ações restantes, 37 (56,06%) foram contratadas, 13 (19,70%) foram concluídas e estão no DAG/PCDF aguardando a finalização do processo de licitação, 10 (15,15%) se encontram com o Planejamento da Contratação em andamento e 6 (9,09%) não foram iniciadas.



Fonte: DGI/PCDF, 2020.

Gestão de tecnologia da informação

Análise Gráfica dos Resultados do PDTIC/PCDF 2017 a 2019

O índice de execução do PDTIC/PCDF 2017 a 2019 ficou dentro dos padrões esperados, levando-se em conta fatores como: complexidade dos projetos de TIC, escassez de recursos humanos qualificados para a elaboração do planejamento das contratações de TIC, bem como escassez de recursos para a continuidade do processo de contratação, restrições orçamentárias, entre outros. Assim, é possível observar também que houve uma evolução do nível de maturidade do processo de contratações de TIC na PCDF no decorrer do período de execução do plano. Além disso, algumas ações não contratadas no período foram transferidas para o próximo PDTIC.

Neste contexto, verificou-se a necessidade de fortalecimento do quadro de pessoal de TIC da PCDF e também dos servidores diretamente envolvidos no processo de contratação. Sendo, ainda, de grande importância a alocação de recursos financeiros na contratação de serviços e soluções de TIC, que consequentemente viabilizariam o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

O bom desempenho na execução do PDTIC/PCDF 2017 a 2019 se deu em razão da adoção de providências como:

- Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Instituição da equipe de elaboração do PDTIC 2017/2019, com a colaboração de representantes técnicos de cada Departamento da PCDF;

- Desenvolvimento das atividades de elaboração do PDTIC segundo orientações contidas no guia de elaboração do PDTIC do SISP e na IN nº 04/2014 – SLTI/MPOG;
- Garantia de participação efetiva das áreas negociais no levantamento de necessidades de TIC para compor o PDTIC;
- Alinhamento do PDTIC ao mapa estratégico corporativo 2014 - 2020, ao PPA 2016 - 2019 e à EGTIC/DF 2016 - 2019.

Durante a vigência do PDTIC/PCDF 2017 a 2019 foram realizadas diversas ações que contribuíram para o aprimoramento dos serviços e processos da Instituição.

Entre as principais pode-se citar:

- Contratação de Solução de impressão, cópia e digitalização a fim de atender necessidades gerais e específicas das unidades policiais da PCDF;
- Aquisição de solução de proteção de rede com características de Next Generation Firewall (NGFW);
- Contratação de licenciamento de softwares de infraestrutura e desenvolvimento Microsoft;
- Contratação de Consultoria/atualização de licenças QlikView;

Gestão de tecnologia da informação

Análise Gráfica dos Resultados do PDTIC/PCDF 2017 a 2019

- Contratação de Consultoria/atualização de licenças IBM i2;
- Renovação de suporte técnico, atualização tecnológica com manutenção preventiva e corretiva do sistema GUARDIÃO;
- Aquisição de Solução de Biometria Digital e emissão de documentos de identificação;
- Aquisição de computadores do tipo desktop para o atendimento de necessidades das unidades policiais;
- Aquisição de computadores do tipo Workstation para atendimento de necessidade de unidades técnicas da PCDF;
- Aquisição de servidores de rede do tipo rack, entre outras.

Cabe ressaltar que no PDTIC/PCDF 2017 a 2019 foi priorizada a infraestrutura, uma vez que foi necessário proporcionar à Instituição um parque tecnológico compatível com o aumento das demandas de TIC da PCDF, o que explica o percentual de **62,12%** na aplicação dos recursos.



Fonte: DGI/PCDF, 2020.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Montante de recursos aplicados em TIC

Montante de Recursos Aplicados em TIC – 2019 (R\$ Milhões)	
Grupo de Despesa	Despesas Empenhadas
Investimento	21.113.931,93
Custeio	22.632.983,82
TOTAL	43.746.915,75

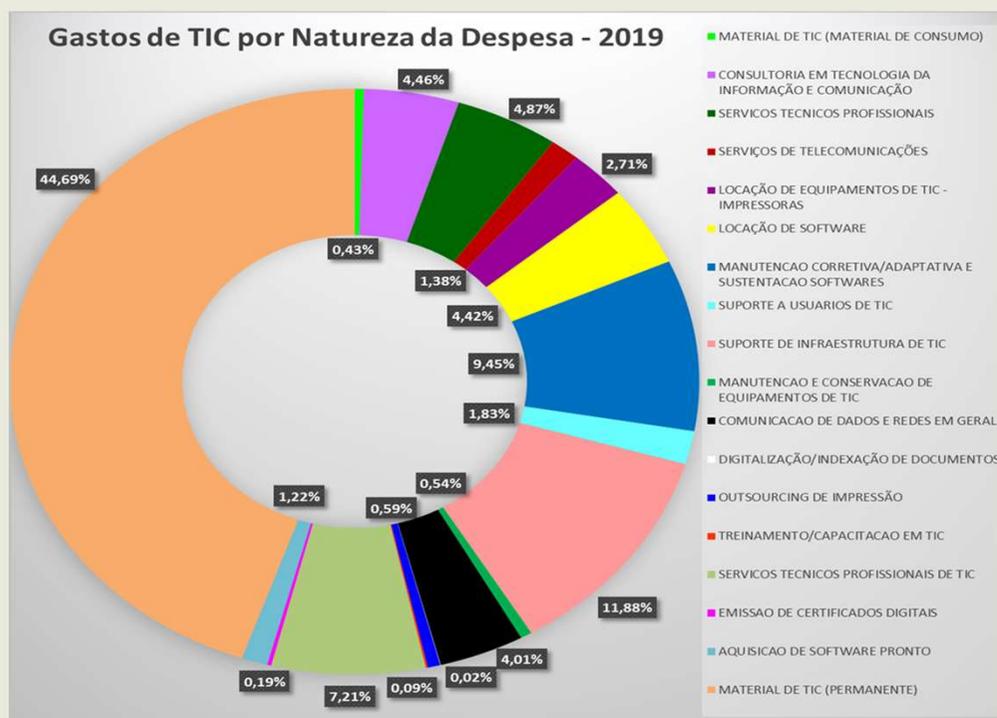
Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.



Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Montante de recursos aplicados em TIC



Fonte: DGI/PCDF, 2020.

Detalhamento dos Gastos de TIC por Natureza da Despesa - 2019

NATUREZA DA DESPESA	Valor (em R\$)
MATERIAL DE TIC (MATERIAL DE CONSUMO)	197.720,55
CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.049.839,04
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.239.779,74
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	634.217,18
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	1.248.430,70
LOCAÇÃO DE SOFTWARE	2.033.334,00
MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	4.344.533,50
SUPORTE A USUARIOS DE TIC	842.235,16
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	5.464.830,61
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	246.097,86
COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.845.200,43
DIGITALIZAÇÃO/INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS	9.839,17
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	272.930,56
TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	42.300,40
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	3.314.610,96
EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	86.863,70
TOTAL DE CUSTEIO	24.872.763,56
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	561.067,18
AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	20.552.864,75
TOTAL DE INVESTIMENTO	21.113.931,93
TOTAL GERAL	45.986.695,49

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: contratações vigentes mais relevantes em 2019

(Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – EMBRATEL (Incorporadora: Claro S.A.))	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 59/2014	1.474.863,72
Serviço de telecomunicações, sob demanda, com fornecimento, instalação e suporte técnico dos circuitos e equipamentos por meio de rede IP multiserviços, utilizando tecnologia MPLS.	
Tim Celular S/A	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 41/2017	819.989,64
Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, para comunicação de voz e dados, nas modalidades: em Viagem (roaming) e de Longa Distância Internacional, em viagem (roaming) e de Longa Distância Nacional e local, pós_pago, com tecnologia digital 4G (LTE), a fim de atender às necessidades de telefonia móvel da PCDF.	

Via Appia Informática EIRELI	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 52/2018	4.803.794,89
Atualização de licenças IBM i2 em utilização na PCDF e aquisição de 01 (uma) Licença IBM i2 iBase Designer, treinamento na última versão disponibilizada pelo Fabricante e prestação de serviço de consultoria sênior especializada para continuidade, reestruturação e potencialização do "Sistema Cérebro" da PCDF.	
Dígito Tecnologia S/A	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 19/2019	1.066.354,86
Prestação de serviço de garantia com atualização tecnológica, suporte técnico integral, execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o suprimento de partes da solução Intellectum/Guardião.	

Intelit Service Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 42/2017	1.483.116,00
Serviços de suporte Técnico: infraestrutura, sistemas e equipamentos de telecomunicações para a Polícia Civil do Distrito Federal.	
NEC Latin America S/A	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 34/2018	2.593.677,72
Suporte e Manutenção do Sistema AFIS.	
Codex Atlanticus – Tecnologia e Informação Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 51/2018	1.642.000,00
Serviço de suporte técnico e de atualização de licenças QlikView, e prestação de serviços especializados no site para continuidade, reestruturação e potencialização da plataforma QlikView na PCDF.	

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: contratações vigentes mais relevantes em 2019

Brasoftware Informática Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 31/2019	2.33.334,00
Contratação de empresa para fornecimento de licenças da Microsoft.	
NCT Informática Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 32/2019	616.578,50
Atualização de licenças e manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, incluindo substituição de peças para os produtos Fortinet.	
Torino Informática Ltda.	
Contratos	Valor Contratual (R\$)
nº 36/2019	3.231.480,00
nº 66/2019	2.154.320,00
Aquisição de computadores do tipo Workstation para o atendimento de necessidades de Unidades Técnicas da PCDF.	

Dell Computadores do Brasil Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 37/2019	11.400.000,00
Aquisição de computadores do tipo desktop para o atendimento de necessidades das unidades policiais.	
OI S/A	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 50/2019	709.000,00
Serviços de telefonia fixo comutado - STFC, chamadas locais fixo-fixo, chamadas locais fixo-móvel, chamadas de longa distância nacional, fixo-fixo, fixo-móvel, chamadas de distância internacional, fixo-fixo e fixo-móvel.	
AMC informática Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 28/2019	798.780,07
Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de impressão, digitalização e cópias, na modalidade de outsourcing de impressão.	

Torino Informática Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 71/2019	1.138.995,00
Aquisição de servidores de rede do tipo rack.	
Hepta Tecnologia e Informática Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 29/2019	4.187.440,62
nº 73/2019	4.046.835,42
Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para prestação de serviços de suporte técnico e sustentação dos sistemas corporativos e ao ambiente tecnológico da PCDF.	

Fonte: Divisão de Orçamento e Finanças – DOF/DAG/PCDF, 2020.



Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: contratações vigentes mais relevantes em 2019

Valid Soluções em Meios de Pagamento e Identificação S/A	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 28/2018	3.293.966,4
Serviço de emissão de documentos oficiais de identificação expedidos pelo Instituto de identificação da Polícia Civil do Distrito Federal.	

Infinit Soluções Inteligentes em TI Ltda.	
Contrato	Valor Contratual (R\$)
nº 22/2019	959.900,00
Renovação de suporte técnico e aquisição de licenças com garantia e suporte Production por 36 (trinta e seis) meses e contratação de consultoria especializada VMware.	

Fonte: Divisão de Orçamento e Finanças – DOF/DAG/PCDF, 2020.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
INFRAESTRUTURA	Ação A11 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Serviço de Outsourcing de impressão	Garantir o acesso dos usuários aos serviços de solução de impressão, cópia, digitalização; garantir níveis adequados de qualidade e disponibilidade de serviços da solução de impressão, cópia e digitalização; reduzir o tempo de resposta às demandas internas, materiais e operacionais; garantir a operacionalização integral das atividades institucionais, de forma contínua, eficiente, flexível, simples e segura; disponibilidade de assistência técnica especializada, como meio de garantir a manutenção e plena execução dos serviços de impressão durante toda a vigência contratual.
	Ação A20 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Aquisição/Renovação de Licenças Microsoft	Continuidade na utilização dos produtos Microsoft no ambiente da PCDF evitando, dessa forma, o enquadramento em sanções pela utilização de produto não licenciado e preservar os investimentos técnicos e financeiros realizados através das soluções corporativas já desenvolvidas. O licenciamento considera todas as atualizações necessárias para manter a saúde do ambiente tecnológico, tais como atualizações de segurança contra ameaças que surgem frequentemente, tanto para os Sistemas Operacionais dos Servidores quanto dos Desktops.
	Ação A48 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Aquisição de servidores de rede do tipo rack	Proporcionar à PCDF capacidade de disponibilizar os recursos de TI necessários para que as unidades da PCDF sejam mais eficientes, em especial as localizadas fora do Complexo da PCDF no Sudoeste, propiciando a diminuição da dependência de recursos centralizados e otimizando a utilização dos links WAN (MPLS).

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
INFRAESTRUTURA	Ação A63 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Aquisição/Renovação de licenças VMware	Continuidade da utilização da ferramenta VMWare e ampliar seu uso de forma a economizar espaço no Data Center com a diminuição da quantidade de servidores físicos; utilização mais eficiente de recursos de hardware; Utilização de políticas que privilegiem o desempenho das aplicações mais críticas; Facilidade de administração dos servidores virtuais; recursos de alta-disponibilidade e tolerância a falhas.
	Ação A64 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Aquisição de computadores do tipo Workstation para as Unidades Técnicas	Permitir maior eficiência e celeridade a áreas requisitantes no atendimento às demandas das Unidades da PCDF, por meio da aquisição estações de trabalho adequadas às exigências de hardware dos softwares utilizados para o exercício das atribuições das áreas técnicas da Instituição.
	Ação A78 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Aquisição de computadores do tipo desktop para as unidades policiais	Aperfeiçoar o parque tecnológico desta Instituição, tendo como foco principal aparelhar suas unidades policiais com equipamentos que suportem as novas tecnologias de softwares e aplicações utilizadas na instituição.
	Ação A84 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Contratação de empresa especializada na solução de segurança de redes (Firewall, IPS, dentre outros)	Prover para todas as unidades policiais uma rede de computadores segura, aplicando políticas de segurança, bloqueando tentativas de invasão, possibilitando a utilização de redes de contingência para as Delegacias, etc.
SUSTENTAÇÃO DE TIC	Ação A13 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Sustentação dos sistemas da PCDF (Contrato excepcional)	Serviços técnicos especializados na área de sustentação de TIC, compreendendo planejamento, implantação, monitoramento, operação, diagnóstico e execução continuada de serviços relacionados ao ambiente computacional, e Suporte Técnico à infraestrutura e aos usuários de soluções de TIC.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
SUSTENTAÇÃO DE TIC	<p>Ação A17 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Renovação da prestação de serviços técnicos especializados, modalidade conhecida como on site, através da alocação de profissionais dentro do ambiente da PCDF e ampliação/atualização de licenças QlikView. (Contrato vencendo)</p>	<p>Provimento dos meios necessários para continuidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar a qualidade e eficácia do processo de tomada de decisões no âmbito da PCDF e órgãos externos de segurança pública; Atendimento às demandas das atividades de gestão da informação, no que tange ao correto funcionamento das ferramentas de suporte disponibilizadas pela solução QlikView; Garantia da máxima eficiência nas análises estatísticas a partir de dados coletados em ambiente integrado e altamente especializado.</p>
	<p>Ação A19 PDTIC/PCDF 2017 a 2019: Atualização de licenças IBM i2, destinadas à modernização de Ferramenta de Análise de Inteligência Policial, prestação de serviços de suporte técnico para a implementação e operação da solução, serviços de treinamento e prestação de serviços especializados para continuidade, reestruturação e potencialização do "Sistema Cérebro" da PCDF.</p>	<p>Melhoria da eficiência e eficácia das ações de Inteligência Policial e da Investigação Criminal; Continuidade, reestruturação e potencialização dos serviços de Análise de Vínculo, além de outras soluções complementares para a atividade de Geração de Conhecimento de Inteligência Policial; Garantia da integridade dos dados fundamentais para formulação e avaliação dos procedimentos policiais, bem como a tomada consciente de decisões.</p>

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
SISTEMAS CORPORATIVOS	Delegacia Eletrônica – Sistema de Ocorrências Policiais via Internet (https://delegaciaeletronica.pcdf.df.gov.br/)	Este Sistema permite o registro de Ocorrências Policiais por meio do site da PCDF na Internet, trazendo comodidade à população do Distrito Federal. Exemplo de tipos de ocorrências que podem ser feitas através da Delegacia Eletrônica: (Acidente de Trânsito sem Vítima, Furtos "Diversos", Extravio, Maus Tratos aos animais, Ameaças, Perturbação da tranquilidade). Com a atualização ocorrida em março de 2019 será possível que o usuário imprima qualquer ocorrência, não classificada como restrita, em sua residência. Ou seja, o usuário poderá imprimir, em sua residência, uma ocorrência registrada tanto pelo site da Delegacia Eletrônica, quanto presencialmente em uma Unidade da Policial Civil do DF.
	Objetos – Sistema de Controle de Objetos (1ª etapa) - de uso exclusivamente interno	O sistema Objetos permite o gerenciamento da custódia de veículos pela Divisão de Custódia de Bens – DCB. Controla atualmente os veículos apreendidos pela PCDF, toda sua tramitação, assim como, o destino dado a este objeto. Em uma segunda etapa, pretende-se abarcar todos os objetos apreendidos pela PCDF.
	Agenda – Sistema de Agendamentos de Serviços da PCDF (https://agendaservico.pcdf.df.gov.br/)	Sistema destinado ao agendamento de serviços realizados pela PCDF, como retrato falado, vistoria de veículos, Carteira de Identidade. Configurável para outros serviços que trabalhe com agendamentos. Atualmente o único serviço disponível é o de agendamento da Carteira de Identidade.
	Intranet – Página de acesso às informações e sistemas corporativos - de uso exclusivamente interno	Portal interno de acesso às informações de interesse da PCDF, bem como, acesso aos links dos sistemas corporativos.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
SISTEMAS CORPORATIVOS	Serviço de Autenticação – Funcionalidades de autenticação	Serviço de autenticação destinado a autenticar os usuários da PCDF no acesso aos sistemas desenvolvidos pela DITEC/DGI/PCDF e alguns sistemas de terceiros utilizados no âmbito da PCDF.
	Serviço CEMI – Segurança Pública – Cadastro de Estações Móveis Impedidas	Serviço de bloqueio de aparelho celular integrado ao Sistema de Ocorrências Policiais e de Delegacia Eletrônica. A partir do registro de roubo/furto de aparelho móvel celular, cujo usuário solicite seu bloqueio, o sistema encaminha os dados do aparelho para a ABR TELECOM empresa que realiza o bloqueio do dispositivo móvel. O usuário não precisa realizar outra ação para bloqueio do aparelho.
	Gestão de Viaturas – de uso exclusivamente interno	Compreende os módulos de cadastro, manutenção e pernoite das viaturas. O módulo de cadastro e de manutenção estão prontos, o de pernoite está em andamento. Possibilita o controle efetivo das viaturas policiais disponibilizando os dados ao gestor.
	PCDFNET (https://pcdfnet.pcdf.df.gov.br/)	Aplicação responsivo que permite o registro inicial de ocorrência policial fora das dependências das Unidades da PCDF, podendo ser feita, inclusive, diretamente do local do fato, além de consultas de Registros Cíveis, Mandados de Prisão, Consultas de Placas de Veículos. Esta aplicação pode ser customizada para acesso de usuários externos à PCDF, disponibilizando módulos/funcionalidades de forma personalizada para Órgãos que realizem convênio com a PCDF. Proporciona redução do tempo de registro da ocorrência, rapidez na investigação e segurança nas operações policiais.
SISTEMAS CORPORATIVOS	TCNET – de uso exclusivamente interno	Termo Circunstanciado Eletrônico – impacto diretamente na eliminação de impressão do documento e na celeridade da tramitação do procedimento.
	GERACE – Sistema Interno de Gerenciamento de Acesso	Esta aplicação permite aos gestores ou responsáveis pelos sistemas corporativos da PCDF conceder, aos usuários, acesso aos sistemas cuja permissão não é integrada ao próprio sistema (exemplo: PCDFNET, TCNET, GESTÃO DE VIATURAS).

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Recursos em TIC: Sistemas e Projetos. Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor. Gestão da continuidade de serviços

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS/IMPACTOS)
	Portal do Servidor – Portal de serviços aos servidores da PCDF	Este portal tem por finalidade concentrar todos os serviços com foco no servidor da PCDF, tais como, os relativos a gestão de pessoas.
	SVG – Serviço Voluntário Gratificado	Este serviço permite aos gestores das Unidades Policiais da PCDF que informem suas carências de pessoal no que tange a suas escalas de expediente ou plantão, podendo inclusive, abrir vagas para realização de operações policiais. Ao disponibilizar tais vagas os servidores interessados poderão se voluntariar para estes serviços em dia, hora e unidades de sua preferência. O serviço é o primeiro disponibilizado no Portal do Servidor.
	PORTAL – Sistema de Controle Predial - de uso exclusivamente interno	Sistema desenvolvido para o controle de entrada e saída de pessoas das diversas unidades da PCDF. O sistema passou por uma modernização tecnológica, em especial no que tange a captura de fotos/imagens dos visitantes.

Fonte: DGI/PCDF, 2020.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Segurança da Informação

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC/GDF, por meio da Resolução nº 03, de 06 de novembro de 2018, aprovou a revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicação – PoSIC/GDF, com vigência no período 2018 a 2022, cabendo às unidades administrativas a elaboração de normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação nos casos não contemplados pelo CGTIC/GDF.

No âmbito da PCDF, em 26 de novembro de 2018, a Corregedoria Geral de Polícia – CGP, por meio do Despacho 15808649 no processo SEI nº 00052-00022151/2018-13, propôs instrução normativa que *“padroniza critérios para o desenvolvimento e a implantação de sistemas computacionais e estabelece regras de segurança e centralização de dados e informações na Divisão de Tecnologia da Polícia Civil do Distrito Federal”*. Esta minuta de instrução normativa também prevê os trabalhos voltados especificamente a Segurança das Informações, que tratam da Criação do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação – CGSI/PCDF, em conformidade com as diretrizes e normas elaboradas no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações – SIC, mormente, as normas complementares nº 07/IN01/DSIC/GSIPR, nº 11/IN01/DSIC/GSIPR, nº 13/IN01/DSIC/GSIPR, nº 19/IN01/DSIC/GSIPR e nº 21/IN01/DSIC/GSIPR, todas advindas do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República. No âmbito da DITEC foi criado o Núcleo de Resposta à Incidentes – NINF II.

É importante destacar que vários projetos voltados para a área de Segurança da Informação estão em andamento.

Deverão ser adquiridas Solução de Segurança composta por CFTV e biometria para controle de acesso às instalações das Unidades da PCDF, Solução de Gerenciamento e Correlação de Eventos de Segurança para Resposta a Incidentes de Segurança da Informação – SIEM, Solução de Monitoramento de Performance de Aplicações (APM) e Solução de Gerenciamento de Desempenho de Rede e Aplicações (NPM), Solução de Segurança da Informação para a Auditoria e Rastreabilidade no Ambiente de Domínio e Servidores de arquivo (Ferramenta de Auditoria), Consultoria em Segurança da Informação, além da manutenção e melhoria da Solução de segurança de redes atual (Ampliação da Solução de Backup, Solução Antivírus, EDR e Solução anti APT, entre outros).



Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Desafios e principais ações futuras

As principais fraquezas detectadas na gestão das contratações e gestão de recursos de TI decorrem dos cortes orçamentários no decorrer dos exercícios de 2017 e 2018, que geraram uma sobrecarga considerável às equipes de gestão de contratos e de recursos de TI. Grande parte da equipe foi deslocada para tratamento específico de renovações contratuais, as quais passaram a ser feitas por períodos muito curtos, alinhados à disponibilidade de limite orçamentário. Dessa forma, elevou-se o nível de risco da tempestividade e da avaliação da qualidade relacionados ao recebimento dos objetos contratados.

Número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação expõem a PCDF a uma série de riscos, tais como:

- Alongamento do prazo na execução de projetos;
- Limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- Perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes, pela falta de servidores para que seja feita a transferência de conhecimento quando do afastamento definitivo dos servidores, como por exemplo nos casos de aposentadoria;
- Dependência de mão-de-obra de fornecedores e prestadores de serviço;

- Sobrecarga das chefias na área de TI, tendo em vista o envolvimento em atividades técnicas, trazendo óbices ao exercício eficaz das funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como ao exercício da liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes;

- Limitação na elaboração do PDSI e POSIC.

Projeta-se como visão da TIC/PCDF, ser, no âmbito do Distrito Federal, Instituição com bom grau de maturidade em Tecnologia da Informação, em termos de robustez de infraestrutura, desenvolvimento, gestão e informatização de processos voltadas para a atividade policial e atendimento ao cidadão, colaborando ativamente para o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais definidos no Mapa Estratégico Corporativo.

Neste diapasão, destacam-se como principais desafios da gestão de TIC da PCDF o equilíbrio entre três eixos que permeiam a realidade da tecnologia - Eixos Pessoas, Processos e Recursos -, nos quais se projetam as seguintes realizações futuras:

Eixo Pessoas:

1. Recomposição do quadro de especialistas de TIC responsáveis pela gestão e sustentação dos processos de trabalho;
2. Capacitação e nivelamento de conhecimentos nas disciplinas em TIC e

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Desafios e principais ações futuras

melhores práticas. Programa de capacitação permanente do quadro de profissionais da TIC da PCDF;

3. Reestruturação das atribuições das equipes da DITEC para o atendimento às novas demandas de gestão em TIC, considerando as necessidades de aperfeiçoamento e implantação das melhores práticas;

Eixo Processos:

1. Criação do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação e elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação, com definição das Políticas de Segurança da Informação, e de normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação, em conformidade com padronizações internacionais corporativas como a ISO 27000, visando atender peculiaridades da instituição, destacando-se temas como o Controle de Acesso, Gestão de Ativos, Classificação e Tratamento da Informação, Gestão de Mudanças e Continuidade de Negócio, dentre outros.
2. Mapeamento e documentação dos processos de TIC de acordo com melhores práticas (ITIL, COBIT);
3. Adaptação das recomendações e melhores práticas de TIC aos processos

mapeados nas vertentes de Gestão, Operações e Serviços;

4. Comunicação e difusão das políticas nos meios mais comuns e acessíveis a todos os profissionais da PCDF;
5. Monitoramento e controle da aplicação das políticas;
6. Revisão permanente e divulgação geral das políticas e processos;
7. Aperfeiçoamento e modernização dos sistemas corporativos para plataformas fixas e de mobilidade, garantindo maior acesso e disponibilização dos serviços Institucionais aos cidadãos;
8. Prospecção de projetos voltada para o conceito de cidades;
9. Modernização dos mecanismos e processos de gestão de TIC;
10. Melhoramento do atendimento e serviços prestados aos clientes internos e externos da PCDF pelos canais da Tecnologia da Informação.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Desafios e principais ações futuras

Eixo Recursos:

1. Conclusão dos processos licitatórios para consolidação dos projetos nos campos de infraestrutura, sustentação, serviços e gestão, dos quais se destacam:

A. Infraestrutura:

- I. Conclusão da licitação e instalação do novo Centro de Processamento de Dados - CPD da DITEC para consolidação do ambiente de alta disponibilidade com configuração ativa permanente;
- II. Conclusão de licitação de instalação de produtos atinentes a segurança da informação;
- III. Aquisição de computadores para a PCDF, em complementação a aquisição iniciada em 2019, com garantia e suporte técnico especializado;
- IV. Contratação de empresas para prestação de serviços de comunicação de dados de alta disponibilidade e velocidades para as novas demandas de processos eletrônicos e novos sistemas;

- V. Ampliação da capacidade de gestão, armazenamento e recuperação de dados da instituição, considerando ambientes dualizados e demandas crescentes;
- VI. Ampliação e aprimoramento dos ambientes virtualizados da PCDF.



Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Desafios e principais ações futuras

B. Sustentação

- I. Contratação de empresa para garantia da sustentação dos sistemas alta disponibilidade tecnológica da PCDF (processo em andamento).

C. Serviços

- I. Inserção do conceito de central de atendimento e portfólio de serviços a demandas dos usuários, baseados em melhores práticas ITIL;
- II. Previsão de atendimento às unidades com equipes técnicas terceirizadas para níveis I e II; para serviços de infraestrutura e redes internas de comunicação de dados.

D. Gestão

- I. Estudos voltados para a implantação de equipe de projetos robusta e consolidada, baseados em melhores práticas de gestão de projetos e processos;
- II. Instalação de sistema unificado voltado para composição dos artefatos de projetos de TIC, bem como sua gestão;

- III. Construção de painéis de gestão para diversas setores da PCDF, sobretudo de TIC;

- IV. Construção de sistema informatizado integrativo dos ambientes para gestão administrativa;

- V. Ampliação da capacidade de gestão, armazenamento e recuperação de dados da instituição, considerando ambientes dualizados e demandas crescentes;

- VI. Ampliação e aprimoramento dos ambientes virtualizados da PCDF.

Sustentabilidade ambiental

Práticas Sustentáveis: Projeto HIGEIA

Práticas sustentáveis

A Sociedade Civil deve apoiar mudanças culturais que favoreçam o consumo consciente e o desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, as organizações públicas necessitam ter como princípio básico de governança corporativa a responsabilidade ambiental, minimizando impactos decorrentes das atividades institucionais.

A Polícia Civil do Distrito Federal presta relevante serviço à sociedade através da execução de processos relacionados à investigação policial, agregando valor as suas atividades através da destinação adequada a parte do material ferroso apreendido. No intuito de alinhar a instituição as boas práticas de sustentabilidade ambiental e social, instituiu-se o Projeto Higeia, coordenado pela Comissão Permanente de Alienação – CPA/DAG/PCDF.

Esta iniciativa institucional consiste na alienação de material ferroso para fins de reciclagem industrial, sendo a instituição policial responsável pelas etapas de descontaminação, descaracterização, compactação das sucatas de veículos e de materiais inservíveis e sem identificação ou sem possibilidade de qualquer regularização legal.

O primeiro relevante benefício do projeto ocorre diretamente nas delegacias, em decorrência de limpeza promovida nos respectivos pátios com o escopo de

estabelecer adequadas condições sanitárias, evitando a proliferação de insetos e propagação de doenças, além de reduzir os riscos de incêndios. Trata-se, portanto, de um relevante serviço prestado à Saúde Pública.



Fonte: DAG, 2019.

Outro aspecto notável do **Projeto Higeia** é empréstimo de sucatas ferrosas ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF desde 2014, para utilização em treinamentos de diversos Grupamentos de

Bombeiros Militares no Distrito Federal. Essa parceria mostrou-se imprescindível para habilitar bombeiros a realizarem com eficiência a nobre missão de resgate e salvamento de pessoas.

Os veículos inservíveis e apreendidos são alienados em leilões. A primeira edição da referida modalidade de leilão (Leilão Nº 1/2014-PCDF) ocorreu no segundo semestre do ano de 2014, ocasião em que foram alienados 149.830 kg (cento e quarenta e nove mil oitocentos e trinta quilogramas) de material ferroso.

A Polícia Civil do Distrito Federal, no ano de 2019, por intermédio da Comissão Permanente de Alienação – CPA, realizou dois bem-sucedidos leilões, gerando um total arrecadado de R\$ 2.536,270,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta reais), possibilitando, ainda, a destinação legal de mais de 900 bens, dentre uma aeronave, veículos, sucatas e bens diversos.

Sustentabilidade ambiental

Práticas Sustentáveis: Projeto HIGEIA

Principais Informações sobre as alienações:

Leilão nº 1/2019: Leilão cujo objeto foi a alienação de bens móveis de manutenção antieconômica e inservíveis de propriedade da PCDF. Foram alienados 138 lotes, compostos por aproximadamente 330 bens (veículos, sucatas e peças), com arrecadação de R\$1.160.200,00 (um milhão, cento e sessenta mil e duzentos reais).

Leilão nº 2/2019: Leilão de veículos, sucatas e bens diversos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) realizado no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica n. 5/2018/FUNAD/SENAD/MJ, celebrado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) com o Distrito Federal. Foram alienados 138 lotes, compostos por aproximadamente 571 bens (aeronave, veículos, sucatas, bens diversos), com arrecadação de R\$1.376.070,00 (um milhão, trezentos e setenta e seis mil e setenta reais).

Em 2019, houve manutenção de leilões realizados na modalidade eletrônica (online) com encerramento presencial em hasta pública. Esse modelo permitiu o aumento da competitividade dos certames e a participação de interessados em todo o território nacional. Os recursos arrecadados nos dois leilões foram destinados ao Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal (FUNPCDF) e ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad), R\$1.160.200,00 e R\$1.376.070,00, respectivamente.

A Polícia Civil se firmou como pioneira no cenário nacional nesta modalidade de prática sustentável, demonstrando que o desafio da redução da pegada ecológica é uma de nossas preocupações.

Não obstante, o advento da lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019 alterou as leis nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, dentre outras leis, para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas.

A referida alteração legislativa ensejou a constituição de uma Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens por parte da Secretaria de Segurança Pública em 2019, tendo seu ato administrativo sido reeditado em 2020 (Portaria nº 22, de 10.02.2020; DODF nº 40, de 02.03.2020). A atribuição da comissão é avaliar, classificar, formar lotes e promover leilões com determinação judicial de alienação antecipada ou judicialmente declarados perdidos em favor da União/Fundo Nacional de Drogas – FUNAD.

Acervo mobiliário

A Polícia Civil do Distrito Federal tem dentre seu acervo mobiliário, itens certificados pela *Forest Stewardship Council – FSC*, organização independente, não lucrativa, criada para apoiar o manejo ambientalmente correto, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do planeta; pela ISO 14001, que se concentra na

medição das características das operações que possam causar impactos significativos para o meio ambiente; e pelo Programa ABNT de Rotulagem Ambiental, uma certificação voluntária de produtos e serviços desenvolvido em consonância normas instituídas pela *Forest Stewardship Council – FSC*.



Sustentabilidade ambiental

Crítérios para redução dos resíduos sólidos

A PCDF tem adotado em seus novos contratos critérios de Ações de Responsabilidade Ambiental, em especial atenção à Política Distrital de Resíduos Sólidos, Lei Distrital nº 5.418/2014.

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas, baterias, pneumáticos para descarte adequado;
- Uso da água de reuso ou outras fontes, sempre que possível.

Tais processos já estão consolidados nas rotinas operacionais administrativas.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Polícia Civil – PGRS/PCDF

Adotado desde 2018, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Polícia Civil foi o primeiro instrumento de sustentabilidade da instituição policial. Expõe um diagnóstico do volume de resíduos produzidos pelas unidades policiais, excetuando apenas resíduos produzidos pelo Instituto de Medicina Legal - IML e congêneres.

Programa de Prevenção de Risco Ambiental do Instituto de Medicina Legal Dr. Leonídio Ribeiro – PPRA – IML/DPT/PCDF

Em atenção a normas de Vigilância Sanitária, Segurança e Medicina do Trabalho, foram mapeados procedimentos adotados pelo Instituto de Medicina Legal em um único documento institucional. Estão estabelecidas a política de segurança, a metodologia de identificação de perigos, além de ter sido realizada a avaliação de riscos (avaliações de nível de exposição e de nível de consequência). Riscos biológicos, físicos, químicos, mecânicos e ergonômicos foram identificados, sendo compiladas regras para as rotinas de trabalho no Instituto de Medicina Legal, estas essenciais para a sustentabilidade ambiental.



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Declaração do Contador

A Polícia Civil do Distrito Federal é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e sua autoria por meio da investigação policial, que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva, servindo, em regra, de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública. Dentro da esfera de competência está a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial, termo circunstanciado e procedimento de apuração de ato infracional, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação de flagrante. Cabe ainda à PCDF representar pelas medidas judiciais necessárias à consecução de suas atribuições e dar efetividade às decisões judiciais relacionadas à investigação criminal.

Os recursos para a organização e a manutenção dos serviços de segurança pública são oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal-FCDF, de natureza contábil, conforme o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal e instituído pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Suas dotações orçamentárias e receitas por transferências são consignadas na Lei Orçamentária Anual destinadas ao FCDF e tem como beneficiários os órgãos que compõem o sistema de segurança do DF. Essa declaração retrata as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2019.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, diretamente subordinada à Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Economia do DF. É um procedimento que certifica os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI.

As Demonstrações Contábeis da Unidade Gestora foram elaboradas, conforme as normas contábeis vigentes no Brasil, art. 101, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, bem como as normas brasileiras aplicadas ao setor público, o MCASP 8ª edição, as quais são as seguintes:

- 1) Balanço Orçamentário – demonstra o confronto das despesas fixadas com as executadas, assim como as receitas previstas com as realizadas;
- 2) Balanço Financeiro – evidencia o fluxo financeiro da receita e da despesa, comparando as entradas e saídas dos recursos, sejam orçamentários ou extra orçamentários;
- 3) Demonstrações das Variações Patrimoniais – destaca o confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas) para apuração do resultado patrimonial do período;
- 4) Balanço Patrimonial – é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle);
- 5) Demonstração dos Fluxos de Caixa – evidencia as entradas e saídas de caixa, de acordo com os fluxos operacional, de investimento e de financiamento, segundo a NBC TSP 12 e MCASP 8ª edição.

Declaro que as demonstrações contábeis do exercício de 2019 refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora da Polícia Civil do Distrito Federal.

Brasília-DF, 10 de março de 2020.

Renato Franck de Oliveira Silva
CRC n.º DF – 24624/O-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCDF-SSP - POLICIA CIVIL DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EMISSAO
10/03/2020

PAGINA
1

VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.132.935,11	2.184.188,05
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.853.633,44	1.953.601,47
Vinculadas	-	-	Vinculadas	279.301,67	230.586,57
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	279.301,67	230.586,57
Recursos a Classificar	-	-	Recursos a Classificar	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	2.132.834,93	2.184.110,22	Transferências Financeiras Concedidas	659,65	628,31
Resultantes da Execução Orçamentária	2.132.834,93	2.184.091,96	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	2.132.834,93	2.184.091,96	Independentes da Execução Orçamentária	659,65	628,31
Independentes da Execução Orçamentária	-	18,26	Movimento de Saldos Patrimoniais	659,65	628,31
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	18,26	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	52.107,82	40.928,46	Pagamentos Extraorçamentários	39.197,56	77.308,28
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	22.872,56	168,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	168,92	49.975,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.002,99	39.472,94	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	38.458,42	26.654,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	572,61	676,54	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	569,42	676,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários	659,65	610,05	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,80	2,08
Arrecadação de Outra Unidade	659,65	610,05	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	0,80	2,08
Saldo do Exercício Anterior	40.360,75	77.446,71	Saldo para o Exercício Seguinte	52.511,17	40.360,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.360,75	77.446,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.511,17	40.360,75
TOTAL	2.225.303,49	2.302.485,38	TOTAL	2.225.303,49	2.302.485,38



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	170395 - FODF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
----------------	--

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Recitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Recitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Recita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Recitas Patrimoniais				
Recita Agropecuária				
Recita Industrial				
Recitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Recitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Recitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Recitas de Capital				



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 10/03/2020	PAGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FICDF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ORÇAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	2.132.935,11	2.132.935,11
TOTAL	-	-	2.132.935,11	2.132.935,11
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.092.227,26	2.075.756,09	2.052.883,53	-2.092.227,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.955.353,32	1.948.390,59	1.925.644,33	-1.955.353,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	136.873,94	127.365,50	127.239,21	-136.873,94
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	40.707,85	29.176,02	29.176,02	-40.707,85
Investimentos	-	-	40.707,85	29.176,02	29.176,02	-40.707,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.132.935,11	2.104.932,11	2.082.059,55	-2.132.935,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FICF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.132.935,11	2.104.932,11	2.082.059,55	-2.132.935,11
TOTAL	-	-	2.132.935,11	2.104.932,11	2.082.059,55	-2.132.935,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	146,89	17.862,59	16.872,29	16.871,41	598,17	539,90
Pessoal e Encargos Sociais	-	481,78	481,78	481,78	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	146,89	17.380,81	16.390,51	16.389,63	598,17	539,90
DESPESAS DE CAPITAL	471,81	21.610,35	21.587,01	21.587,01	209,11	286,04
Investimentos	471,81	21.610,35	21.587,01	21.587,01	209,11	286,04
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	618,70	39.472,94	38.459,31	38.458,42	807,28	825,94

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	168,92	168,92	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	164,07	164,07	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	4,84	4,84	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	168,92	168,92	-	-



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCDF-SSP - POLICIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	162.866,28	89.021,54	PASSIVO CIRCULANTE	22.875,84	4.614,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.511,17	40.360,75	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12.199,28	4.445,44
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	96.561,72	42.535,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1,06	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	13.793,39	6.125,70	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	10.675,51	165,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE	784,67	474,51	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	22.875,84	4.614,84
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2019	2018
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	154,29	405,19	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	98,25	349,14	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	98,25	349,14	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	140.775,12	84.881,20
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	55.893,92	156.898,11
Bens Imóveis	56,04	56,04	Resultados de Exercícios Anteriores	84.881,20	-71.959,32
Bens Imóveis	56,04	56,04	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.775,12	84.881,20
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	630,38	69,32			
Softwares	630,38	69,32			
Softwares	630,38	69,32			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 10/03/2020	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FICDF-SSP - POLICIA CIVIL DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	163.650,96	89.496,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	163.650,96	89.496,04

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	52.511,17	40.360,75	PASSIVO FINANCEIRO	51.703,89	40.260,56
ATIVO PERMANENTE	111.139,79	49.135,30	PASSIVO PERMANENTE	-	4.445,93
			SALDO PATRIMONIAL	111.947,07	44.789,55

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	11.759,29	7.393,20	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	97.207,08	93.862,54
Execução dos Atos Potenciais Ativos	11.759,29	7.393,20	Execução dos Atos Potenciais Passivos	97.207,08	93.862,54
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11.759,29	7.393,20	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	97.207,08	93.862,54
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	11.759,29	7.393,20	TOTAL	97.207,08	93.862,54

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	807,28
Recursos Vinculados	-
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	807,28



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 10/03/2020	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FODF-SSP - POLICIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	62.913,46	-9.589,20
INGRESSOS	2.134.067,19	2.185.396,81
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.134.067,19	2.185.396,81
Ingressos Extraorçamentários	572,61	676,54
Transferências Financeiras Recebidas	2.132.834,93	2.184.110,22
Arrecadação de Outra Unidade	659,65	610,05
DESEMBOLSOS	-2.071.153,72	-2.194.986,01
Pessoal e Demais Despesas	-1.920.473,87	-2.011.032,93
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.006.292,82	-958.287,82
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCFD-SSP - POLICIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

	2019	2018
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-914.180,26	-1.052.743,02
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-0,80	-2,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-149.450,79	-182.648,23
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-149.450,79	-182.648,23
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.229,06	-1.304,85
Dispendios Extraorçamentários	-569,42	-676,54
Transferências Financeiras Concedidas	-659,65	-628,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-50.763,03	-27.496,76
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-50.763,03	-27.496,76
Aquisição de Ativo Não Circulante	-50.201,97	-27.369,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-561,07	-126,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.150,43	-37.085,96



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 10/03/2020	PÁGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCFD-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

	2019	2018
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	40.360,75	77.446,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	52.511,17	40.360,75



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCDF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.133.494,57	2.189.693,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.132.834,93	2.184.110,22
Transferências Intragovernamentais	2.132.834,93	2.184.110,22
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	4.973,15
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	4.973,15
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	659,65	610,05
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FCDF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	659,65	610,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.077.600,65	2.032.795,31
Pessoal e Encargos	913.686,43	985.757,34
Remuneração a Pessoal	714.258,62	777.589,66
Encargos Patronais	161.612,44	169.055,25
Benefícios a Pessoal	37.795,18	39.112,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	20,20	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.014.727,85	926.335,50
Aposentadorias e Reformas	833.598,69	750.348,56
Pensões	180.599,83	175.271,79
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	529,34	715,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	97.540,21	90.822,03
Uso de Material de Consumo	12.529,87	12.425,03
Serviços	85.010,34	78.397,00
Depreciação, Amortização e Esatuição	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	0,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	0,25
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	659,65	628,31
Transferências Intragovernamentais	659,65	628,31
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	50.861,58	29.128,28
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	50.861,58	29.128,28



EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2020	PÁGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170395 - FICDF-SSP - POLÍCIA CIVIL DO DF
ORGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias		1,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	1,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	124,93	122,59
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	124,93	122,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	55.893,92	156.898,11

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018



Outras Informações Relevantes





Outras informações relevantes

Tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU

No exercício de 2019 o Tribunal de Contas da União exarou a seguinte determinação à PCDF no item 9.4 do Acórdão nº 2938-2018- TCU:

“9.4. determinar ao “Fundo Constitucional do Distrito Federal, à Polícia Civil do Distrito Federal, à Polícia Militar do Distrito Federal, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, a partir do exercício de 2019, na execução do orçamento do FCDF, providenciem os ajustes necessários para que o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas respeitem as dotações do próprio exercício, em conformidade com o princípio da anualidade e o regime de competência, em atendimento ao que dispõe o art. 165, inc. III, da Constituição Federal de 1988 c/c art. 2º e 35, inciso II, da Lei 4.320/1964”.

Objetivando garantir o fiel cumprimento da determinação citada, o Departamento de Administração Geral publicou a Ordem de Serviço nº 08, de 07 de novembro de 2019, estabelecendo *“procedimentos para execução orçamentária e financeira da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, bem como para o encerramento do exercício de 2019, abertura do exercício de 2020 e para a prorrogação dos prazos de vigência dos contratos contínuos de fornecimento de bens e prestação de serviços.”*

No que se refere ao cumprimento da referida determinação do TCU, a Ordem de Serviço em questão determinou, em seus Itens 3 e 4, o seguinte:

“3. As Unidades supridoras de bens ou serviços para o complexo administrativo da Polícia Civil do Distrito Federal, ou que sejam responsáveis por contratos ou notas de empenho para fornecimento de bens ou serviços, deverão, por meio dos Executores de Contrato, em observância ao regime de competência, informar à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF até o dia 29/11/2019, nos autos dos processos SEI de contratação:

3.1. os valores que deverão ser empenhados e inscritos em restos a pagar, relativos as parcelas de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços decorrentes de contratos contínuos que serão fornecidos ou executados dentro do exercício de 2019 e que terão seus pagamentos realizados em 2020;

3.2. os saldos de notas de empenho que deverão ser anulados, relativos ao fornecimento de bens e/ou prestação de serviços decorrentes de contratos contínuos que estejam empenhados em montantes superiores às obrigações contratadas para execução no exercício de 2019;

3.3. as notas de empenho para fornecimento de bens ou serviços com prazo de entrega vencido ou em apuração de inadimplemento contratual por descumprimento total da obrigação, as quais deverão ser anuladas;



Outras informações relevantes

Tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU

3.4. as notas de empenhos ordinários que ainda estejam no prazo de entrega, que devam ser inscritas em restos a pagar e aquelas que eventualmente devam ser anuladas;

4. As Unidades supridoras de bens ou serviços para o complexo administrativo da Polícia Civil do Distrito Federal, ou que sejam responsáveis por contratos ou notas de empenho para fornecimento de bens ou serviços, deverão, por meio dos Executores de Contrato, informar à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF, até o dia 10 de janeiro de 2020, nos autos dos processos SEI de contratação, os valores que deverão ser empenhados para cumprimento das obrigações contratuais relativas a fornecimento de bens e serviços no exercício de 2020; (...)"

Nesse contexto, a Divisão de Orçamento e Finanças, subordinada ao DAG, realizou um intenso trabalho, junto aos executores de contratos e às unidades supridoras da PCDF para o fiel cumprimento das determinações contidas no Item 9.4 do Acórdão nº 2.938-2018- TCU, contexto em que a inscrição de despesas do exercício de 2019 em restos a pagar se subordinou a estrita observância do princípio da competência.



Outras informações relevantes

Rol de Responsáveis

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL								
ROL DE RESPONSÁVEIS POR BENS E VALORES, NA FORMA DOS ARTS. 10 E 11 DA IN 63/2010-TCU								
NOME	CPF	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO	DATA NOMEAÇÃO	Nº DODF NOMEAÇÃO	DATA EXONERAÇÃO	Nº DODF EXONERAÇÃO
CICERO JAIRO DE V. MONTEIRO	XXX.XXX.611-04	25.572-6	Diretor Geral	28/11/2018 A 02/01/2019	28/11/2018	226	02/01/2019	7
<u>ROBSON CANDIDO DA SILVA</u>	XXX.XXX.501-87	57.596-8	Diretor Geral	03/01/2019 A 31/12/2019	03/01/2019	2	EM EXERCÍCIO	2
BENITO AUGUSTO GALIANI TIEZZI	XXX.XXX.447-72	47.175-5	I-Diretor Geral - Substituto	25/02/2019 A 25/02/2019	11/01/2019	8		8
				01/04/2019 A 05/04/2019				
				27/05/2019 A 04/06/2019				
				15/07/2019 A 24/07/2019				
				13/08/2019 A 16/08/2019				
				17/09/2019 A 19/09/2019				
				14/10/2019 A 23/10/2019				
17/11/2019 A 19/11/2019								
SILVERIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE	XXX.XXX.851-34	32.289-X	Diretor do Departamento de Administração Geral	22/02/2012 A 31/12/2019	22/02/2012	37	EM EXERCÍCIO	37 DE 22/02/2012
MARCIO MARQUEZ DE FREITAS	XXX.XXX.141-68	47.392-8	Diretor do Departamento de Administração Geral -	10/06/2019 a 19/06/2019	15/06/2012	DODF Nº 115 DE 15/06/2012		
				07/10/2019 a 07/10/2019				
				30/12/2019 a 31/12/2019				
BALTAZAR DE DEUS PEREIRA	XXX.XXX.546-60	221.539-x	Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças	25/04/2012 A 31/12/2019	25/04/2012	79 DE 25/04/2018	EM EXERCÍCIO	
WIRGILIO DOS SANTOS SENA	XXX.XXX.366-04	78.541-5	Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças - Substituto	14/01/2019 A 23/01/2019	11/11/2015	216 DE 11/11/2015		
				15/07/2019 A 24/07/2019				
				18/11/2019 A 27/11/2019				
REINALDO DIAS AMORIM JUNIOR	XXX.XXX.147-24	57.925-4	Chefe da Seção de Programação e Execução Orçamentária	15/12/2011 A 31/12/2019	15/12/2011	239	EM EXERCÍCIO	
ANDREIA MAGALHAES DE DEUS	XXX.XXX.451-72	57.851-7	Chefe da Seção de Programação e	07/01/2019 A 16/01/2019	06/02/2019	26		
				02/10/2019 A 11/10/2019				
LÉO ROLLEMBERB LACERDA	XXX.XXX.921-20	235.436-5	Chefe da Seção de Programação e Execução Orçamentária -	03/07/2019 A 12/07/2019	25/07/2019	139		



Outras informações relevantes

Rol de Responsáveis

ADALGISA MARIA DA COSTA CABRAL	XXX.XXX.063-53	78.879-1	Chefe da Seção de Execução Financeira e Contábil	31/03/2016 A 31/12/2019	31/03/2016	61	EM EXERCÍCIO	
MARIANE CRISTINA PENA DE SOUZA	XXX.XXX.236-30	235.310-5	Chefe da Seção de Execução Financeira e Contábil - Substituto	17/07/2019 A 26/07/2019	12/08/2019	151		
EZEQUIEL HENRIQUE ALENCAR PASQUA	XXX.XXX.751-09	227.856-1		17/01/2019 A 25/01/2019	28/02/2019	42		
PEDRO PAULO CAETANO DE MELO	XXX.XXX.161-53	57.716-2	Chefe da Seção de Despesa e Liquidação	15/12/2011 A 31/12/2019	15/12/2011	239	EM EXERCÍCIO	
ROBERTO ELEUTERIO HOLANDA	XXX.XXX.761-81	233.680-4	Chefe da Seção de Despesa e Liquidação -	07/01/2019 A 22/01/2019	04/09/2018	169 DE 04/09/2018		
				22/07/2019 A 28/07/2019				
ÉRIKA BORGES MOURA DO AMARAL	XXX.XXX.311-68	58.118-6	Diretor da Divisão de Planejamento Administrativo	26/04/2017 A 05/09/2019	26/04/2017	79	05/09/2019	170
MARILIA PEIXOTO CARVALHO	XXX.XXX.781-53	58.167-4	Diretor da Divisão de Planejamento Administrativo - Substituto	10/06/2019 a 19/06/2019	25/04/2018	79 DE 25/04/2018		
ANTONIO CARLOS DOMITH DE PAULA	XXX.XXX.736-04	23.667-5	Diretor da Divisão de Transporte	15/12/2011 A 31/12/2019	15/12/2011	239	EM EXERCÍCIO	
ATAIDE JOSE DA SILVA	XXX.XXX.951-34	57.868-1	Diretor da Divisão de Transporte - Substituto	17/01/2019 a 26/01/2019	11/11/2016	213 DE 11/11/2016		
				08/07/2019 A 17/07/2019				
				07/10/2019 a 16/10/2019				
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELLO	XXX.XXX.101-06	57.051-6	Chefe da Seção de Peças da Divisão de Transporte	11/11/2016 A 21/10/2019	11/11/2016	213	21/10/2019	202
IZELMAN INACIO DA SILVA	458.370.401-10	77.556-8	Diretor da Divisão de Recursos Materiais	07/12/2018 A 31/12/2019	07/12/2018	232	EM EXERCÍCIO	
THAIS SANTOS DE FARIAS	XXX.XXX.791-70	227.690-9	Diretor da Divisão de Recursos Materiais -	24/06/2019 A 03/07/2019	07/12/2018	232 DE 07/12/2018		
				04/09/2019 A 13/09/2019				
JOVANI ESTEVAM DE LIMA	XXX.XXX.191-49	57.575-5	Chefe da Seção de Patrimônio	22/04/2015 A 31/12/2019	22/04/2015	77 DE 22/04/2015	EM EXERCÍCIO	
CARLOS EDUARDO DA COSTA RODRIGUES	XXX.XXX.127-40	58.369-3	Chefe da Seção de Patrimônio -	14/01/2019 A 23/01/2019		114 DE 18/06/2018		
				08/07/2019 A 27/07/2019				
ANOR MAURICIO SOUZA DE ANDRADE	XXX.XXX.667-87	58.396-0	Chefe da Seção de Almoarifado	22/04/2015 A 04/11/2019	22/04/2015	77	04/11/2019	211
HISLANIA RENI MARTINS MONTEIRO DOS SANTOS	XXX.XXX.881-91	57.903-3	Chefe da Seção de Almoarifado	05/11/2019 A 31/12/2019	05/11/2019	211	EM EXERCÍCIO	



Outras informações relevantes

Rol de Responsáveis

SAULO RIBEIRO LOPES	XXX.XXX.636-38	63.945-1	Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação	07/03/2012 A 31/12/2019	07/03/2012	47	EM EXERCÍCIO	
ROGERIO ALVES DANTAS	XXX.XXX.876-86	64.634-2	Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão	29/07/2019 A 02/08/2019 05/11/2019 A 14/11/2019 18/11/2019 A 22/11/2019	06/05/2019	83 DE 06/05/2019		
FILIFE MORAES MACIEL	XXX.XXX.384-15	57.410-4	Diretor da Divisão de Operações Aéreas	11/01/2019 A 31/12/2019	11/01/2019	8	EM EXERCÍCIO	
RODRIGO BOTELHO RODRIGUES	XXX.XXX.181-00	57.769-3	Diretor da Divisão de Operações Aéreas - Substituto	21/01/2019 A 30/01/2019 01/04/2019 A 05/04/2019 19/08/2019 A 28/08/2019 04/11/2019 A 13/11/2019	25/01/2019	9 DE 25/01/2019 EXTRA		
JOÃO LUIS ECHTERNACHT	XXX.XXX.105-59	57.302-7	Diretora da Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos	25/01/2019 A 31/12/2019	25/01/2019	9 EXTRA	EM EXERCÍCIO	
ERIKA CRISTINA CUSTODIO VIANA	XXX.XXX.521-49	58.895-4	Diretora da Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos Substituto	29/10/2019 A 12/11/2019	31/05/2019	102 DE 31/05/2019		
IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO	XXX.XXX.641-00	35.194-6	Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas	29/02/2012 A 10/01/2019	29/02/2012	42	10/01/2019	8
SANDRO DE PAULA DIAS		35.522-2	Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - Substituto	07/01/2019 A 10/01/2019		114 DE 18/06/2018		
FERNANDO CESAR LIMA DE SOUZA	493.072.901-72	182.381-7	Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas	11/01/2019 A 31/12/2019	11/01/2019	8 DE 11/01/2019	EM EXERCÍCIO	
JONAY LEMES VIEIRA	641.054.821-49	76.194-X	Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - Substituto	27/02/2019 A 27/02/2019 01/04/2019 A 05/04/2019 20/05/2019 A 28/05/2019 08/07/2019 A 17/07/2019 04/11/2019 A 04/11/2019 31/12/2019 A 31/12/2019	11/01/2019	8 DE 11/01/2019		



Outras informações relevantes

Rol de Responsáveis

HELIDA GUIMARAES DE SOUSA	XXX.XXX.551-00	31.250-9	Diretora da Divisão de Pagamento	20/12/2011 A 31/12/2019	20/12/2011	242	EM EXERCÍCIO	
ANIELEN DE OLIVEIRA MAGALHÃES	XXX.XXX.821-97	230.688-3	Diretor da Divisão de Pagamento - Substituto	20/03/2019 A 03/04/2019	03/04/2019	63		
EDUARDO TEIXEIRA BRAGA	XXX.XXX.776-91	57.671-9		15/07/2019 A 21/07/2019	12/08/2019	151		
				23/09/2019 A 30/09/2019	09/10/2019	193		
YEDA BACK	XXX.XXX.531-87	57.958-0	Chefe da Seção Financeira	22/04/2015 A 31/12/2019	22/04/2015	77	EM EXERCÍCIO	
CYNARA FIGUEIREDO DA ROCHA CORREA	XXX.XXX.151.-00	75.847-7	Chefe da Seção Financeira - Substituto	26/05/2019 A 28/05/2019	25/07/2019	139		
				29/05/2019 A 31/05/2019	25/07/2019	139		
				11/06/2019 A 12/06/2019	25/07/2019	139		
JOÃO CARLOS PINHEIRO JÚNIOR	XXX.XXX.051-53	220.960-8	Chefe da Seção Financeira - Substituto	20/02/2019 A 01/03/2019	13/07/2018	132		
				26/08/2019 A 04/09/2019				
				16/10/2019 A 25/10/2019				
EDUARDO TEIXEIRA BRAGA	XXX.XXX.776-91	57.671-9	Chefe da Seção de Cálculos	06/02/2014 A 31/12/2019	06/02/2014	28	EM EXERCÍCIO	
NUBIA ALVES RODRIGUES	XXX.XXX.997-19	58.335-9	Chefe da Seção de Cálculos - Substituto	01/01/2019 A 15/01/2019	13/07/2018	132		
				16/12/2019 A 31/12/2019				

Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Outras informações relevantes



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE CADASTRO

I - SERVIDORES CEDIDOS - PCDF

Nº	CPF	Nome	Cargo efetivo	Unidade de lotação e função antes da cessão	Lotação Atual	Vigência da cessão	Órgão	Descrição da Chefia
1	70106	ADELMO JERONIMO SILVA	AGENTE DE POLICIA	SSP	ADM. GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
2	69349	ADELILDE SOARES COSTA	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE DE PATIO
3	04568	ADJALMA DIAS MAIA	AGENTE DE POLICIA	SSP	MONITORAMENTO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
4	40100	ADRIANA MELO SANTIAGO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GER. DE CONTRATOS, DA COORD. DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS, DA SUBSEC. ADM. GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
5	81120	ADRIANO ARRUDA BARBOSA LEAL	POLICIAL	DGPC	PROJETOS ESTRATÉGICOS	01/02/2019	ORÇAMENTO E GESTÃO DO DF	P.Estrategicos
6	22153	ADVAL CARDOZO DE MATOS	DELEGADO DE POLICIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	22/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	SUBSECRETÁRIO
7	55120	ALESSANDRA GOMES MARTINS PIRES	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
8	06153	ALEXANDRE JORDÃO DA SILVA	AGENTE DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
9	68000	ALEXANDRE NATA VICENTE	PERITO CRIMINAL	DPLIC	GABINETE	01/02/2019	GOVERNADORIA DO DF	Assessor Especial do Gabinete
10	40865	SANTOS	DELEGADO DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	SUBSECRETÁRIO
11	25740	ANA CAROLINA PERUCCI MORERA	CUSTODIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
12	82172	ANA FLAVIA CARNEIRO REZENDE	ESCRIVAO DE POLICIA	SSP	TECNOLOGICA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
13	62153	ANDERSON FABIO SANTOS	AGENTE DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
14	10191	ANDRÉ KLUPPEL CARRARA	PERITO CRIMINAL	DPT	DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	15/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
15	90268	VILAR	AGENTE DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
16	00166	ANDREA REGO PAIM	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE EXPEDIENTE	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
17	64104	ANGELA DA SILVA BARBOSA	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SSP	COORDENAÇÃO DE INFRAEST. DA SUBSC. DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
18	78187	ANTONIO CLÁUDIO DE ALMEIDA	AGENTE DE POLICIA	DPLIC/ Chefe da Seção de Computação Gráfica e Desenho	COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO	07/06/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	COORDENADOR
19	16191	ANTONIO GASPAR NASCIMENTO	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DE REPAROS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
20	36160	SOUZA	ESCRIVAO DE POLICIA	CGP	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA DO GABINETE	05/04/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR JURPIDICO
21	96120	ANTONIO JOSE BEZERRA VALE	DELEGADO DE POLICIA	SSP	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR ESPECIAL
22	19172	QUEIROZ	CUSTODIA	SSP	ESPECIAL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
23	48172	AYLTON LOPES SANTOS	AGENTE DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
24	99701	BEATRIZ DE BARROS CIDADE GUARANHO	AGENTE DE POLICIA	DGI	DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
25	01191	CARLA CUSTODIO MACHADO	AGENTE DE POLICIA	SSP	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
26	66153	CARLOS ALBERTO DE SOUSA DUTRA	AGENTE DE POLICIA	SSP	CRIMINALIDADE	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
27	48120	CARLOS GLEISER NOGUEIRA VELOSO	CUSTODIA	SESIPE	CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR ADJUNTO
28	91187	CARLOS HENRIQUE DA FONSECA TAVARES AREAS	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE ENSINO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
29	86104	CARLOS HENRIQUE GONÇALVES	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA I DO DISTRITO FEDERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE DE PATIO
30	48949	CEZAR TOSHIO FUGIVALA	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE DE PATIO
31	35100	CIBELLE ANDRADE DO AMARAL	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
32	45100	CICERO PAZ	AGENTE DE POLICIA	SSP	CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE BRASÍLIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
33	70115	SOUZA	AGENTE DE POLICIA	SSP	ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA SSP	24/04/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
34	15115	CLAUDIA SOUZA FERNANDES	CUSTODIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
35	49172	CLAUDIO SIMOES DOS SANTOS	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	DAME	AR CRUZEIRO	06/06/2019	AR CRUZEIRO	Administrador Regional
36	35191	CLECIO MARTINELLI FRANÇA	AGENTE DE POLICIA	10ª DP	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO	22/05/2017	T.R.F 1ª REGIÃO	Diretor da Coordenadora de Compras e Coordenação Técnica do Sistema de Inteligência da Secretaria de Administração
37	04168	CLEIDEMARIO LUIZ DE SOUZA	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	CEDIDO	SUBSECRETARIA DE PLANEJ./ORÇAM. DA SECRETARIA EXECUTIVA	01/01/2015	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	Coordenador-Geral de Finanças e Contabilidade
38	69653	ARMOND	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE ARQUIVOS E PRONTUARIOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
39	63104	DANIEL LINHARES LIM-APO	CUSTODIA	SESIPE	COMUNICAÇÃO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
40	48191	DANIELA FRANCA BARRETO	CUSTODIA	SSP	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	COORDENADOR



Outras informações relevantes

41	94100	DANIELLE ROLIM DE ARAUJO	CUSTODIA	SSP	NÚCLEO DE ALMOXARIFADO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
42	20100	DANILO FREIRE DE SOUSA	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
43	11172	DELFINO LOPES HOTT	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA AOS INTERNOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
44	41191	EDERSON MARCIO DE OLIVEIRA	AGENTE DE POLICIA	DGI	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/04/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
45	79100	EDUARDO VIDES GOMES	DELEGADO DE POLICIA	DATE	DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
46	83187	EDVALDO DOS REIS INACIO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SSP	GER. DE OPERAÇÕES DA COORD. DE CONTRAINTELIGÊNCIA DA SUBS. DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
47	66100	EGLÉ BARBARA ALVARENGA CORREIA	AGENTE DE POLICIA	DIPO	INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
48	61153	EHRIKX BARBOSA DA COSTA	AGENTE DE POLICIA	DIPO	INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
49	39191	ELIANE MARTINS DA SILVA	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE ARQUIVOS E PRONTUÁRIOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
50	79104	ELISÂNGELA DE SOUSA VALADARES DE CAMARGO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
51	42168	ELISIA RICARDA FERREIRA	AGENTE DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
52	12763	ELIZABETE GOUVEA DOS PASSOS PORTUGAL	AGENTE DE POLICIA	DGP	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS, SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	18/12/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
53	65180	ERIKA FILGUEIRAS SOUSA	AGENTE DE POLICIA	DGI/Chefe do serviço de Análise e Difusão de Informações	GERENCIA DE INTELIGENCIA, DA COORDENACAO DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/01/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
54	30100	ÉRITO PEREIRA DA CUNHA	DELEGADO DE POLICIA	2º DP	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	08/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	COORDENADOR GERAL
55	99191	ERIVALDO DA SILVA SANTOS	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ANÁLISE JURÍDICA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
56	87468	FABIO AURELIO GURGEL DE LIMA	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE SINDICÂNCIAS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
57	67153	FABIO SANTOS DE SOUZA	DELEGADO DE POLICIA	DRCC	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	12/08/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
58	04172	FLAMARION VIDAL ARAUJO	DELEGADO DE POLICIA	DCA I	CENTRO INTEGRADO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, DA SUBS. SIST. PENIT.	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
59	14120	FLAVIO AUGUSTO DE SOUSA	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
60	96168	FRANCINE SOARES DA CUNHA	ESCRIVÃO DE POLICIA	DRCC	GABINETE DO GDF	04/01/2019	GABINETE DO GDF	do Gabinete
61	55100	FRANCISCO NUNES DE OLIVEIRA NETO	AGENTE DE POLICIA	DICOE	GERENCIA DE CONTRAINTELIGENCIA, DA COORDENACAO DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
62	15320	GABRIELA VIANA RODRIGUES	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GER. DE SUPRIMENTOS DA COORD. DE ORÇ. FINANÇAS E FUNDOS DA SUBSEC. DE ADM. GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
63	16120	GEORGE ESTEFANI DE SOUZA COUTO	DELEGADO DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	08/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	SUBSECRETARIO
64	29753	GERALDINE GRACE DA FONSECA JUSTA	DELEGADO DE POLICIA	29º DP	SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES	06/09/2019	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMILIA E DOS DIREITOS HUMANOS	Directora do Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres
65	56191	GESSI MACIEL LOPES NETO	AGENTE DE POLICIA	CEDIDO	CASA CIVIL	01/01/2002	PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA	Assistente na Secretaria de Acompanh. estudos Institucionais PR
66	28153	GIL VICENTE RODRIGUES DE CASTRO	ESCRIVÃO DE POLICIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
67	30153	BEZERRA	DELEGADO DE POLICIA	SSP	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
68	58149	GISELLA GONTYJO RIBEIRO	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
69	44120	GIULIANO GONÇALVES BELGA	AGENTE DE POLICIA	SSP	SECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
70	97115	GLAUCO RIBEIRO DE LUCENA	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE ANÁLISE DE CONTRATOS E OBRAS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
71	62100	GUILHERME DE CARVALHO DALTON	CUSTODIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
72	63149	GUSTAVO GONCALVES SUPPA	CUSTODIA	CEDIDO	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
73	98187	GUSTAVO VIDES GOMES	AGENTE DE POLICIA	DICOE/Chefe da Seção de Registro, Análise e Difusão de Denúncias	GERENCIA DE INTELIGENCIA, DA COORDENACAO DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/01/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
74	16634	HAENDEL SILVA FONSECA	DELEGADO DE POLICIA	DGPC/Assessor de Gestão Estratégica da DGPC	GABINETE	29/01/2019	CAMARA LEGISLATIVA DO DF	Chefe de Gabinete
75	27104	HUMBERTO FERNANDES SILVA LIMA	CUSTODIA	SESIPE	TECNOLÓGICA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
76	88153	ISLEIA BASTOS MARÇAL	AGENTE DE POLICIA	DIPO	VICE-GOVERNADORIA	21/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	Assessor Especial do Gabinete
77	25191	ITACY RIGOTTI	CUSTODIA	SSP	FUNDOS DO SUAG	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
78	12880	IVAN MARTINS DE SIQUEIRA	AGENTE DE POLICIA	DGPC	SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS	12/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
79	91153	JACKSON GUEDES FERREIRA JUNIOR	AGENTE DE POLICIA	SSP	TECNOLÓGICA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
80	02911	JANAINA FOGANHOLE DE OLIVEIRA	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE CÁLCULOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
81	49187	ALMEIDA	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
82	12104	JOHNSON KENEDY MONTEIRO	DELEGADO DE POLICIA	4º DP	PENITENCIÁRIA II DO DISTRITO FEDERAL	08/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR
83	87630	JONAS BESSA DE PAULA	DELEGADO DE POLICIA	DGI	COORDENACAO DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	COORDENADOR
84	48739	JONAS CONSULE BENINCA	CUSTODIA	SSP	NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE PROTOCOLOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
85	34168	JONAS PIRES DE CARVALHO	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
86	62115	JOSÉ CARLOS DA SILVA	AGENTE DE POLICIA	DATE	COORDENACAO DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/01/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
87	10172	JOSÉ LOPES FILHO	CUSTODIA	SESIPE	VEÍCULOS	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO



Outras informações relevantes

88	70134	JOSÉ MUNDIM JÚNIOR	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE CONTRATOS	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
89	09053	VASCONCELLOS	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
90	82115	GODOI	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
91	47100	JULIANA GARCIA DE FREITAS BISINOTTO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
92	30130	KARINA DA SILVA FIGUEIRA	AGENTE DE POLÍCIA	DRF	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	19/01/2015	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Agente de Segurança Pessoal Feminina
93	25120	KELMA NEIVA NASCIMENTO MARTINS	AGENTE DE POLÍCIA	DOCP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSORA TÉCNICA
94	22191	KELYN LOPES PONTES	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE EXPEDIENTE	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
95	90125	LAERCIA RODRIGUES PEREGRINO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE DA UNIDADE DE PLANTÃO II
96	30172	LEONIDAS DE ALMEIDA	CUSTODIA	4ª DP	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	16/05/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
97	30163	LIVIA MARTINS FERNANDEZ	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	SSP	PAZ	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR
98	18166	LORIE NE FERREIRA ALVES BATISTA	AGENTE DE POLÍCIA	DIPO	VICE-GOVERNADORIA	14/06/2019	VICE-GOVERNADORIA	Gestão
99	27420	LUCIANO CARVALHO LEAO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
100	10949	LUCIANO DE ARAUJO DALCOL	AGENTE DE POLÍCIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
101	65803	LUCIANO PENNA RIBEIRO	AGENTE DE POLÍCIA	DICOP/Diretor da Divisão de Controle de Denúncias	COORDENAÇÃO DE INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	23/01/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
102	03115	LUIZ DE PAULA LIMA JÚNIOR	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
103	97100	MARCELO ARAUJO MESQUITA	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE CONSERVAÇÃO DE REPAROS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
104	11104	MARCELO AUGUSTO DA SILVA	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE CONSERVAÇÃO DE REPAROS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
105	19672	MARCELO CANDIDO FERREIRA	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
106	54754	MARCELO DA MATA TINI	CUSTODIA	SESIPE	ESCOLA PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	DIRETOR
107	59784	MARCELO DOS SANTOS ABREU	AGENTE DE POLÍCIA	APC	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	09/04/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
108	31191	MARCELO LISBOA	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE DO PLANTÃO I
109	75172	SOUSA	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
110	25134	MARCIO RIVAS DE ALMEIDA FISCHER	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GER. DE PESQ. DA COORD. DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, DA SUBSEC. DE INTELIGENCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
111	79829	MARCO ANTONIO NASSIF	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA I DO DISTRITO FEDERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
112	79829	MARCO AURELIO VERGILIO DE SOUZA	DELEGADO DE POLÍCIA	DPE	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR ESPECIAL
113	50187	MARCOS ANTONIO MELO MONTEIRO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ANÁLISE JURÍDICA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
114	01900	MARCOS AURELIO SLONIAK	CUSTODIA	SESIPE	COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA PRISIONAL	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	COORDENADOR GERAL
115	40100	ROSSI	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
116	01120	MARIANA DE SOUSA DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA	DRS/Chefe da Seção de Apoio Administrativo, Estatística e Informática	SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	10/06/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
117	78100	SOUSA	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	DIRETORIA DE SEGURANÇA COMUNITARIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	DIRETOR
118	53515	MARIO FERNANDO TORRES DE ASSUNCAO GUTIERRES	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
119	96120	MARIO JOSÉ CORREA PEREIRA	AGENTE DE POLÍCIA	DIPO	INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
120	78163	MARIO LUCIO MENEZES DO AMARAL	DELEGADO DE POLÍCIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	DIRETOR
121	07172	SILVA	CUSTODIA	SSP	GERÊNCIA DE CONTRATOS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
122	87104	MARTA BASILIO RODRIGUES	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE DA UNIDADE DE PLANTÃO IV
123	20187	MAURILIO DE MOURA LIMA ROCHA	DELEGADO DE POLÍCIA	30ª DP/Delegado-Chefe da 30ª DP	SEFP/IGDF	02/05/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	Assessor de Inteligência Fiscal SEFP.
124	38191	MIGUEL ANTONIO VELOSO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE DE UNIDADE DE PLANTÃO I
125	29391	MONICA DE LOURDES SILVA CASTRO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA AOS INTERNS	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
126	33187	NÁDIA DE PAULA LIMA FIGUEIREDO	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
127	16100	OLEGÁRIO OLIVEIRA DE MORAES	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	GABINETE	24/04/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR ESPECIAL
128	50125	PATRICIA MARÇAL DA SILVA	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SSP	COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
129	81120	PAULO RENATO AMORIM DOS REIS	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	GERENTE
130	49563	PAULO ROBERTO SANTANA DE MORAES	AGENTE DE POLÍCIA	DIPO	INTELIGENCIA, DA SUBSECRETARIA DE INTELIGENCIA	22/02/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
131	91172	PEDRO DAVID FERNANDES SENA	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE ANÁLISE JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
132	88104	PEDRO SALOMÃO NETO	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RISCO	13/03/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
133	71750	RAFAEL FERREIRA DE SOUZA	DELEGADO DE POLÍCIA	DCPI	STF	23/06/2016	SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL	Assessor de Gabinete
134	85703	RAFAEL GUIMARAES PINHEIRO	CUSTODIA	SESIPE	NUCLEO DE DISCIPLINA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
135	83100	RAFAEL GUIMARAES PINHEIRO	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	8ª DP	CASA CIVIL	29/04/2013	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Agente de Segurança Pessoal Feminina
136	21134	RAILSON SILVA GUILHON	CUSTODIA	SESIPE	PENITENCIÁRIA II DO DISTRITO FEDERAL	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	DIRETOR ADJUNTO
137	28134	REGIMAR FARIA CAMPOS	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE FENÔMENOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	COORDENADOR
138	27191	JÚNIOR	AGENTE DE POLÍCIA	DPC	CHEFIA DE GABINETE	16/05/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	ASSESSOR
139	97918	JÚNIOR	DELEGADO DE POLÍCIA	DGPC	ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA	10/04/2019	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	CHEFE
140	42191	RENATO SERGIO SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA	SSP	DIRETORIA DE REDE COLABORATIVA LESTE	11/07/2018	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	DIRETOR



Outras informações relevantes

141	28172	RENATO TEIJI KARINO	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA NO CPP	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
142	57104	RICARDO AURÉLIO FREITAS MATOS	CUSTODIA	SESIPE	NÚCLEO DE PSIQUIATRIA	10/09/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
143	86134	RICARDO CARDOSO DOS SANTOS	AGENTE DE POLICIA	SSP	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
144	37120	RICARDO MENDES VILLAFANE GOMES	DELEGADO DE POLICIA	SSP	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR
145	29187	ROBERTO WILLIAM DE GODOY	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
146	31704	RODRIGO SUZUKI GOMES DE CARVALHO	AGENTE DE POLICIA	CEDIDO	Assessoria Jurídica	07/02/2019	VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Assessoria Jurídica
147	29172	RODRIGO RODRIGUES DIAS	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
148	81806	RODRIGO VERGÍLIO DE SOUZA	CUSTODIA	SESIPE	SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
149	70100	ROGERIO NERES DE ALMEIDA	CUSTODIA	SSP	VEÍCULOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
150	68104	RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO	DELEGADO DE POLICIA	DIRF	Secretaria Nacional de Segurança Pública	28/08/2018	MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA	de Prevenção em Segurança Pública
151	05783	SANDRO DO NASCIMENTO SANTANA	AGENTE DE POLICIA	SSP	INFORMAÇÃO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
152	35899	SANDRO ERLON ORLANDO	DELEGADO DE POLICIA	CPD/CG/Vogal da CPD	COMISSÃO PERMANENTE DE DISCIPLINA	08/09/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	PRESIDENTE
153	00188	SILVIO RODRIGO SILVEIRA	CUSTODIA	SSP	PENITENCIÁRIO	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
154	99104	SUELY MATOS MENEZES	CUSTODIA	SESIPE	INFANTIL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
155	72100	THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA	DELEGADO DE POLICIA	DGPC/Assessor Institucional da DGPC	GABINETE	06/09/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CHEFE
156	09115	WALTECIO DOS SANTOS LEITE	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SESIPE	DA COORD. GESTÃO DE PESSOAS DA SUBS. DE ADM. GERAL	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
157	27188	ALCANTARA	CUSTODIA	CEDIDO	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DIRETOR ADJUNTO
158	95115	JÚNIOR	CUSTODIA	SESIPE	GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RISCO	13/03/2019	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSOR TÉCNICO
159	14191	VASCONCELOS JUNIOR	DELEGADO DE POLICIA	DGPC	NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - NIE	20/03/2017	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	Estrategicas - NIE
160	48515	WELLY LACERDA BONFIM	AGENTE DE POLICIA	SSP	CUSTOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE
161	38153	WILSON FERREIRA BANDEIRA	AGENTE DE POLICIA	SSP	GERÊNCIA DE CONVÊNIOS	11/07/2018	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENTE

Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Outras informações relevantes



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE CADASTRO

II - SERVIDORES CÉDIDOS - RETORNARAM À PCDF EM 2019

N	CPF	Nome	Carga efetiva	Órgão Cessionário	Localização Órgão Cessionário	Vigência da cessão	Data de retorno a PCDF
1	81120	ADRIANO ARRUDA BARBOSA LRAL	EMPREGADO POLICIAL	SE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DF	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS	01/01/2018	02/01/2019
2	60124	IVAN MARTINS DE SIQUEIRA	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE FAZENDA	SEC. EST. DE FAZENDA	05/12/2018	07/01/2019
3	60124	ANDERSON JORG E DAMASCENO ESPINDOLA	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SEM INFORMAÇÃO	04/01/2019
4	37124	JOSÉ EDUARDO ESCOBAR HOELA	DELEGADO DE POLÍCIA	SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DO DF	ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DA DIREÇÃO GERAL	11/02/2018	11/01/2019
5	70125	ANA PAULA ORTIGÃO SOARES	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SEM INFORMAÇÃO	14/01/2019
6	49160	WAGNER DOS SANTOS	DEPTO CRIMINAL	DETRANSP	COMUNICAÇÃO	28/12/2017	14/01/2019
7	34168	MARCO ANTONIO DE SOUZA SILVA	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA	SEM INFORMAÇÃO	21/01/2019
8	35172	EDERSON MARCO DE OLIVEIRA	AGENTE DE POLÍCIA	MINISTERIO DA JUSTICA	SEC EXTRAORD DE SRG PARA GRANDES EVENTOS	07/08/2012	22/01/2019
9	65120	GUILHERME AUGUSTO BITRACOURT MACIEL	ESCRITÃO DE POLÍCIA	GOVERNADORIA DO DF	GABINETE GOVERNADORIA DO GEDF	07/11/2018	08/01/2019
10	49149	SOLÂNEIA DE SOUSA PAVIA	ESCRITÃO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA	28/01/2018	29/01/2019
11	17120	MARILDA BARROSO DE OLIVEIRA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	MONITORAMENTO	28/01/2018	29/01/2019
12	77300	ANDRÉ ALLES OLIVEIRA DOS SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA	28/01/2018	29/01/2019
13	06000	ANTONIO CLAUDIO FERREIRA ADATO	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SESPS	28/01/2018	29/01/2019
14	27315	GILSON DE AMORIM GONÇALVES	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SESPS	28/01/2018	29/01/2019
15	63602	JOSÉ MARIN FERREIRAS DE MATEUS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SESPS	28/01/2018	29/01/2019
16	74124	MARCELO DA SILVA DANTAS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SESPS	28/01/2018	29/01/2019
17	73187	ODAIR RODRIGO MACHADO RODRIGUALHO	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
18	10100	RENATO DE ARAUJO WERNIK	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
19	10982	SERGIO HENRIQUE F. BEZERRA DE MENEZES	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
20	36166	RODRIGO SOUZA GOMES DE CARVALHO	AGENTE DE POLÍCIA	MINISTERIO DO ESPORTE	SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	26/01/2018	04/02/2019
21	62863	AUGUSTO VINICIUS F. DE OLIVEIRA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
22	41191	JULIO MARCOS MENDONÇA PEREIRA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
23	02700	WESLEY WALTER BEZERRA DE MACEDO	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
24	26187	JOSÉ ITAMAR CASTRO PAAR	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
25	98100	OSWALDO LOURIVALDO CAMPOS	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
26	98166	OSWALDO SALLES FARIAS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
27	33124	GUILHERME HENRIQUE NOGUEIRA	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
28	04115	PATRICIA DOMES LOPES LOTT DE MORAES	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	28/01/2018	29/01/2019
29	81166	MARCELO MARINHO DE NORONHA	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	11/02/2018	11/02/2019
30	36800	DEUSILETA PEREIRA MARTINS	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	03/02/2018	04/02/2019
31	63104	TEREZA CRISTINA DA MOTA E SOUZA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	17/02/2018	18/02/2019
32	12980	SERVALDO CESAR VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR	DELEGADO DE POLÍCIA	GOVERNADORIA DO DF	GOVERNADORIA DO DF	18/02/2018	03/01/2019
33	80128	RENANIM PEREIRA NETO	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	11/07/2018	27/03/2019
34	09115	PAULO RAYVALDO MACHADO JUNIOR	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	11/07/2018	28/03/2019
35	40115	CARLOS DINIZ ROCHA DE OLIVEIRA E SOUZA	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	11/07/2018	01/04/2019
36	65800	CELSO PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	07/04/2010	29/04/2019
37	47372	VANUSA RIBEIRO DOS SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	16/04/2018	16/04/2019
38	28124	VICENTE FRANCIMAR DE OLIVEIRA JUNIOR	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	15/04/2018	15/04/2019
39	77166	ANTONIO JOSÉ LIMA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	07/05/2018	07/05/2019
40	74149	MARILSA GOMES DA SILVA	DELEGADA DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	06/05/2018	06/05/2019
41	60110	HELDO RIBEIRO VIEIRA	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	17/05/2018	17/05/2019
42	99155	CRISTIANE ARAUJO DE SANTANA	AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	SE DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	17/05/2018	17/05/2019



Outras informações relevantes

43	99153	LUIS MAURO ALBUQUERQUE DE ARAUJO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	SE JUSTIÇA E CIDADANIA DO RN	06/05/2017	01/01/2019
44	52172	MAIQUEL ANDERSON CAVALCANTE	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	SE JUSTIÇA E CIDADANIA DO RN	09/05/2017	01/01/2019
45	52172	FRANCINE SOARES DA CUNHA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	SE DA EDUCAÇÃO DO DF	GABINETE DA SE DA EDUCAÇÃO DO DF	04/02/2019	10/06/2019
46	01104	TAKANE KYOTSUKA DO NASCIMENTO	AGENTE DE POLÍCIA	CÂMARA LEGISLATIVA DO DF	GABINETE PARLAMENTAR EDUARDO PEDROSA	25/11/2019	10/06/2019
47	11791	KELI CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	11/06/2019	12/06/2019
48	55734	ALESSANDR MÁRCIA DE C AMARGO BOLDINI	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	NUCLEO DE INTELIGENCIA DA PENITENCIARIA II	SEM INFORMACÃO	05/04/2019
49	51187	GILVAN SOARES MASCARENHAS	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GABINETE DA OUVIDORIA	SEM INFORMACÃO	27/05/2019
50	76842	RONALDO CAMILO DOS SANTOS	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENCA DE MONITORAMENTO	SEM INFORMACÃO	22/05/2019
51	58715	LUIS MAURO ALBUQUERQUE DE ARAUJO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	ESTADO DO CEARÁ	ESTADO DO CEARÁ	SEM INFORMACÃO	30/05/2019
52	93168	MAIQUEL ANDERSON CAVALCANTE	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	ESTADO DO CEARÁ	ESTADO DO CEARÁ	SEM INFORMACÃO	30/05/2019
53	68115	EDUARDO PARADELO PEIXOTO	AGENTE DE POLÍCIA	MINISTÉRIO DO ESPORTE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	26/06/2017	30/06/2019
54	99100	IVONE TORRES LIMA	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	PROFISSIONAL	11/07/2018	01/08/2019
55	44187	ANTONIO MILTON ALVES	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	NUCLEO DE CONTROLE DE EVENTOS	11/07/2018	26/07/2019
56	45653	ALMIR RIBEIRO JUNIOR	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	DE INTELIGENCIA	13/03/2019	17/07/2019
57	97918	FLAVIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	PAPILOSCOPISTA POLICIAL	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GABINETE	25/04/2019	05/08/2019
58	90182	JULIO CESAR MAMEDIO REZENDE	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	NUCLEO DE VIGILANCIA	11/07/2018	19/08/2019
59	84987	ANGELA ALVES DE ARAUJO	AGENTE DE POLÍCIA	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	15/01/1998	27/08/2019
60	31704	EUALIRIO DE FARIAS DANTAS	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	CÂMARA LEGISLATIVA DO DF	LIDERANCA DA REDE SUSTENTABILIDADE	23/05/2016	30/08/2019
61	30870	DAVID SOUZA VILACA DA SILVA	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENCA DE VIGILANCIA	11/07/2018	02/09/2019
62	75134	JARNE DE MELO ALVARES	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ESPECIAL	11/07/2018	17/06/2019
63	10165	MARIO MARCOS PERES GRAMACHO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	NUCLEO DE SUPRIMENTOS	11/07/2018	17/10/2019
64	10106	JOAO GUILHERME MEDEIROS CARVALHO	DELEGADO DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA SSP	10/04/2019	08/11/2019
65	86187	ANDREA RODRIGUES DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	COORDENACAO DE INTELIGENCIA DA SUBSECRETARIA	21/02/2019	19/11/2019
66	26149	MENDELSON PEIXOTO BERAINE	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	11/07/2018	19/11/2019
67	32168	ROBERTO JOSE BUSSOLARO	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	GERENCA DE SUPRIMENTOS	11/07/2018	19/11/2019
68	85787	CARLOS ANTONIO DA SILVA DIAS	AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA	SE DE SEGURANCA PUBLICA DO DF	CENTRO DE PROGRESSAO PENITENCIARIA	13/03/2019	04/12/2019
69	01187	DELFIN LOUREIRO DE QUEIROZ	DELEGADO DE POLÍCIA	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	09/06/1999	13/12/2019

Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Outras informações relevantes

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
REL. RESP. POR UG/PERÍODO

UG : 220105 - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF - Gestão : 00001 - TESOUREO - Período : 01/01/2019 - 31/12/2019

Data	CPF	Nome	FUNÇÃO	GF	DESCRIÇÃO	PERÍODO
11.04.2010	50892000303	ADALGISA MARIA DA COSTA CABRAL	287	CHEFE DA SEÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
26.12.2010	37288474100	ALEXANDRE DE OLIVEIRA MORAIS	798	CHEFE DA SEÇÃO DE PEÇAS	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
06.06.2015	88935996787	ANOR MAURICIO SOUZA DE ANDRADE	782	CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
03.01.2013	16812573604	ANTONIO CARLOS DOMITH DE PAULA	1705	DIRETOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	15	DEMAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE BENS E
12.12.2018	00829594800	BALTAZAR DE DEUS PEREIRA	497	DIRETOR DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
16.12.2018	47377810108	CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELLO	798	CHEFE DA SEÇÃO DE PEÇAS	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
12.12.2018	35873791104	CICERO JAIRO DE VASCONCELOS MONTEIRO	2903	DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL	1	DIRIGENTES MÁXIMOS DOS PODERES EM
25.11.2014	65095577691	EDUARDO TEIXEIRA BRAGA	276	CHEFE DA SEÇÃO DE CÁLCULOS	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
18.12.2017	54874831188	ERIKA BORGES MOURA DO AMARAL	1703	DIRETOR DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	15	DEMAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE BENS E
03.01.2013	66452152149	ERIKA CRISTINA CUSTÓDIO VIANA	789	CHEFE DA SEÇÃO DE GUARDA E CONTROLE DE	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
07.02.2019	49307290172	FERNANDO CESAR LIMA DE SOUZA	1263	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE	14	RESPONSÁVEIS POR SETORES DE ELABORAÇÃO DE
07.02.2019	48538538415	FELIPE DE MORAES MACIEL	1700	DIRETOR DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES AÉREAS	15	DEMAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE BENS E
20.12.2019	78232788191	HISLANIA RENIMARTINS MONTEIRO DOS SANTOS	782	CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
03.01.2013	47380095100	HÉLIDA GUMARÃES DE SOUSA	499	DIRETOR DA DIVISÃO DE PAGAMENTO	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
07.12.2012	40683784100	IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO	1293	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE	14	RESPONSÁVEIS POR SETORES DE ELABORAÇÃO DE
12.12.2018	45637948110	JELMAN INACIO DA SILVA	977	DIRETOR DA DIVISÃO DE RECURSOS MATERIAIS	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
05.06.2015	60327219142	JOVANI ESTEVAM DE LIMA	795	CHEFE DA SEÇÃO DE PATRIMÔNIO	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
08.02.2019	90038419599	JÃO LUIS ECHTERNACHT	973	DIRETOR DA DIVISÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES E	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
18.12.2017	16361256115	JULIO CESAR DE MARTINS E PINHEIRO	780	CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE	10	ENCARREGADOS E RESPONSÁVEIS POR
12.12.2018	00607599719	NUBIA ALVES RODRIGUES	277	CHEFE DA SEÇÃO DE CÁLCULOS SUBSTITUTO	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
03.01.2013	44268416153	PEDRO PAULO CAETANO DE MELO	381	CHEFE DA SEÇÃO DE DESPESA E LIQUIDAÇÃO	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
03.01.2013	01468714734	REINALDO DIAS AMORIM JÚNIOR	299	CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E
07.02.2019	52742358187	ROBSON CANDIDO DA SILVA	2903	DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL	1	DIRIGENTES MÁXIMOS DOS PODERES EM
03.01.2013	01348463838	SÁULO RIBEIRO LOPES	1799	DIRETOR DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES AÉREAS	15	DEMAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE BENS E
02.01.2013	20436666134	SILVÉRIO ANTÔNIO MOTA DE ANDRADE	181	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE	3	DIRETORES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL OU CARGOS
05.06.2015	37153153187	YEDA BACK	314	CHEFE DA SEÇÃO FINANCEIRA	9	RESPONSÁVEIS POR SETORES FINANCEIROS E

Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Anexos e apêndices

Declaração de Integridade

A Polícia Civil do Distrito Federal publica o Relatório Integrado com base no modelo IIRC12 do Conselho Internacional para o Relato Integrado.

A PCDF procurou alinhar os elementos de conteúdo com a estrutura conceitual do Relato Integrado, buscando, em especial, aplicar o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

A Governança da PCDF, nos seus mais diversos níveis, em especial através do Departamento de Controle Interno e Gestão, da Direção Geral da PCDF e de seus Departamentos, tiveram papel fundamental na construção do presente relatório.

Não obstante, por se tratar de uma metodologia nova, tem-se a consciência que é preciso avançar no modelo de relato integrado, o que se espera seja alcançado plenamente nas prestações de contas dos exercícios vindouros.



Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão as unidades orgânicas da Polícia Civil do Distrito Federal.

Coordenação

Diretor do Departamento de Administração Geral – DAG/PCDF – Delegado Silvério Antonio Moita de Andrade

Diretor de Orçamento e Finanças do DAG/PCDF – Delegado de Polícia Baltazar de Deus Pereira

Consolidação de texto - Diretora da Divisão de Projetos – DIPROJ/DCIG/PCDF – Delegada de Polícia Erika Borges Moura do Amaral

Design gráfico, layouts e diagramação - ASCOM/PCDF - Agente de Polícia Luiz Carlos da Silva Pereira

Fotografias – ASCOM/PCDF; Agência Brasília.

Execução:

Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal

Assessoria da Direção Geral da Polícia Civil

Divisão de Projetos

Departamento de Administração Geral

Departamento de Controle Interno e Gestão

Departamento de Inteligência e Gestão da Informação

Departamento de Gestão de Pessoas

Departamento de Polícia Especializada

Departamento de Polícia Circunscricional

Departamento de Polícia Técnica

Escola Superior de Polícia Civil

Corregedoria Geral de Polícia

